

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ISABELLA CRUZICHI**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO  
ESTADO DIANTE DOS CONFLITOS EXTERNOS, INTERNOS E REGIONAIS  
(1961-2002)**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Cruzichi, Isabella

A Política Externa de Angola: o processo de consolidação do Estado diante dos conflitos externos, internos e regionais (1961-2002) / Isabella Cruzichi.

-- 2021.

152 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Política externa de Angola. 2. MPLA. 3. Guerra de libertação nacional. 4. Guerra Fria. 5. Guerra civil. I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

**ISABELLA CRUZICHI**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO  
ESTADO DIANTE DOS CONFLITOS EXTERNOS, INTERNOS E REGIONAIS  
(1961-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2021**

**ISABELLA CRUZICHI**

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO  
ESTADO DIANTE DOS CONFLITOS EXTERNOS, INTERNOS E REGIONAIS  
(1961-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 31 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira Orientadora – PPGCP UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini – PPGCP UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Granato – PPGCP UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kamilla Raquel Rizzi – UNIPAMPA

Dedico este trabalho à memória de meu avô, Antônio Celso Cruzichi

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que viabilizou a minha dedicação exclusiva à elaboração deste trabalho.

Aos docentes do PPGCP e aos professores da banca, por todo o aprendizado.

À minha orientadora, professora Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira, um dos meus maiores exemplos de seriedade e excelência acadêmica, pela atenção dedicada para a elaboração dessa dissertação. Por todos os preciosos ensinamentos e reflexões que foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico e pessoal. Pela confiança deposita no meu trabalho, mas, também por me proporcionar a oportunidade de participar do CEBRAFRICA - Centro Brasileiro de Estudos Africano.

Aos amigos e colegas com quem compartilhei estes dois anos de formação, especialmente Cecília, Camila e Steici. Aos pesquisadores do CEBRAFRICA, pelas discussões e trabalho em equipe.

À Lidiane, Gustavo, Diego, Felipe, Daniel e Júlia por tudo que fizeram e fazem por mim.

À Elisabete, Emmanuel e Maria de Lourdes por todas as razões.

“[...] os problemas do desenvolvimento são inseparáveis do problema da paz. Sem paz não há estabilidade e sem estabilidade não haverá possibilidade de desenvolvimento”

**Afonso Domingos Van-Dúnem**

## RESUMO

Levando em consideração que as relações exteriores representaram uma das principais estratégias para a consolidação do Estado angolano diante dos conflitos externos, internos e regionais, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a política externa de Angola entre 1961 e 2002. Assim, o problema de pesquisa questiona se, no período assinalado, predominaram elementos de mudança ou de permanência na política externa angolana. Nesse sentido, a hipótese levantada sugere que, entre 1961 e 2002, a política externa angolana foi utilizada de forma pragmática pelas elites dirigentes, como um catalizador do processo de construção do Estado. Dessa forma, a atuação internacional angolana foi caracterizada predominantemente por elementos de permanência. Isso se deve ao fato de que as mudanças identificadas resultaram de readequações, que refletiram tanto as modificações no quadro nacional e no interesse das elites formuladoras de política externa, como também, as possibilidades e constrangimentos que a configuração de forças no sistema internacional exercia sobre Angola.

**Palavras-chave:** Política externa de Angola; MPLA; Guerra de libertação nacional; Guerra Fria; Guerra civil.



## **ABSTRACT**

Considering that foreign relations represented one of the main strategies for the consolidation of the Angolan State in the face of external, internal and regional conflicts, the present research has as main objective to analyze the foreign policy of Angola between 1961 and 2002. Thus, the research problem asks whether, in the indicated period, predominant elements of change or permanence in the Angolan foreign policy. In this sense, the hypothesis raised suggests that, between 1961 and 2002, Angolan foreign policy was used in a pragmatic way by the ruling elites, as a catalyst in the process of building the State. Thus, the Angolan international performance was predominantly characterized by elements of permanence. Because the changes identified resulted from readjustments, which were reflections of changes in the national framework and in the interest of foreign policy-making elites, as well as the possibilities and constraints that the configuration of forces in the international system had on Angola.

**Keywords:** Angola's foreign policy; MPLA; National liberation war; Cold War; Civil war.

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1: Distribuição das exportações angolanas em 1979 e 1980 (%)..... | 99  |
| Tabela 2: Distribuição das importações angolanas em 1979 e 1980 (%)..... | 99  |
| Tabela 3: Distribuição das exportações angolanas em 1995 e 2002 (%)..... | 123 |
| Tabela 4: Distribuição das importações angolanas em 1995 e 2002 (%)..... | 123 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOA – *American Committee on Africa*

Alcora – Aliança Contra como Rebeliões em África

ALIAZO – Aliança dos Naturais de Maquela do Zombo

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAME – Conselho de Ajuda Mútua Económica

CCG – Comissão do Golfo da Guiné

CDS-PP – Partido Popular

CEA – Comissão Económica para África

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEAC – Comunidade dos Estados da África Central

CLA – Comitê de Libertação Africana

CNA – Congresso Nacional Africano

CNOOC – *China National Offshore Oil Corporation*

CNPC – *China National Petroleum Corporation*

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

ELF – Estados da Linha de Frente

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FLN – Frente de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente de Libertação de Angola

FNLC – Frente Nacional de Libertação do Congo

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUA – Frente de Unidade Angolana

JAT – *Jugoslovenski Aerotransport*

JSN – Junta de Salvação Nacional

MIA – Movimento de Independência de Angola

MINA – Movimento pela Independência Nacional de Angola

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OUA – Organização da Unidade Africana  
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PCA – Partido Comunista de Angola  
PCP – Partido Comunista Português  
PDA – Partido Democrático Angolano  
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
PLUA – Partido da Luta dos Africanos de Angola  
PPD – Partido Democrata Popular  
PS – Partido Socialista  
RAU – República Árabe Unida  
RDA – República Democrática de Angola  
RPA – República Popular de Angola  
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
SADCC – Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral  
SDECE – Serviço de Documentação e Contraespionagem  
Sinopec – *China Petrochemical Corporation*  
SMC – Sociedade Mineira de Catoca  
SWAPO – *South-West Africa People's Organization*  
TAAG – *National Angolan Airline*  
UIT – União Internacional de Telecomunicações  
UNITA – União Nacional Total de Angola  
UPA – União das Populações de Angola  
UPNA – Populações do Norte de Angola  
ZAPU – *Zimbabwe African People's Union*  
ZOPACAS – Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 13  |
| <b>2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b> .....   | 18  |
| 2.1. A POLÍTICA EXTERNA.....  | 18  |
| 2.2 A GEOPOLÍTICA .....   | 23  |
| 2.3 A ANÁLISE SISTÊMICA .....   | 33  |
| <b>3 PORTUGAL NA ÁFRICA</b> .....   | 40  |
| 3.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS.....   | 40  |
| 3.2 A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA .....  | 51  |
| <b>4 AS RELAÇÕES EXTERIORES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1961-1975)</b> ..... | 62  |
| 4.1 O MPLA .....  | 62  |
| 4.1 A FNLA E A UNITA .....  | 71  |
| 4.2 A INDEPENDÊNCIA NACIONAL .....  | 78  |
| <b>5 A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA DURANTE A GUERRA CIVIL (1975-2002)</b><br>.....        | 82  |
| 5.1 O GOVERNO AGOSTINHO NETO (1975-1979).....   | 82  |
| 5.2 O GOVERNO JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (1979-2002).....                                  | 102 |
| <b>6 CONCLUSÃO</b> .....  | 130 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 140 |

## 1 INTRODUÇÃO

A política externa de Angola pode ser analisada a partir de três grandes fases, que se distinguem por assinalar diferentes momentos de autonomia e de capacidades de projeção do país, mas que, por outro lado, possuem como denominador comum a busca por uma inserção internacional soberana e autônoma, visando o desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, pontua-se que a fase inaugural da política externa de Angola teve início em 1961 com a luta de libertação nacional. Isso ocorreu, pois a ação diplomática, nos mais diversos níveis, representou umas das principais estratégias de ação dos movimentos de libertação nacional. A segunda fase, ao seu turno, estendeu-se entre os anos da proclamação da independência, em 1975, ao fim da guerra civil, em 2002. Durante esse extenso período, conjugada à ação militar, a política externa trabalhou ativamente para garantir: a manutenção da soberania, a consolidação do poder do MPLA, a defesa da integridade territorial, a contensão das ingerências externas e a estabilização interna do Estado angolano. Por fim, a terceira e última fase, inaugurada com o estabelecimento da paz em 2002 e perdurando até os dias de hoje, vem sendo assinalada por um grau de autonomia e condições de projeção internacional inéditas para o país. Dessa forma, entende-se que a adoção de uma política externa mais propositiva pelo Estado angolano foi fomentada pela conjunção de três fatores preponderantes, verdadeiros sustentáculos do dinamismo identificado nas últimas décadas, são eles: os recursos naturais, a estabilidade institucional e a cooperação sino-angolana.

Nesse contexto, destaca-se o Atlântico Sul como um espaço notório na história angolana. Foi através dele que se deu a ocupação portuguesa em Angola, bem como a integração do território no comércio triangular. Para além disso, o posicionamento geopolítico angolano contribuiu para a manutenção do controle de Lisboa até 1975 e para a inserção do Estado no conflito intersistêmico da Guerra Fria, o que lhe garantiu uma certa margem de autonomia frente aos blocos capitalista e socialista. Assim, no século XXI Angola firma-se como uma potência regional, tendo o Atlântico Sul como um dos catalizadores de sua projeção mundial. Nesse sentido, é correto afirmar que a geopolítica do espaço atlântico representou e representa um elemento chave para a compreensão de como se deu a inserção do Estado angolano no sistema internacional e o seu papel estratégico para consecução dos objetivos nacionais.

Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a política externa de Angola entre 1961 e 2002. Tendo isso em vista, pretende-se realizar uma revisão teórica dos fatores de análise de política externa, no intuito de sublinhar a importante conexão

existente entre a geopolítica e os processos de definição da política exterior de um Estado, considerando também as possibilidades e os constrangimentos advindos do sistema internacional. Para tanto, objetiva-se investigar os processos de colonização e descolonização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), evidenciando suas características fundamentais no intuito de compreender o papel singular que Angola ocupava na estratégia portuguesa. Bem como, analisar as diretrizes e as ações desenvolvidas pelos três principais movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e UNITA) ao longo da guerra colonial (1961-1975). E por fim, analisar a política externa dos governos Agostinho Neto (1975-1979) e José Eduardo dos Santos (1979-2002), visando identificar os processos de continuidades e rupturas na ação internacional do Estado angolano, no período entre 1975 e 2002.

Assim, considerando que as dinâmicas promovidas pelo sistema da Guerra Fria, somadas a postura portuguesa em relação à descolonização e à geopolítica do Atlântico Sul e da África Austral, potencializaram o vetor internacional na história angolana, fazendo desse um elemento de destaque na estratégia de ação dos movimentos de libertação, mas também, na construção do Estado nacional. A presente pesquisa questiona se, entre 1961 e 2002, predominaram elementos de mudança ou de permanência na política externa do Estado angolano. A hipótese levantada sugere que, entre 1961 e 2002, a política externa angolana foi utilizada de forma pragmática pelas elites dirigentes do MPLA, como um catalizador do processo de construção do Estado. A atuação internacional do país se caracterizou predominantemente por elementos de permanência, uma vez que as mudanças identificadas no período consistiram em readequações resultantes das alterações no contexto nacional e no interesse das elites formuladoras de política externa, como também das possibilidades e constrangimentos que a configuração de forças do sistema internacional exercia sobre Angola.

O Estado angolano possui uma série de características que permite identificá-lo como um ator relevante nas Relações Internacionais, tanto na esfera regional, como global. Isso resulta do seu valor estratégico, em virtude da localização privilegiada, do potencial econômico e do papel de liderança que o país exerce no continente africano. Possuindo ainda, capacidades para atuar como uma potência regional na porção central e austral do continente, onde representa um “componente básico para a estabilização ou desestabilização do cone sul-africano” (ACOSTA, 2011, p. 15). Complementarmente, assumindo que o sistema internacional contemporâneo vive um período de crise e transição sistêmica, faz-se essencial questionar as atribuições das potências regionais, como Angola, no âmbito regional, continental e mundial. Para além disso, é fundamental pontuar o papel destes Estados no

incremento da cooperação e das soluções para os desafios de segurança e de desenvolvimento, acima de tudo, para os países periféricos (CASTELLANO, 2017).

Assim, a importância de se considerar o estudo da política externa de Angola deve-se ao fato desse Estado representar um dos casos mais paradigmáticos do continente africano. Dessa forma, analisar as relações exteriores do governo do MPLA, desde o processo de independência até o estabelecimento da paz, contribui para que se possa dar maior inteligibilidade aos processos de continuidades e rupturas ocorridos na ação internacional angolana durante o primeiro período expressivo de estabilidade na sua história como Estado independente. Busca-se, portanto, por meio desta análise, conferir previsibilidade à ação externa de Angola e apontar as linhas de ação que demonstram resistir as alterações da configuração de poder nacional e internacional.

Entende-se também que as experiências africanas são de grande importância para a área de Ciência Política. Nesse aspecto, concorda-se com Chazan et al. (1999) quando a autora afirma que as políticas da África contemporânea são tão vibrantes quanto diversas, desde a independência surgiram novas dimensões da vida política que desafiam a sabedoria convencional e demandam uma reformulação de conceitos e expectativas. Ademais, identifica-se que são poucos os trabalhos sobre África cujo foco seja a política externa dos Estados africanos propriamente dita. Nota-se que os estudos sobre o continente africano se tornaram nas últimas décadas um tema crescentemente debatido nas produções acadêmicas brasileiras, no entanto, as abordagens são geralmente justificadas nos laços culturais que unem as duas margens do Oceano Atlântico. Contudo, aqui, entende-se que o argumento legitimador dos estudos africanos para a academia brasileira reside também em fatores mais objetivos, de ordem política, econômica e social.

Além disso, é válido destacar que a política africana desenvolvida pelo Brasil, desde a década de 1970, em meio a avanços e interregnos, é um elemento chave para a projeção internacional independente do país. Dessa forma, recorda-se que o Estado brasileiro possui uma parceria histórica e estratégica com Angola, tendo sido o primeiro país a reconhecer sua independência no mesmo dia de sua proclamação. Além de representar um importante aliado em nível econômico e político defendendo pautas conjuntas em fóruns mundiais e organizações regionais.

No que concerne o recorte temporal apresentado, de 1961 a 2002, compreende-se esse como um proeminente período na trajetória do Estado angolano, tendo como marcos o início da luta de libertação nacional e o estabelecimento da paz. A história de Angola foi assinalada por dois longos e subsequentes conflitos, a guerra de independência (1961-1975) e a guerra



civil (1975-2002). A análise desses períodos revela uma experiência *sui generis* da interação entre as contradições internas, os interesses das grandes potências e de atores regionais em derrotar as forças revolucionárias (ACOSTA, 2011). Em meio a este contexto, o Estado passou por um árduo processo de construção e o fim da disputa militar contribuiu enormemente para ampliar suas capacidades de projeção internacional.

Dessa forma, tendo em vista que o presente trabalho se propõe analisar a política externa angolana, no período entre 1961 e 2002, optou-se por utilizar a abordagem metodológica qualitativa. Uma vez que predomina a interpretação desenvolvida pelo pesquisador por meio da compreensão do fenômeno estudado, e atenta-se aos “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...]” (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009, p. 32). Outrossim, a abordagem qualitativa lança foco sobre uma compreensão aprofundada da totalidade analisada, buscando incorporar perguntas abertas aos seus instrumentos de pesquisa, como fatores adicionais a assimilação de informações (BAQUERO, 2005). Ainda que a pesquisa faça uso de bases de dados e índices econômicos, o método é qualitativo puro, ou seja, a análise desses será feita complementarmente à investigação documental e bibliográfica. Assim, o emprego dos dados visa confirmar ou negar as conclusões obtidas por meio da análise bibliográfica e documental, possibilitando, desse modo, testar a veracidade da hipótese.

Utilizar-se-á do método hipotético-dedutivo, o qual busca por meio de um problema inicial criar algumas hipóteses, as quais serão comprovadas ou falseadas no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Nevado (2008), esta abordagem oferece explicações causais dedutivas baseada na relação lógica entre proposições, visto que o conhecimento é resultado das proposições que refutam as hipóteses e teorias iniciais. A pesquisa adotara ainda o método histórico, pois concorda-se com Braudel (2009, p. 09, 10) quando esse afirma que a história possui assim todas as vantagens em raciocinar por comparações em escala do mundo, de modo que o passado é nesse sentido, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente. Dessa forma,

A história fornece precisamente pontos de comparação no tempo e permite seguir as linhas de evolução, ao desprender as características específicas de cada um dos sistemas internacionais que se sucederam. Assim, as mudanças que ocorrem periodicamente na dimensão, na estrutura do sistema internacional, podem servir para formular um diagnóstico sobre as características específicas da sociedade internacional (MERLE, 1981, p. 44).

Uma vez que o trabalho foca inicialmente na descrição dos conceitos teóricos, como também nas diretrizes de política externa dos governos estudados e posteriormente se propõe realizar uma análise das continuidades e rupturas na política externa de Angola, pode-se afirmar, no que concerne os objetivos, que a pesquisa assume caráter descritivo e explicativo. No que tange os procedimentos para a execução do trabalho, serão utilizadas a revisão bibliográfica, que busca investigar o conhecimento acadêmico já desenvolvido acerca do tema, e a análise documental de fontes primárias (documentos oficiais, discursos, entre outros) e secundárias (jornais e revistas).

Em relação à estrutura, essa segue os objetivos específicos da pesquisa. Desse modo, o primeiro capítulo realiza uma revisão teórica dos elementos de análise de política externa, evidenciando a conexão entre a geopolítica e os processos de definição da política exterior, sem perder de vista os aspectos sistêmicos. O capítulo seguinte debate os processos de colonização e descolonização dos PALOP, dando especial atenção ao caso de Angola. A terceira seção do trabalho dedica-se a pontuar as relações exteriores dos movimentos de libertação de Angola desenvolvidas ao longo da guerra colonial. E por fim, no último capítulo analisa-se a política externa dos governos Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos. Assim, por meio de um histórico dos principais eventos das relações exteriores de Angola, destaca-se o papel da política externa na consolidação do Estado, em meio ao contexto dos conflitos externos, internos e regionais.

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O entendimento do presente trabalho implica no desenvolvimento de um arcabouço teórico que destaque alguns conceitos e definições importantes à fim de fundamentar a hipótese levantada. Nesta primeira seção, objetiva-se realizar um debate a respeito dos elementos de análise de política externa, visando evidenciar a importante conexão existente entre a geopolítica e os processos de definição da política exterior de uma nação, sem perder de vista as possibilidades e os constrangimentos advindos do sistema internacional. Assim, concorda-se com Halliday (2007) quando esse discute que a análise das Relações Internacionais deve contemplar seus três elementos constitutivos: o interestatal, o transnacional e o sistêmico. Ou seja, deve-se considerar a dimensão das relações entre as nações, o espaço em que esses atores interagem e projetam seus interesses, assim como a forma com que as relações sistêmicas impactam diretamente sobre as capacidades dos Estados.

### 2.1. A POLÍTICA EXTERNA

A importância do elemento interestatal reside no fato do Estado ser a unidade característica da sociedade internacional. Ainda que as relações internacionais não se limitem às trocas entre governos, contemplando uma série de intercâmbios – públicos ou privados – que ocorrem entre as fronteiras nacionais, é a existência dos Estados “concretizada no terreno pela linha das fronteiras, condição necessária e suficiente para que uma relação possa ser qualificada como “internacional” (MERLE, 1989, p. 111). Assim, reconhece-se aqui o valor dos demais atores – como as Organizações Intergovernamentais e as forças transnacionais (Organizações não governamentais e firmas multinacionais<sup>1</sup>) – mas, identifica-se a célula estatal como elemento insubstituível da estrutura internacional. Dessa forma, a relevância do elemento interestatal na análise das relações internacionais é reflexo do papel privilegiado que o Estado-nação assume no sistema internacional moderno, visto que é concebido como a única entidade que, uma vez reconhecida pelos pares, beneficia-se de competências plenas garantidas pelo direito internacional. Pertence ainda a esses atores a fonte legítima de coerção

---

<sup>1</sup> Essas estão cada vez mais distantes do controle dos governos, o que lhes confere um grau de autonomia e capacidade de rivalizar com os Estados, entretanto, elas não almejam nem possuem possibilidades de substituir o poder político dos Estados. O que se verifica, no entanto, é uma dissociação entre o poder político e o econômico refletindo em sérias perturbações para a ordem internacional (MERLE, 1989).

que pode ser empregada em relação aos seus sujeitos, como também contra outros Estados (MERLE, 1989).

Todavia, apesar do inegável protagonismo dos atores estatais, o presente trabalho afasta-se da comparação realista clássica dos Estados como “bolas de bilhar”, ou seja, como unidades fechadas e independentes. Apesar do status formal de igualdade conferido aos Estados, a realidade traduz um cenário mais complexo, no qual o exercício das funções internacionais está condicionado às limitações e coerções impostas a esses por meio de relações de poder, por considerações de risco e de caráter moral, religioso ou ideológico (BRUCAN, 1974). O fenômeno estatal em sua realidade é extremamente diversificado, com as unidades se diferenciando em vários aspectos (idade, regimes políticos, extensão territorial, riqueza e capacidades), o que origina uma hierarquia de poder nas relações interestatais (MERLE, 1989). Assim, da mesma forma que a desigualdade social é a raiz da política na sociedade, a desigualdade nacional (política e econômica) é a raiz da política na esfera internacional (BRUCAN, 1974). Portanto, tendo em vista que os Estados são entidades privilegiadas do ambiente internacional e que esses atores estão organizados em uma hierarquia de poder, o sustentáculo das relações externas de um Estado é a sua política exterior.

Dessa forma, compreende-se que, além de uma política pública, que se diferencia das demais por ser dirigida para o espaço além das fronteiras nacionais, a política externa pode ser definida, segundo Hill (2003), como a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente nas relações internacionais. O autor explica que:

[...] as relações externas são “oficiais” para permitir a inclusão de resultados de todas as partes dos mecanismos do estado ou empresa, ao mesmo tempo que mantém a parcimônia com relação ao vasto número de transações internacionais que estão sendo conduzidas; a política é a 'soma' dessas relações oficiais porque, de outra forma, toda ação específica poderia ser vista como uma política externa separada - enquanto os atores geralmente buscam algum grau de coerência com o mundo exterior. Por último, a política é “estrangeira” porque o mundo ainda está mais separado em comunidades distintas do que em uma entidade única e homogeneizante. Essas comunidades, portanto, precisam de estratégias para lidar com estrangeiros (ou estranhos) em seus vários aspectos (HILL, 2003, p. 03, tradução nossa).

Posto isso, é fundamental observar os aspectos que permeiam o processo de definição da política externa de uma nação. O primeiro destes elementos é a relação entre o âmbito interno e externo. As relações de poder do Estado têm o nacional e o internacional como arenas complementares, uma vez que essas atuam nos níveis doméstico e internacional simultaneamente

“[...] e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro. As necessidades da competição interestatal explicam muito do desenvolvimento do Estado moderno, enquanto a mobilização dos recursos domésticos e os constrangimentos internos dão conta do sucesso dos Estados nesta competição” (HALLIDAY, 2007, p. 34).

Desse modo, em concordância com Duroselle (1992), entende-se que não existe um ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna. Por conseguinte, Castro (2012) assinala que a relação entre essas duas esferas é permeada de influências recíprocas e constantes, e a formação e execução de ambas as políticas são produtos de forças distintas, coordenadas complexamente por diversos atores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos.

Sendo assim, pode-se afirmar que a política exterior é o ponto político central das relações internacionais do Estado, cabendo a ela refletir os valores que a sociedade em questão pensa serem universais, e coordenar as prioridades estabelecidas entre interesses concorrentes projetados externamente (HILL, 2003). A presente definição evidencia um segundo aspecto importante na formulação da política exterior: o interesse nacional. O conceito de interesse nacional, como explicam Renouvin e Duroselle (1967), nasceu juntamente com o de sentimento nacional e o desenvolvimento das instituições democráticas, representando um contraponto à ideia do “interesse do príncipe”. No contexto do Estado moderno, que surgiu após as revoluções burguesas, os dirigentes, independentemente de suas vontades particulares, poderiam, graças ao arranjo institucional democrático, determinar objetivamente os alvos visados somente em função dos interesses da nação. Contudo, como destacam os autores, a realidade mostrou-se mais complexa, com as sociedades não se dividindo apenas em classes, mas também em grupos de interesses cujos propósitos são concorrentes, portanto, não é possível existir dentro de um Estado um interesse nacional objetivo.

Silviu Brucan (1974, p. 128, tradução nossa) advoga que o interesse nacional representa a força impulsionadora da política externa de um Estado, compreendendo “[...] os desejos que são os estímulos fundamentais da atividade de uma nação na política internacional, e seu conteúdo por consequência, pode ser percebido mediante a observação das relações sociais e nacionais que dão origem a estes desejos”. Halliday (2007) afirma que as relações internacionais devem ser percebidas como o estudo das relações entre formações sociais e não o das relações entre os Estados. Dessa forma, abandona-se a ideia do Estado como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas passa-se a

percebê-lo como o *locus* dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica. Nesse sentido, o processo de definição do interesse nacional resulta da articulação de prioridades entre aspirações contraditórias de grupos de interesse ou de classes que formam o Estado. Cabe aos tomadores de decisão selecionarem os possíveis objetivos de sua política exterior, e assim, de modo consciente ou não, o resultante de suas seleções é o que se denomina por “interesse nacional” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 334).

Ainda que na cena internacional o Estado atue em favor da classe governante, este é uma conjunção de forças, e por isso a política externa não deve ser analisada como a simples reprodução dos interesses e objetivos de um só grupo. Para Brucan (1974), existem duas motivações centrais que guiam a política internacional: a motivação de classe e a motivação nacional. A história moderna é assinalada por tensões sociais e tensões nacionais, de modo que em um contexto de elevada tensão social, o interesse de classe passa a ser predominante nas decisões políticas, enquanto na circunstância de uma grave tensão internacional, o interesse nacional se impõe (BRUCAN, 1974). Assim, quando uma predomina, em virtude de um determinado contexto, a outra reduz sua influência, mas em nenhum momento uma ou outra desaparecem, ou se aniquilam, apenas se intercalam (BRUCAN, 1974).

Muitas vezes, analistas assumem que por se tratar de Estados inseridos no sistema capitalista, o interesse nacional é uma transcrição dos interesses da burguesia e que a política externa é resultante da política de classes (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967). O antagonismo nacional tem suas raízes na luta de classes, contudo, a partir do momento que as nações são constituídas e consolidadas como comunidades sociais integradas, adquirem uma autonomia própria na política internacional, a qual não é nem pode ser idêntica a dos interesses e fins de uma só classe ou mesmo da classe dominante (BRUCAN, 1974). Deve-se, por isso observar os benefícios que as diversas classes sociais, ou a maioria da nação pode tirar de certas políticas, “basta que tais benefícios existam para que a noção de interesse nacional mereça ser mantida” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 341).

Nesse sentido, é fundamental pontuar quais são as forças que atuam sobre os tomadores de decisão em política externa, a problemática que surge é como definir quem são esses atores. Segundo Merle (1989), a ação internacional do Estado aproxima-se do conceito de resultante de forças, mais do que de uma arbitragem entre diversos interesses, desse modo:

A interposição dos Estados nas relações internacionais, que é uma ficção necessária no plano jurídico, constitui, antes, uma tela, que serve para esconder, às vezes o poder de um homem ou de uma pequena equipe, às vezes a influência de uma casta

profissional ou de um grupo de interesses, às vezes o triunfo de uma paixão coletiva, às vezes as hesitações da opinião e das indecisões da classe política. **Portanto para comprovar o papel desempenhado por cada Estado nas relações internacionais é preciso comprovar, caso por caso, todos os mecanismos e todas as molas que participam do processo decisório** (MERLE, 1989, p. 246, grifo nosso).

Assim, identificar os atores e mensurar o seu grau de influência em matéria de política externa implica em considerar: a estrutura social, o grau de representação e participação dos grupos na formulação e execução de decisões políticas, como também, o grau de independência política e de consciência desses atores em relação aos seus interesses (BRUCAN, 1974). Nesse sentido, tem-se que os atores tradicionais na definição sobre a política externa são as forças institucionais. Elas apresentam uma diversidade de influências que variam de acordo com as possibilidades conferidas pelo desenho institucional adotado por cada Estado<sup>2</sup>. A esfera do poder Executivo destaca-se por seu papel central na definição e execução da política exterior. O Parlamento, ao seu turno, tem uma atuação secundária, com o potencial para impulsionar ou controlar a ação internacional por meio de prerrogativas como votações para internacionalização de tratados e aprovações de orçamentos. Dentro do Executivo há ainda as relações entre o Chefe de Estado e a equipe governamental, na qual está inserido o ministro das Relações Exteriores.

Ademais, a política externa não pode ser totalmente compreendida se for abstraída da sociedade e do sistema produtivo a que atende, especialmente porque os objetivos econômicos são preocupações centrais dos governos modernos (HILL, 2003). Dessa forma, além de regimes, constituições e política, deve-se observar o contexto social e econômico mais amplo do Estado. Nesse aspecto, deve-se considerar também o que Merle (1989) classificou como fatores “extrainstitucionais” os quais interferem na elaboração da política exterior, sendo esses: a opinião pública, os partidos políticos e os grupos de interesse.

Atuando como um componente autônomo da política externa a médio e longo prazo, a opinião pública tende a ganhar importância nesse processo à medida que a sociedade é mais influenciada pelos meios de comunicação. No mesmo sentido, considera-se os partidos políticos atores, que apesar de suas vantagens estratégicas naturais, mantêm um papel predominantemente secundário na formulação da política exterior. Até mesmo os partidos únicos, de acordo com o autor (1989), não são mais do que intermediários entre interesses

---

<sup>2</sup> Entretanto, ainda que o aspecto institucional seja repleto de variáveis, chama-se atenção para o fato de que, “não podemos nos limitar á repartição oficial das atribuições, já que cada uma das instâncias evocadas pode por sua vez ser pressionada por forças interessadas em tal ou tal aspecto particular da política exterior. Aliás, é aqui que a prática dos países liberais vai ao encontro das experiências dos regimes autoritários e ditatoriais, onde, apesar de não existir a separação dos poderes, as contestações sobre a política exterior muitas vezes imiscuem-se nos conflitos de tendência observados no interior das equipes dirigentes” (MERLE, 1989, p. 228).

particulares, ideologias e as ações de política externa. Por fim, o processo de penetração dos temas das relações exteriores na consciência nacional gera reações defensivas ou ofensivas em grupos que atuam na defesa de seus objetivos, resultando na terceira força “extrainstitucional” a qual pode ser decomposta em três vetores principais: os grupos de interesse, os grupos ideológicos e os administradores (MERLE, 1989).

Os grupos de interesse são, de modo geral, todos os que buscam defender ou qualificar sua condição material por intermédio da política exterior agindo direta ou indiretamente. Sobre essa força Merle (1989, p. 232) analisa que “[...] o poder de decisão dos governantes, nas negociações econômicas internacionais, ver-se-á muitas vezes paralisado pela defesa de interesses globais quase impossíveis de identificar, mas que não deixam de ser fatores determinantes da política exterior”. No mesmo sentido, o autor aponta para os grupos ideológicos, que agem como *lobbies* procurando influenciar a política governamental em favor de um país. Por fim, os administradores, correspondem aos quadros técnicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que em tese deveriam atuar apenas na execução da política elaborada ao nível das instâncias governamentais. Mas, na realidade, a estabilidade do pessoal e a qualidade do seu recrutamento consistem em um elemento de continuidade ou de imobilismo para a política externa de uma nação, o que contrasta com a instabilidade das orientações governamentais (MERLE, 1989).

Adicionalmente, para além das forças institucionais e “extrainstitucionais”, a definição da política externa de uma nação é amplamente dependente das “forças profundas” na esfera doméstica. O conceito desenvolvido por Renouvin e Duroselle (1967) elucida que os fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas e sociais, nacionalismo e política são princípios subjacentes permanentes que condicionam o planejamento da política exterior de um Estado. Assim, tendo em conta que o objetivo do trabalho é analisar a política externa de Angola durante os anos de 1961 a 2002, torna-se mandatório observar o importante papel que a componente geográfica possui no cálculo de formulação da política exterior e na definição do interesse nacional dos Estados.

## 2.2 A GEOPOLÍTICA

Durante muitos anos a geografia representou uma variável determinante para a aferição do poder mundial. No entanto, o desmantelamento do sistema bipolar gerou uma série de alterações sistêmicas que em conjunto com o desenvolvimento tecnológico e a difusão do liberalismo econômico contribuíram para que o espaço geográfico e a demografia



– antes cruciais – passassem a ter um papel secundário nas análises sobre o poder estatal. Assim, nos primeiros anos que seguiram o pós-Guerra Fria, as análises atentaram-se muito mais em aspectos econômicos e financeiros, fomentando um movimento de descrédito da geopolítica, que passou a ser entendida como uma ciência cuja capacidade explicativa estaria ultrapassada. Contudo, a consolidação do sistema multipolar e a crise da hegemonia norte americana evidenciaram que a geografia permanece sendo importante no cálculo estratégico dos Estados. Desse modo, concorda-se com Renouvin e Duroselle (1967) quando esses afirmam que o espaço físico influi sensivelmente sobre a vida dos agrupamentos humanos, podendo determinar em grande medida o comportamento, os contatos comerciais ou políticos e o poder dos Estados, agindo também como um fator de diferenciação dos povos. Posto isso, entende-se que o estudo das relações internacionais não deve jamais negligenciar o exame das condições geográficas (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).

Diversos teóricos já haviam debatido o vínculo entre o espaço físico e os agrupamentos humanos. Mas, foi a partir de Friedrich Ratzel, ao final do século XIX, que o estudo do papel das condições geográficas sobre as características e condutas dos povos foi posto em primeiro plano na análise da Ciência Política. Mais tarde, o conceito de geopolítica foi usado pela primeira vez na obra de Rudolf Kjellen, sendo definida como um “ramo da política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto, como país, território e domínio” (CASTRO, 2012). Compreende-se aqui, que a geopolítica é uma teoria do poder, que identifica os fatores geográficos como um importante recurso para a formulação das políticas públicas, visando o fortalecimento do poder de um país em relação aos demais (MIYAMOTO, 2014).

Percebe-se uma estreita relação entre os fatores geográficos e o poder do Estado. Na obra Política entre as Nações, Hans Morgenthau (2003, p. 215) ao tratar dos elementos do poder nacional corrobora com essa ideia ao apontar que “O mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação é obviamente a geografia”. De modo semelhante, Brucan (1974) ao decompor os elementos do poder nacional<sup>3</sup> também inclui a situação geográfica. Segundo o autor (1974), as componentes do poder nacional possuem um peso subjetivo, são mensuradas de forma comparativa e constituem um potencial cujo valor real depende da capacidade política que se tem para usá-las e do grau em que elas se relacionam com uma finalidade precisa. Assim, o mais importante no que concerne o poder nacional é “[...] a

---

<sup>3</sup> Para o autor (1974), o poder nacional também abarca elementos como: bases tecnológicos-materiais, potencial militar, recursos naturais, população, produção industrial e agrícola, forças militares e armamentos, fortificações e grau de preparação, moral nacional, coerção política, prestígio internacional e capacidade diplomática.

avaliação correta do grau em que se pode alcançar as metas da política exterior, tomando em consideração o contexto geral, e a circunstâncias específicas, em um momento determinado, da política internacional, particularmente para os Estados e as forças que estão diretamente envolvidas [...]” (BRUCAN, 1974, p. 140, tradução nossa). Nesse sentido, compreende-se que as “afinidades entre a geografia e a política externa de um Estado são incontestáveis; são, porém, muitas vezes, instáveis, quase sempre ligeiramente variadas”. (RENOUVIN, DUROSELLE, 1967, p. 27).

Tal variação ocorre, em certa medida, devido aos elementos apontados por Brucan (1974), mas também, em virtude de os fatores geográficos nas relações internacionais não terem caráter de permanência, uma vez que a ação do homem tem sido capaz de modificar o meio físico e alterar sua influência. Em vista disso, nota-se que todas as vertentes da análise geopolítica (terrestres, marítimas ou aéreas) foram alvos de diferentes abordagens ao longo dos séculos, de modo que a importância conferida a cada uma variou conforme o grau de desenvolvimento tecnológico e o contexto histórico. Logo, o estudo do espaço geográfico “[...] não pode, portanto, dar indicações válidas para todos os séculos e para todos os estados de civilização” (RENOUVIN, DUROSELLE, 1967, p. 32).

É neste quadro que se insere a análise geopolítica dos oceanos, um dos elementos geográficos de maior influência na vida dos Estados, na relação direta com seu espaço (CASTRO, 1983). Tal importância está imediatamente associada às potenciais vantagens comerciais e securitárias que uma faixa litorânea confere para um território. Segundo Duarte (2011) a Organização das Nações Unidas (ONU) considera “Estados geograficamente desfavorecidos” todos aqueles que não têm acesso ao mar ou que têm restrições neste acesso, o que corresponde hoje a cerca de 20% dos países (39 Estados). A extensão do espaço marítimo que as nações exercem soberania varia, determinada pelo Direito Internacional divide-se entre mares territoriais, zonas contíguas e a plataforma continental. Observa-se, assim, que uma expressiva parcela do espaço oceânico global consiste em uma imensa zona transnacional. Tendo isso em vista e considerando o modelo dos elementos constitutivos das Relações Internacionais proposto por Halliday (2007), ao analisar os oceanos por meio do elemento transnacional, compreende-se que existe um espaço, além das fronteiras nacionais, preponderante para os Estados, o qual assume relevância inclusive para a definição do interesse nacional.

Os oceanos ocupam 70% da superfície do planeta, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e manutenção da vida humana. Nessas áreas encontram-se fontes substanciais de recursos para o desenvolvimento econômico dos Estados, e, portanto,

essenciais para a segurança e defesa desses. Mesmo com os inúmeros avanços tecnológicos e o progresso dos meios aéreos e terrestres, as vias marítimas permanecem como a principal rota de transporte de mercadorias e de dados. Os mares constituem, assim, áreas onde as dinâmicas de poder são profundamente complexas, cabendo à análise geopolítica “[...] determinar a esfera marítima de domínio desses mesmos Estados mantendo dentro do contexto, linhas de inversão que requerem a médio e a longo prazos previsões não só custosas como ainda intrincadas [...]” (CASTRO, 1983, p. 33). Ratzel já considerava o mar como uma fonte de poder nacional, mas foi na obra de Alfred Mahan em 1890 – “Influência do Poder Marítimo na História (1660-1782)” –, que o controle dos oceanos para fins comerciais e militares assumiu uma dimensão decisiva no cálculo das guerras. Por meio de quatro fatores de análise – o posicionamento e fisiografia; a extensão territorial; o aspecto psicossocial (população e caráter nacional); e a política de governo –, o autor demonstra com base em fatos históricos que o poder marítimo é a base vital do poderio de um Estado, congregando não só o potencial militar, mas também, o comércio e a navegação civil.

Compreende-se, portanto, que desde o sistema mundial antigo, os mares desempenharam um papel relevante para o progresso das civilizações. Na antiguidade clássica o mar já representava um veículo de projeção de poder – como no caso da *Pax Romana* que consolidou o Mediterrâneo em um *mare nostrum*. No entanto, até a idade moderna a história foi construída por impérios (romano, chinês e o russo) que se caracterizavam por dominar extensas áreas continentais e entre os quais as relações internacionais ocorriam fundamentalmente por rotas terrestres (Rota da Seda e Rota Transaariana). Foi no século XVI, com o nascimento do sistema moderno de Estados, que se consolidou uma mudança geopolítica fundamental, por meio da ascensão do Atlântico como o novo espaço dinâmico global, culminando na formação dos impérios ultramarinos. Desde então, o fator marítimo passou a condicionar as relações internacionais e os oceanos tornaram-se a base processual de diferentes conjunturas ao longo dos séculos (CASTRO, 1997b).

O domínio do Atlântico representou elemento chave da expansão europeia. O desenvolvimento de uma atividade geopolítica mais intensa nessa região deveu-se em grande medida às características físicas deste espaço. Abrangendo cerca de 24% da superfície da terra, banhando 65 países com realidades políticas, econômicas e militares extremamente distintas (CORREIA, 2010), o Atlântico se difere do Pacífico e do Índico por não possuir obstáculos entre as duas zonas polares. Também se localizam nele as três principais charneiras mundiais: a do Cabo da Boa Esperança; a do Canal do Panamá; e a do Estreito de Magalhães. Para além disso, suas costas possuem apenas dobras montanhosas, que são

melhores para instalações portuárias, em comparação ao Pacífico, por exemplo, que é conformado por um cinturão vulcânico (CASTRO, 1984).

A divisão do Atlântico em duas zonas geoestratégicas não corresponde à delimitação geográfica traçada pela Linha do Equador. Dessa forma, sabe-se que a primeira definição do Atlântico Sul surgiu no século XVI com os cartógrafos portugueses que estabeleceram os limites do Equador, do Trópico de Câncer e do Círculo Polar como um condomínio exclusivo da coroa lusitana. No século XIX, os ingleses consolidaram essa subdivisão (PIMENTEL, 2015). Já o Atlântico Norte foi definido em 1949 no artigo 6º do Tratado da OTAN como tudo que se encontra ao norte do Trópico de Câncer (23º 26'). Na realidade a divisão do Atlântico ocorre na área que o entorse continental sul-americano – saliente nordestino – projeta-se para a protuberância da África Ocidental. A linha divisória, portanto, é uma linha inclinada que liga Natal (ao sul) e Dakar (ao norte) (CASTRO 1984). A delimitação oficial mais específica sobre o Atlântico Sul foi feita pelo Livro Branco de Defesa que circunscreveu a região entre o “paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores” (BRASIL, 2016, p. 35). A presente pesquisa assume a definição de Penha (2011), que de modo muito semelhante ao documento brasileiro, localiza a bacia do Atlântico Sul limitada ao norte pela linha que vai desde o Amapá até a Maurítânia, permeando o arquipélago de Cabo Verde, e se estendendo ao sul até o paralelo 60º referido no Tratado da Antártica (1991), que demarca fronteira norte do Oceano Antártico.

Desse modo, o espaço marítimo do Atlântico Sul está compreendido entre três frentes continentais – América, África e Antártica – e três corredores – ao norte entre o estrangulamento Natal-Dakar, e ao sul entre a Antártica e o Estreito de Drake e a Passagem do Cabo. Deriva dessa configuração, em distinção à bacia fechada do Atlântico Norte, o sentido estratégico do corredor vital do Atlântico Sul, onde os grandes oceanos se reúnem (CASTRO 1984). Ademais, como analisa Silva e Marcondes (2019), essa área marítima pode ser dividida em quatro regiões: a sul-atlântica sul-americana, a sul-atlântica africana, o alto-mar e as águas jurisdicionais das ilhas oceânicas de potências extrarregionais (Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha).

Como explicam os autores (2019), a área marítima sul-atlântica sul-americana é composta por apenas três Estados – Argentina, Brasil e Uruguai – entre os quais prevaleceu até os anos de 1980 uma relação de tensionamento clássico, substituída por uma dimensão cooperativa nas décadas seguintes. A região sul-atlântica africana, por sua vez, abriga uma variedade de Estados (21) com contextos econômicos, sociais e militares heterogêneos, representando uma das principais fontes de recursos energéticos mundiais, com destaque para

o Golfo da Guiné. Por fim, no que concerne às ilhas, essas são elementos fundamentais na geoestratégia do Atlântico Sul. Na costa sul-americana, não foram muito exploradas, devido à facilidade de penetração das baixas altitudes do litoral, mas, na África, serviram de trampolins – uma verdadeira “vertebração geopolítica” – para o controle do continente, como nos casos de Bolama, Goré, Anobóm, Fernando Pó e São Tomé e Príncipe (CASTRO, 1984).

Esses espaços configuram três triângulos geoestratégicos: Fernando de Noronha, Trindade e Malvinas; Ascensão Santa Helena e Tristão da Cunha; e Gough, Georgia do Sul, Sanduiche do Sul, Sehetlands do Sul e Órcodes do Sul (CASTRO, 1984). Ademais, o Atlântico Austral desde a suspensão dos programas nucleares brasileiro, argentino e sul-africano, está livre da proliferação nuclear e de mísseis de médio e grande alcance. A região também se beneficia da posição relativamente isolada em relação ao Pacífico, primeiro teatro de disputas estratégicas em escala global (COUTO, 2012), o que não significa que o Atlântico Sul esteja alheio a essas dinâmicas.

A expansão europeia pelos mares iniciou-se com Portugal no século XV, por meio do estabelecimento de uma política de domínio marítimo que se consolidou com a *Pax Lusitana*, baseada no controle das margens brasileira e africana e no fomento de um intenso comércio triangular. Durante o Antigo Regime Colonial o Atlântico teve papel de rota comercial, e posteriormente tornou-se elo entre o Brasil e o continente africano, por meio do tráfico negreiro, cujas atividades eram uma forma de exercer seu controle (CASTRO, 1997b). Com a abolição da escravidão, a porção sul do Atlântico passou a ser identificada como uma região de “vazio de poder” (PENHA, 2011). Tal condição foi fomentada pela Grã-Bretanha, que visava remover qualquer entrave ou possível ameaça a sua hegemonia, agindo no sentido de constranger o comércio na região e exercer o domínio sobre as rotas de conexão do império britânico, notoriamente com a Índia. Dessa forma, a *Pax Britânica*, que se estendeu do final do século XVIII ao século XIX, assinalou a transição do Atlântico Austral para uma posição secundária em relação aos demais espaços oceânicos, condição que foi acentuada pela abertura dos canais de Suez (1869) e do Panamá (1914). Seu caráter periférico, como quinto teatro de operações foi reforçado: pela dominação colonial europeia na África, pelas dificuldades econômicas dos países sul-americanos, pela participação limitada da região nos fluxos de comércio internacional, bem como, por sua importância estratégica limitada para o equilíbrio de poder mundial (ALMEIDA, 1988).

Até a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul se manteve como área de interesse e controle das potências europeias. Ainda que os EUA já se projetassem como poder marítimo, seus esforços estavam centrados no seu entorno estratégico mais imediato, Caribe e Atlântico

Norte. A região se mostrou estrategicamente importante no conflito contra o Eixo, principalmente pela plataforma da vitoriana. Entretanto, o desgaste das capacidades francesas e britânicas em manter o controle da região e a ameaça alemã exigiram que Washington estabelecesse uma política de segurança no Atlântico Sul. Nesse sentido, foram criados a IV Frota Norte-Americana em 1943, que possuía o Atlântico Sul como teatro de operações, precisamente focada na margem sul-americana, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947.

Nos anos que seguiram a Segunda Guerra, verificou-se um baixo interesse estratégico na porção sul do Atlântico, principalmente em comparação a parte norte, que se consolidou como principal centro de atenção norte-americano. Nesse sentido, os EUA reduziram sua presença direta ao desmobilizarem a IV Frota, em 1950, criando uma série de iniciativas menos dispendiosas para o controle da segurança na região, como o exercício naval entre as marinhas do hemisfério americano, UNITAS, de 1959, e a Área Marítima do Atlântico Sul estabelecida, em 1967, para coordenar e monitorar o tráfico marítimo da região. Como caracteriza Penha (2011) o Atlântico Sul, durante todo o século XX, foi compreendido estrategicamente pelas potências ocidentais como uma rota alternativa aos canais de Suez e do Panamá, cujo domínio deveria ser garantido. Essa perspectiva perdurou durante a Guerra Fria, mas, em virtude da reorganização de forças na região, a manutenção do controle desse espaço passou a ter alguns entraves.

O fechamento de Suez, entre 1967 e 1975, e o desenvolvimento dos superpetroleiros e graneleiros contribuíram para que a via atlântica, notoriamente o Cabo da Boa Esperança, reforçasse seu valor estratégico (VIEGAS, 2016). Esse processo veio acompanhado, pelas independências africanas da década de 1960, que implicaram na redução do espaço historicamente dominado pelas potências europeias, e pelo aumento da presença soviética e cubana na África, especialmente em Angola e Moçambique. Todavia, ainda que a influência do Kremlin tenha aumentado, ela não justificava a inquietação dos estrategistas ocidentais, pois assim como explica Almeida (1988, p. 96) “[...] a região era a mais distantes dos pontos de apoio da frota soviética e a que apresenta o maior número de dificuldades logísticas e estratégicas, o que tornaria altamente custoso qualquer esforço de Moscou se decidisse interromper ali as rotas de suprimento dos países da OTAN”.

O avanço do bloco socialista no continente africano rompeu, ainda que de forma limitada, com um monopólio ocidental sobre a região e recobrou o valor estratégico-militar do Atlântico Sul, graças a doutrina Gorshkov que passou a orientar as ações soviéticas neste oceano (PENHA, 2011). A disputa bipolar no Atlântico Sul se traduziu na militarização do

lado sul-americano, com a instalação da *Fortress Falklands*, e do lado africano, com o estacionamento irregular de navios soviéticos em Angola (ALMEIDA, 1988). Se o avanço soviético refletiu no reforço da ação norte-americana na região, o enquadramento do Atlântico Sul no quadro da Guerra Fria também tornou o espaço em um campo de disputas da política externa dos países ribeirinhos (PIMENTEL, 2015). Em 1966, a África do Sul propôs, entre o Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Portugal, Austrália, Nova Zelândia, a criação do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que consistia em um mecanismo integrado de segurança no modelo da OTAN. O empreendimento tinha o aval norte-americano, porém, desconfianças e descompassos de percepções fizeram com que a proposta fosse rejeitada.

A Guerra das Malvinas, em 1982, representou um marco na reorientação das percepções entre os países da região, pois, além de evidenciar aos governos sul-americanos a fragilidade da aliança do TIAR, o conflito em águas atlânticas contra o Reino Unido fez com que os Estados ribeirinhos passassem a compreender as potências extrarregionais ocidentais como os principais agressores em potencial<sup>4</sup> (PIMENTEL, 2015). Assim, inserção da região na Guerra Fria criou as condições para que se estabelecesse uma concertação entre os atores da região sobre a política de segurança que não estivesse necessariamente integrada a geoestratégia das grandes potências (PENHA, 2011). A partir de então, foi desenvolvida uma visão compartilhada entre os países do Atlântico Sul, na qual o interesse na segurança da região não se atrelava à dissuasão estratégica, mas sim, em mantê-lo a margem das tensões externa de forma a promover condições favoráveis ao desenvolvimento da cooperação horizontal entre os países ribeirinhos (ALMEIDA, 1988). Desse modo, não obstante do alinhamento sul-africano à OTAN, surgiu, do entendimento diplomático entre Argentina, Brasil e Nigéria, a Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral aprovada em 1986, com voto contrário dos EUA e abstenção de Portugal.

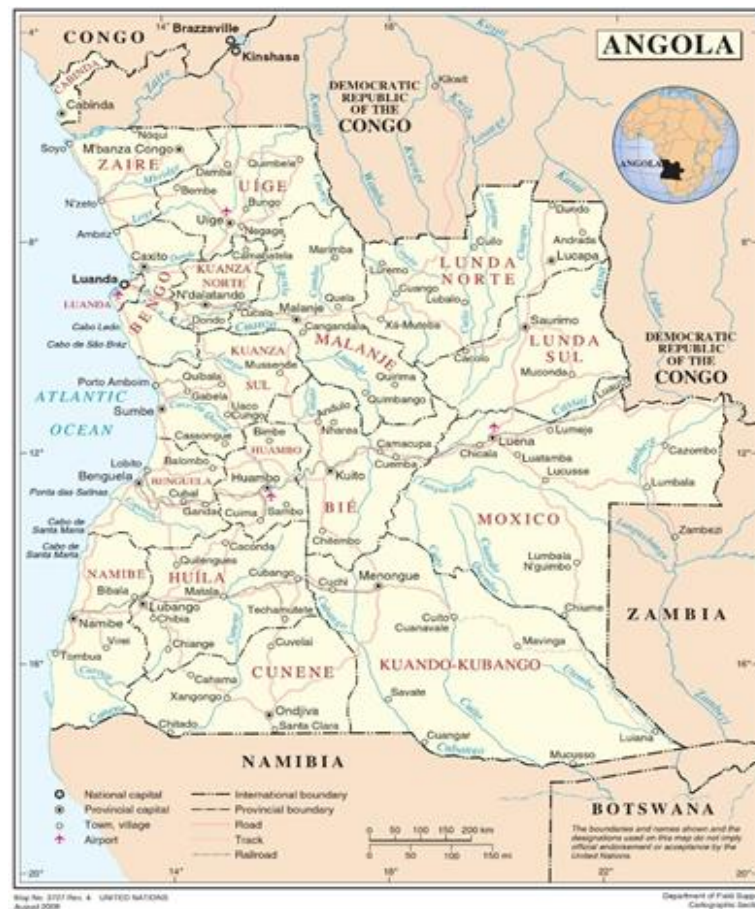
Contudo, as expectativas sobre o avanço da cooperação sul atlântica foram coibidas pelas limitações políticas e econômicas dos anos 1990, bem como, pela própria perda de relevância geoestratégica da região com o fim do sistema bipolar. Ademais, a reforma dos canais do Panamá e de Suez e o protagonismo crescente do Indo-Pacífico recobriram a importância secundária do Atlântico Sul como rota, no pós-Guerra Fria (ALMEIDA SILVA,

---

<sup>4</sup> Castro (1984) analisa esse período destacando um exemplo do uso do controle de atividades econômicas como fonte de pressão política. Durante a guerra, o comércio marítimo, do qual os países da região eram altamente dependentes, foi quase inviabilizado pela Lloyd's (companhia detentora de 95% do mercado de resseguros na área do transporte marítimo). Essa ameaçou aumentar a taxa de risco de guerra constante das apólices de seguro dos navios que trafegassem pela zona de exclusão do Atlântico Sul. Mesmo tendo baixado o adicional de 1000% para 300%, a companhia deu a real noção aos Estados sul-americanos de sua vulnerabilidade.

MARCONDES, 2019). Assim, identifica-se que o quadro geopolítico da nova ordem mundial é composto por dois movimentos essenciais e determinantes decompostos e caracterizados por Brozski e Padula (2012). Um primeiro, que remonta da segunda metade do século XX, formado pela adoção, por parte dos países centrais, de uma política externa voltada especialmente para o controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos, tornando a política de segurança energética seu principal determinante. E um segundo movimento, mais contemporâneo, executado pelas grandes potências e por alguns países emergentes, que agem a fim de assegurar o domínio de zonas mineiras oceânicas. Logo, tendo em conta estes elementos, é possível afirmar que o Atlântico Sul representa para as nações que o margeiam uma vantagem geopolítica e geoestratégica que deve ser levada em consideração na compreensão da política externa e do interesse nacional destes Estados. Desse modo, para Angola o espaço marítimo surge como um verdadeiro polo de interesses e fator de poder, servindo também como uma plataforma de projeção internacional para o país (GINGA, 2014).

**Figura 1 – Mapa político de Angola**



Fonte: [www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf](http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf)



No entanto, ao se analisar as condições geográficas do território angolano, percebe-se que, como afirma Penha (2015), Angola possui uma posição de charneira, tendo como zonas de influência tanto o mar como o continente. Dessa forma, a vocação geopolítica angolana também possui uma vertente continental que se justifica por sua vasta extensão territorial (1.246.700 km<sup>2</sup>), que faz dele o quinto maior país na África Subsaariana e o primeiro da África Austral. Mas, também, por sua longa linha de fronteira continental (4.837 km) compartilhada com quatro diferentes Estados (Zâmbia; República Democrática do Congo Congo-Brazzaville e Namíbia) e por sua hidrografia privilegiada, formada pelos rios Cuanza, Cunene, Congo, Cubango/Okavango e Zambeze, que beneficiam a intercomunicação regional.

Na análise geopolítica, a África foi durante muito tempo classificada como uma região periférica, dada a sua posição como “Continente-Ilha”, contornado pelo mar Mediterrâneo e os oceanos Atlântico e Índico (MCKINDER, 1919). Segundo Castro (1997a), a impenetrabilidade do território africano foi favorecida pela costa retilínea, pouco recortada e sem grandes avanços em direção ao mar, como também pela situação marginal dos planaltos e cordilheiras, que contribuíram para a ausência quase total de planícies costeiras. Apesar disso, o continente compacto (que ocupa 20% das terras emersas do globo) durante a fase eurásiana do sistema mundial, representava uma espécie de península, com apenas parte do seu território conectada aos grandes fluxos econômicos-culturais. A partir das grandes navegações a África passou a estar no centro dos fluxos, ainda que o interior tenha permanecido inacessível (PEREIRA; RIBEIRO; VISETINI, 2012).

Assim, Terezinha de Castro (1997a) explica que a função geopolítica da África evoluiu com o decorrer dos séculos adaptando-se as demandas do momento e as condições do progresso humano. De modo que, depois da “fase febril da colonização” no século XIX, a Primeira Guerra Mundial provocou mudanças importantes no continente com a desagregação do Império Otomano e a exclusão da Alemanha, inaugurando o sistema de mandatos. No pós-Segunda Guerra a emergência dos Estados africanos independentes alterou o tradicional quadro de poder, sendo possível verificar um recuo da presença europeia em detrimento das duas superpotências. Junto disso, o conflito bipolar transformou a África em um espaço geopoliticamente inseguro e geoestrategicamente vulnerável. O fim da Guerra Fria implicou em uma relativa marginalização do continente e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional (PEREIRA; RIBEIRO; VISETINI, 2012). De forma particular, observa-se que, o fim do *apartheid*, a independência da Namíbia, a queda do regime de Mubuto no Zaire, e a pacificação em Moçambique representaram importantes alterações na correlação de forças regionais.

Na análise geopolítica, de acordo com Castro (1997a), a África Subsaariana constitui a região mais subdividida geopoliticamente no mundo. Tendo isso em vista, considera-se que Angola localiza-se simultaneamente no *heartland* do Sul e nos *rimlands*, um posicionamento que possibilita ao país projetar-se como um articulador entre a África Austral e Central. Segundo Halford John Mackinder (1919) – um dos principais teóricos sobre o poder terrestre –, Angola compõe o chamado *heartland* do Sul. Uma região que se estende do Saara ao Cabo limitada ao Norte por volta dos 5° de latitude sul, abrangendo um grupo de Estados (República do Congo, República Democrática do Congo, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, Angola e Moçambique) fundamentalmente heterogêneos (GRILO, 2009). Caracterizado como uma região plana, com bacias hidrográficas e rios que favorecem a comunicação, o *heartland* do Sul é inacessível ao poder marítimo e fomentador do poder terrestre. Seu centro está fixado na República Democrática do Congo, constituindo um verdadeiro apoio natural, autossuficiente em recursos e com potencialidades para dele emergir um grande poder continental (CORREIA, 2002). Angola também se insere nos *rimlands* – um conceito desenvolvido por Spikman para designar a área que compõe o entorno do *heartland* – o qual tem início no sul da foz do rio do Congo e termina a norte da foz do rio Zambeze, estendendo-se até a Tanzânia.

A soma das regiões do *heartland* do Sul e dos *rimlands* compõem o chamado Cone Austral, o qual é imbuído de uma capacidade geopolítica extraordinária, com imensos recursos e uma posição estratégica conectando o Índico, o Ártico e o Atlântico Sul (ALMEIDA, 1994). Nesse sentido, compreende-se que o Estado angolano tem uma vocação marítima e continental, que a política exterior angolana soube perceber e utilizar como uma vantagem estratégica para a consecução da consolidação do Estado nacional.

### 2.3 A ANÁLISE SISTÊMICA

Apesar da inequívoca importância do fator geopolítico para a política externa dos Estados, as possibilidades de ação dos atores, ou seja, o grau de autonomia para a conquista de seus objetivos, está subordinado às condições sistêmicas. Dessa forma, o fator sistêmico – terceiro e último elemento da análise das Relações Internacionais elencado por Halliday (2007) – assume um papel significativo, uma vez que dele irradiam as condições para os Estados: formularem sua política externa, definirem o interesse nacional e conceberem uma visão geopolítica daquilo que é uma resposta às suas necessidades de desenvolvimento e interação internacional.

Posto isso, é fundamental destacar que a história do sistema internacional pode ser periodizada em duas fases compostas por estruturas formativas distintas: o sistema mundial antigo e o sistema mundial moderno. O primeiro surgiu do assentamento dos povos e perdurou até os séculos XV e XVI, quando uma ruptura sistêmica – o surgimento da economia-mundo europeia capitalista – originou o segundo sistema que perdura até os dias de hoje. Se o mundo antigo era conformado por estruturas arcaicas e tributárias que se caracterizavam pelo domínio das ordens política e ideológica, de forma oposta, a essência da modernidade veio a ser a primazia da ordem econômica. Desse modo, as ligações básicas entre as unidades do sistema são econômicas, ainda que possam ser reforçadas por laços culturais e políticos. Portanto, a história do sistema interestatal moderno foi fundada em um contexto de disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades pré-capitalistas (HALLIDAY, 2007). Simultaneamente, este sistema suportou o caráter individual dos Estados e as suas relações.

Em consonância com Fossaert (1996), compreende-se que “qualquer sistema mundial é um viveiro de povos desigualmente desenvolvidos”, porém, no modo de produção capitalista, as relações entre o centro e a periferia do sistema implicam em uma periferia dependente e subjugada, como base para a manutenção do *status quo* do centro. Nesse sentido, a emergência do capitalismo assinalou a substituição da lógica tributária pela lei de valor, assim, estabelecendo: um mercado integrado, a tendência a uniformização dos preços e a divisão internacional do trabalho. Com base nisso, Wallerstein (1974) estruturou uma divisão caracterizada por um norte geopolítico central, capitalista e desenvolvido, em contraste com um sul geopolítico periférico, explorado e subdesenvolvido.

O modelo de análise proposto pelo autor demonstra que o sistema capitalista implicou no desenvolvimento de um centro, uma semiperiferia e uma periferia. O centro reúne os Estados favorecidos pela divisão do trabalho, neles são criados um forte aparelho estatal ligado a cultura nacional, a fim de proteger e mascarar a reprodução das disparidades que surgem no interior do sistema. A semiperiferia conforma as áreas intermediárias, antigas unidades centrais ou periféricas da economia-mundo, sendo um elemento estrutural necessário para desviar parcialmente as pressões políticas dos grupos das áreas periféricas. Por fim, a periferia é a grande região subordinada, formada por Estados débeis com baixo nível de autonomia. São Estados que participam do comércio mundial pela exportação de produtos para os quais eles dispõem de uma vantagem fundada sobre a natureza e não sobre a produtividade de seu trabalho (AMIN, 2006).

A manutenção do funcionamento do sistema está condicionada à constante necessidade de expansão de suas fronteiras. Tal processo implica em dois movimentos distintos. Por um lado, verifica-se o surgimento de uma interdependência crescente entre os atores, e por outro, um acúmulo de contradições que repercutem no funcionamento do sistema, fomentando a rivalidade e a competição entre as unidades (MERLE, 1981). Verifica-se também que os momentos de expansão sistêmicas visam, por meio da incorporação de novas áreas, dar vazão às tensões que se acumulavam no centro. Assim, ao longo dos séculos e de modo descontínuo, outros sistemas históricos foram destruídos e incorporados<sup>5</sup> ao sistema-mundo.

Segundo Bragança e Wallerstein (1982a), em todos os casos o processo de incorporação desencadeou duas mudanças estruturais fundamentais na área a ser aglutinada: a reorganização das estruturas de produção para que contribuíssem para a divisão geral do trabalho na economia mundial; e a reorganização das estruturas políticas para facilitar o fluxo dos fatores de produção na economia mundial. A incorporação da África ao sistema mundial ocorreu entre 1750 até aproximadamente 1900, para as regiões norte, oeste e austral do continente, ao passo que o leste africano foi incorporado entre 1850 e 1875 (WALLERSTEIN, 2010). Na África Austral, pontuam os autores (1982a), a reorganização das estruturas políticas implicou na criação de Estados coloniais, cujas fronteiras foram estabelecidas principalmente em função das lutas entre as várias forças imperiais e coloniais europeias. Já a reorganização das estruturas de produção resultou no desenvolvimento de culturas comerciais e de operações de mineração para exportação.

Angola foi inicialmente incorporada ao sistema como colônia do Império português, sendo fonte de mão de obra escrava durante o comércio triangular. No entanto, o estabelecimento de uma economia colonial tradicional e de capital internacional se efetivou apenas no pós-Segunda Guerra. Nesse processo, a estrutura de exploração agrária passou a ser agromineradora e fortemente associada a empresas transnacionais. Durante a década de 1960, importantes investimentos em petróleo, ferro e diamantes foram feitos por empresas norte americanas, francesas, belgas e sul-africanas (ACOSTA, 2011). Em resposta às estruturas de exploração criadas pela economia mundial, houve o surgimento de uma rede de movimentos antissistêmicos (que as vezes enfatizavam seu caráter de classe, às vezes seu caráter nacional, ou ambos), os quais buscavam por meio da independência nacional projetar seus Estados no

---

<sup>5</sup> Bragança e Wallerstein (1982a) explicam que a forma como podem se dar esses processos de integração (domínio colonial direto ou imperialismo informal) variam tanto de acordo com a força dos sistemas políticos em vigor nas zonas em processo de incorporação, quanto de acordo com a configuração interna de forças entre os Estados centrais da economia mundial durante o período de incorporação.

sistema internacional de forma desvinculada dos interesses das potências centrais. No entanto, quando estes movimentos chegaram ao poder – no caso angolano o MPLA – verificou-se que a soberania jurídica dos Estados era em parte uma ficção, uma vez que, mesmo independentes ainda estavam limitados pelas restrições do sistema internacional. Ou seja, eram constrangidos pelas relações assimétricas entre as unidades que a superestrutura política da economia mundial capitalista impõe (BRAGANÇA, WALLERSTEIN, 1982a).

Para além dos elementos estruturais, a compreensão do impacto sistêmico na formulação da política exterior das nações deve levar em conta condições conjunturais, como a polaridade e o estágio da condição hegemônica. A ponderação sobre estes fatores é relevante na medida que também influenciam as possibilidades de ação dos Estados na arena internacional. Nesse sentido, dado que o recorte temporal da pesquisa se estende de 1961 a 2002, duas ordens internacionais devem ser analisadas: o sistema da Guerra Fria – sob a *Pax Americana* – e o sistema do pós-Guerra Fria – assinalado pela crise da hegemonia estadunidense.

Em concordância com Arrighi (2001), considera-se que a Primeira Guerra Mundial desintegrou as estruturas criadas ao longo do século XIX. No entanto, para o autor, a *Pax Americana* só se estabeleceu, quando a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a consolidação da URSS criaram as condições para a Guerra Fria. Assim, a *Pax Americana* (1950-1970) estruturou sua doutrina na condição de um adversário sistêmico, sempre em oposição a uma ameaça ou um desafio. Ou seja, ela se favorecia da heterogeneidade do sistema da Guerra Fria, de modo que, toda cultura estratégica, os sistemas de tratados e instituições criados pós-1945 – tendo como base as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança (CS) com a ferramenta de veto – foram constituídos com base na bipolaridade sistêmica.

Nesse sentido, compreende-se que a ordem da Guerra Fria foi um arranjo de equilíbrio de poder internacional, resultante da reorganização de forças após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Segundo Arrighi (2001), a guerra simplificou o mapa do poder mundial, possibilitando a emergência de um ordenamento no qual a concentração de capacidades sistêmicas em dois polos não possuía precedentes. Nota-se, que tais fatores influíram, em maior ou menor medida, sob o tom das relações interestatais ao longo de todo o período, conferindo estabilidade ao sistema (LIMA, 1996).

No mesmo sentido, Halliday (2007) destaca que, durante a Guerra Fria, as revoluções forneceram o alicerce histórico para o sistema bipolar sob a hegemonia estadunidense, fomentando a corrida armamentista, motivando a competição entre as grandes potências e

representando uma ameaça à política interna dos países. A principal problemática do sistema era a existência de uma base econômica que fugia das estruturas capitalistas, a qual poderia ser usada para desorganizar a ordem estabelecida, por meio do suporte soviético aos polos de tensão na periferia. Para coibir as iniciativas de Moscou no Terceiro Mundo, Washington usava a corrida armamentista como política de incerteza para pressionar as capacidades soviéticas. Depois dos anos dourados da expansão capitalista nas décadas de 1950 e 1960, a hegemonia norte americana passou a apresentar seus primeiros sinais de crise nos anos de 1970, tendo como marco a derrota no Vietnã e a crise no sistema monetário, juntamente com a recuperação das potências europeias e do Japão (ARRIGHI, 2001). Ainda assim, o sistema capitalista norte americano prevaleceu sobre o socialismo soviético, e em 1991, o sistema político econômico da URSS entrou em colapso.

Quando a condição de bipolaridade não mais se verificou, a estratégia se tornou insustentável, resultando na perda de foco e crise da hegemonia norte-americana. Nesse sentido, parte-se da premissa que o sistema internacional do pós-Guerra Fria encontra-se em um período de crise e transição sistêmica, é assinalado pela decadência da hegemonia estadunidense e consolidação da tendência multipolar. Desse modo, deve-se ter em vista que o sistema social capitalista para operar e se expandir precisa de condições políticas específicas. As quais, de acordo com Li (2008), são garantidas por meio de um sistema mundial multipolar e de estruturas políticas competitivas.

No entanto, uma competição desregulada acarretaria a desintegração do sistema, assim, a disputa interestatal precisa ser balanceada pelo surgimento de um ator hegemônico que administra e regula esta competição. Segundo o autor (2008), também a condição hegemônica de um Estado está vinculada, do seu surgimento à sua manutenção, a uma série de condicionantes históricas que quando se alteram – em virtude da continua luta interestatal pelo poder e pelo capital circulante – colocam em xeque toda a lógica de funcionamento e organização sistêmica que alicerçava o poder do Estado *hegemon*. Quando as condições históricas que davam sentido a uma hegemonia não mais se verificam, essa passa a sofrer com o desgaste do seu poder, pois as ferramentas de organização já não são efetivas para administrar a competição interestatal. Portanto, as transições sistêmicas que seguem os períodos de crise são, assim, momentos de reorganização no qual os polos de poder desafiados disputam o posto de hegemonia (LI, 2008).

Contudo, vale destacar que esse lugar cabe ao Estado com capacidades e uma estratégia apta a organizar o sistema dadas as novas condições históricas. Assim, compreende-se que o fim do conflito intersistêmico da Guerra Fria colocou em xeque a hegemonia norte

americana (HALLIDAY, 2007). A decomposição do império soviético se traduziu não na unipolaridade incontestada sugerida nos anos de 1990, mas, na desintegração do sistema americano ocasionada pela perda do seu principal elemento de coesão. Em paralelo, o reestabelecimento de novos polos no sistema – com o rearranjo da União Europeia, o despontar da Ásia e o ressurgimento russo – desenham uma ordem multipolar baseada na *realpolitik*.

Dessa forma, os últimos anos do século XX foram assinalados pela tentativa de implementação de uma ordem liberal: conduzida pelos EUA, baseada na propagação da democracia liberal e na aceleração da globalização. Objetivava-se acomodar esses novos atores nos arranjos de poder criados na Guerra Fria, contudo, a longo prazo, os EUA notaram a eminência de se tornarem uma potência militar inútil ao mundo. A inutilidade da América é o que Todd (2003) considera uma das angústias fundamentais para se compreender a política externa da Casa Branca no pós-Guerra Fria. Assim, o objetivo estratégico fundamental passa a ser o controle político dos recursos mundiais por meio do poderio econômico, militar e ideológico declinante americano, que, no entanto, não alcança um controle efetivo (TOOD, 2003).

Portanto, pode-se afirmar que, para a periferia do sistema, a ordem mundial durante a Guerra Fria – caracterizada pela bipolaridade estratégico-militar, a primazia econômica dos Estados Unidos – conferiu uma importância inédita ao Terceiro Mundo enquanto ator político (LIMA 1996). Antes da descolonização da África e da Ásia, as relações entre os atores periféricos se davam de forma limitada e com o intermédio do centro. Uma vez independente, verificou-se que a periferia passou, pela primeira vez na história do sistema mundial, a se organizar entorno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base para as suas estratégias de atuação externa em um contexto de Guerra Fria (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Esse processo de concertação entre os Estados periféricos, foi consubstanciado em iniciativas como: a Conferência de Bandung (1955), o Movimento dos Não-Alinhados (1961) e o G-77 (1964). Tais ações objetivavam fundar relações horizontais entre países que compartilhavam problemas semelhantes. Todavia, o fim da *détente* e a reação conservadora verificada na década de 1980 implicaram na perda de dinamismo das relações entre a periferia. Assim, durante a década de 1990, os atores periféricos foram sendo integrados na lógica Norte-Sul de cooperação, com o avanço dos princípios do neoliberalismo e da cooperação com condicionalidades como determinante para obtenção de ajuda internacional (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Desse modo, entende-se que a ordem mundial do pós-Guerra Fria enfraqueceu a posição estratégica dos países periféricos que despontavam como lideranças regionais, pois reduziu a capacidade de ação coletiva destes atores e os espaços de negociação no plano internacional tornaram-se mais escassos (VISENTINI, 2015). Ademais, as disputas regionais – anteriormente congeladas ou em certa medida geridas pelas duas grandes potências – foram redimensionadas, o nível ideológico Leste-Oeste foi substituído pela “triabalização” dos conflitos no plano interno, bem como pela ingerência de potências regionais (VISENTINI, 2015). O quadro que se configurou era embasado em disputas de áreas estratégicas na América Latina, África e Oriente Médio e uma contra ação em relação à projeção econômica asiática nessas regiões. Ademais, no decorrer da década de 1990, verifica-se um novo impulso nas relações entre os Estados periféricos, “reorganizado sob a nova lógica de poder que se observa com o fim da Guerra Fria, desta vez com a emergência de uma semiperiferia ativa” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 134).

Portanto, compreende-se que a política externa de Angola entre 1961 e 2002 possuiu características próprias de um Estado periférico, recém-independente, inserido em um conflito civil, cujo plano de fundo era a Guerra Fria, economicamente dependente das exportações de petróleo e diamantes, tendo o interesse nacional fundamentado na busca pela consolidação da soberania e o desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, fatores da esfera nacional e internacional permitiram que o Atlântico Sul (elemento tradicional da história angolana) reafirmasse seu papel de destaque na definição da política externa do país. Sendo, assim, identificado como estratégico tanto no nível securitário como econômico, uma vez que nele se encontra o principal instrumento potencializador da projeção internacional de Angola, o petróleo. Percebe-se que, desde 1975, o Atlântico é visto a partir de uma postura realista pelos formuladores da política exterior angolana, prezando pelas relações horizontais por meio de uma visão pragmática. Logo, compreendendo as tendências de possibilidades e constrangimentos que as condições sistêmicas implicam na consecução do interesse nacional, Angola tem norteado sua política externa, entre 1961 e 2002, visando consolidar sua soberania, afastar ingerências de atores que comprometam sua autonomia, ao mesmo tempo, que usufrui de parcerias estratégicas para o seu desenvolvimento.



### 3 PORTUGAL NA ÁFRICA

Visando uma sequência lógica, o presente capítulo aborda o colonialismo português no continente africano, sublinhando suas características fundamentais e o papel particular que Angola ocupava na estratégia portuguesa. Assim, ainda que não constitua o tema central deste trabalho, os processos de colonização e descolonização dos PALOP representam uma referência histórica imprescindível para a compreensão da constituição dos Estados pós-coloniais, mas, também, da forma que essas nações viriam a atuar nas relações internacionais. A experiência do imperialismo lusitano foi historicamente caracterizada por sua singularidade, quando comparada às demais potências europeias. Nesse sentido, Hernandez (2008) elenca alguns elementos próprios da estratégia portuguesa, como: o racismo intrínseco, o etnocentrismo e a ideologia conservadora nos costumes, autoritária no plano da justiça, dogmática no domínio das ideias e intolerante em matéria de crenças.

No entanto, para se compreender o colonialismo português e o mais importante, sua relação com o surgimento dos movimentos de libertação nacional, deve-se ter em vista que Portugal era um país atrasado, dependente, com uma população amplamente agrícola e analfabeta, que não aproveitou da exploração colonial para industrializar sua economia. Em virtude disso, seu papel no sistema mundial era substancialmente diferente das demais metrópoles. Logo, o modo de luta pela independência empregado pela maioria dos Estados africanos demandando pela descolonização não era uma via plausível aos PALOP, uma vez que Lisboa não dispunha dos meios para manter os privilégios econômicos da mesma forma que a França, a Inglaterra e a Bélgica (BRAGANÇA, WALLERSTEIN, 1982b).

#### 3.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS

A presença portuguesa no continente africano data da criação do primeiro entreposto comercial em Ceuta, no século XV, estendendo-se até a proclamação das independências dos cinco PALOP em 1974 e 1975. Portugal, ao longo dos séculos de ocupação, criou estruturas que influenciaram profundamente sobre a organização administrativa, social e burocrática dos Estados independentes, refletindo também na forma de inserção internacional desses. De modo geral, a história portuguesa é notória por suas expansões ultramarinas. Em síntese, os historiadores sugerem três sucessivos impérios: o Império do Oriente, entre 1500 ao final do século XVI; o Império do Brasil, que se estendeu até a independência brasileira em 1822; e o Império Africano, correspondendo a última expansão colonial, impulsionada no final do século XIX, que entrou em declínio durante os anos de 1960 e se encerrou em 1975.

Para Pimenta (2010), Portugal era definido como um Estado-Império, pois não havia uma correspondência política entre o Estado e a nação, pelo contrário, cada colónia era uma componente autónoma (com seus próprios problemas, aspirações, interesses e sua vida económica, política e cultural) em sua colocação individual no Império e no mundo. Assim, de acordo com o autor (2010) o Império era um espaço de tensão por ser económico, social e politicamente multifacetado<sup>6</sup>.

Para tanto, pode-se afirmar que a ação portuguesa no continente africano ao longo dos séculos possuiu algumas características gerais, mas também, evoluiu e se adaptou de acordo com o contexto internacional e as dinâmicas internas da metrópole. Em vista disso, Hernandez (2008), iniciando em 1985, sistematiza o imperialismo lusitano em seis conjunturas distintas. No entanto, concorda-se com Rizzi (2014) que, em razão da importante inserção de Angola como rota do comércio triangular, a atuação portuguesa no território angolano deve ser observada desde o século XV. Dessarte, pode-se refletir sobre a história angolana periodizando o colonialismo português<sup>7</sup> em sete momentos distintos, ao longo dos quais foram formadas as bases estruturais que definiram e moldaram a formação do Estado pós-colonial, resultando em uma inserção dependente no sistema internacional.

Assim, o primeiro período (entre o século XV e 1825)<sup>8</sup> foi assinalado pela fixação das primeiras bases de apoio e das operações comerciais de Portugal nos territórios africanos, dentre elas, assumiu notoriedade o comércio triangular conectando as duas costas do Atlântico. Insere-se nesta fase a chegada de Diogo Cão a foz do Rio do Congo, em 1482, – ao norte de Angola – e o estabelecimento das primeiras relações. Em 1641, no entanto, Angola, assim como Sergipe, Maranhão e a ilha de São Tomé, foi ocupada pelos holandeses, sendo reconquistada em 1648. Birmingham (1999) explica que a religião foi o trunfo da estratégia de acesso, oferecendo importantes artifícios para construir aliados políticos que protegiam seus interesses comerciais. Aliado a isso, foram enviados esquadrões de conquistadores para fortificação dos entrepostos demandados pelos jesuítas, que adotavam a conversão armada e desenvolviam plantações com trabalho escravo para financiar as igrejas (BIRMINGHAM, 1999).

---

<sup>6</sup> “[...] muito embora nunca tenha existido uma unidade nacional portuguesa do «minho a timor», existia uma espécie de unidade política-administrativa imperial definida pela existência de um super-estado colonial [...] constituído pelo ministério das colónias, que servia de elo de ligação entre a governação colonial e o governo central, e pelos vários órgãos da administração colonial sediados em cada uma das colónias. Dependendo dos momentos políticos, os órgãos administrativos existentes em cada uma das colónias adquiriam maior ou menor autonomia em relação ao ministério das colónias” (PIMENTA, 2010, p. 153).

<sup>7</sup> A periodização do colonialismo português no continente africano com foco na experiência angolana, ainda que seja parcialmente baseada na divisão feita por Hernandez (2008) e Rizzi (2014) é de nossa autoria.

<sup>8</sup> Ano de reconhecimento da independência do Brasil pela Coroa portuguesa.

O período seguinte (1825-1850) possuiu alterações conjunturais importantes como a ascensão britânica – e notoriamente sua projeção atlântica –, a proibição do tráfico de escravos e a contração do comércio externo com o desmantelamento do comércio triangular. Este cenário fomentou a ideia de aprofundamento do projeto colonial na África, em especial em Angola. A colônia passou a constituir uma alternativa com a independência do Brasil, torando-se lugar de recepção da emigração portuguesa e de exploração de riquezas potenciais (RIBEIRO, 1981). Porém, as pretensões de Lisboa se chocaram com fortes movimentos de resistências formados por coalizões entre as lideranças locais. Ademais, a presença portuguesa se manteve restrita em regiões como Luanda e Benguela, para além disso, as tentativas de fomentar a imigração de colonos era limitada pela insuficiência de recursos financeiros e apoio político interno, levando até mesmo a extinção do Conselho Ultramarino, em 1833.

O terceiro momento (1850-1880) refletiu o atraso econômico e a dependência da economia lusitana, a qual constrangia seu mando imperial. Ao mesmo tempo, esses anos foram assinalados por uma nova estratégia de perfil expansionista e protecionista. Acosta (2011) caracteriza a ocupação portuguesa como extensiva e baseada em um sistema de povoamento penal, não obstante, a estratégia envolveu também o envio de missões evangelizadoras e comerciais para a fixação de representantes da coroa portuguesa em pontos de controle no interior, seguidas de expedições militares. Junto a isso, Fontes Pereira de Melo restaurou o extinto Conselho Ultramarino em 1851, que se tornou, em 1868, a Junta Consultiva do Ultramar<sup>9</sup>. Destaca-se também a abolição da escravatura no ano de 1875, substituída pelo regime de trabalho forçado<sup>10</sup>.

A quarta fase (1880-1910) teve como principal marco a Conferência de Berlim (1884-1885), que evidenciou a debilidade do poder português<sup>11</sup> em relação às demais potências europeias. Tendo em vista sua posição de desvantagem, Portugal adotou uma postura mais incisiva, ilustrada pelo projeto do Mapa Cor-de-Rosa. O plano simbólico consistia na integração dos territórios de Angola e Moçambique negociados e reconhecidos pela Alemanha e pela França em 1886, mas vetados pelo governo britânico em 1890. Esta questão

---

<sup>9</sup> O qual possuía funções consultivas, relativas a assuntos jurídicos da administração das colônias e do tribunal de contenciosos.

<sup>10</sup> O trabalho compulsório para obras públicas ou privadas – sistema social e modo de produção característico do imperialismo português – surgiu oficialmente em 1878 com o primeiro Código de Trabalho Indígena (1878, 1899, 1914, 1926-29) ou Estatuto Indígenas e atingiu, segundo Michel Cahen (2015), seu ápice entre 1942 e 1958, persistindo até 1965.

<sup>11</sup> A Ata final de Berlim evidenciou a precariedade do poder lusitano diante dos seus pares. De forma geral, destaca-se que Portugal perdeu seus direitos sobre o norte do Zaire, ao ceder uma saída ao mar para o Congo Belga o que originou o enclave de Cabinda disputado com os franceses. Ademais, Lisboa deixou de ter o monopólio do rio Congo, cedeu aos alemães territórios ao sul do rio Cunene, sendo fixada em 1886 as atuais fronteiras entre Angola e Namíbia (ACOSTA, 2011).

reforçou o papel periférico do Estado português e sua relação de dependência com o poder central da Grã-Bretanha, bem como levou a matéria colonial para o debate interno, fazendo emergir um sentimento nacionalista radical. O presente quadro e as resoluções da Conferência de Berlim – que determinavam a alteração da conquista formal pela efetiva – traduziram-se em um novo impulso imperial. Por conseguinte, objetivando delimitar os territórios africanos por meio de uma série de tratados e ocupar Angola, Moçambique e Guiné, visto que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já estavam integrados ao ultramar desde o século XV, foram lançadas uma série de campanhas militares para controlar os povos africanos e sujeitá-los à burocracia colonial (HERNANDEZ, 2008).

A ocupação final dos territórios africanos por Portugal ocorreu durante a quinta etapa (1910-1926), coincidindo com o governo da Primeira República. A característica central desse período foi a execução do controle político e econômico, para isso, ocorreram alguns rearranjos administrativos com a criação do Ministério das Colônias (1911) e o estabelecimento das Leis Orgânicas (1914). Essas, visavam a descentralização financeira e administrativa do ultramar (sendo aplicadas de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada província), cabendo a metrópole a fiscalização desses territórios (HERNANDEZ, 2008). Em Angola, no ano de 1915, foram realizadas grandes campanhas militares e o incremento da exploração econômica, mesmo assim, apenas em 1920, os portugueses conseguiram conquistar a cidade de Luanda. Em paralelo as ações mais enérgicas de ocupação, o contexto republicano permitiu uma relativa liberdade política no ultramar. Data deste período, o surgimento dos primeiros movimentos angolanos, como o Partido Reformista de Angola (1910) e a Liga Angolana (1912). No entanto, é válido destacar, que esses grupos possuíam uma agenda pautada apenas pelo avanço dos interesses africanos no âmbito da colônia, sobretudo, em relação à abolição do trabalho forçado, sem reivindicar a descolonização (SOMERVILLE, 1986). Para além disso, a ascensão de Salazar, em 1932, reorganizou estes partidos sob o controle estatal, findando com qualquer autonomia, reduzindo-os ao *status* de “clubes de cultura” (VISENTINI, 2012).

O sexto período do imperialismo português no continente africano (1926-1961) compreende os regimes da Ditadura Nacional (1926-1933) e do Estado Novo (1933-1974) até o início das guerras de independência dos PALOP em 1961. Esta etapa foi assinalada pelo aprofundamento do controle de Lisboa sobre as colônias, mediante a construção de uma nova política africana, a qual contrastava com a orientação descentralizadora da Primeira República. Pode-se afirmar, que as duas Grandes Guerras Mundiais, a Crise de superprodução de 1929 e a ascensão de António de Oliveira Salazar ao governo português (1932-1968)

contribuíram para conferir novos traços à exploração colonial, notadamente marcada pelo aprofundamento da inserção destes espaços no sistema capitalista.

A Carta Orgânica de 1926, que ampliou os poderes do Ministério das Colônias em prejuízo do Alto Comissário, pode ser considerada o primeiro movimento em direção ao centralismo e a peça-chave da administração colonial. Alguns anos mais tarde, o Ato Colonial em 1930 consagrou a fase imperial marcada pela política nacional integradora e centralizadora, do ponto de vista: ideológico, institucional, administrativo e económico (BARBOSA, 2007). A ditadura, para manter o uso da força e do poder, legalizou constitucionalmente a desigualdade e a hierarquia entre a metrópole e as colônias (HERNANDEZ, 2008). A partir do documento, os domínios ultramarinos passaram a ser denominados “colônias” que constituíam o “Império Colonial Português”, esse mesmo texto também relatava a missão civilizatória e nacionalizadora de Portugal na África<sup>12</sup>. Em Angola, a metrópole impôs a subordinação política e económica, tanto ao Estado colonial, como às elites brancas, os quais durante a República detiveram uma relativa capacidade de intervenção na administração do território. A respeito disso, Pimenta (2014) analisa que com o Ato Colonial foi criado o posto de Governador Geral<sup>13</sup> em conjunto com a extinção dos órgãos políticos eletivos, eliminando qualquer via institucional de representação dos interesses dos colonos.

Deve-se atentar para o fato de que as pretensões do Estado Novo de preservação do império não se efetivaram completamente alheias às pressões internacionais. A ordem bipolar, o acirramento das tensões da Guerra Fria e a Conferência de Bandung (1955) configuraram um quadro político mundial complexo para a concretização das ambições portuguesas (BARBOSA, 2007). Nesse aspecto, a partir da década de 1950, a Organização das Nações Unidas<sup>14</sup> tornou-se uma importante arena de debate e contestação da política colonial lusitana e das práticas de trabalho forçado empregadas nos territórios luso-africanos. A postura de Portugal destoava em um contexto no qual as demais potências coloniais – França, Grã-Bretanha e Bélgica – começavam a discutir os processos de independência formal de suas possessões.

---

<sup>12</sup> Ao afirmar que era “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente” (ACTO COLONIAL, 1930, s/p).

<sup>13</sup> Cujas prerrogativas estavam fortemente atreladas a autorização do Ministério das Colônias, inclusive a aprovação do orçamento geral (subordinando os interesses materiais da colônia à metrópole).

<sup>14</sup> Em 1946, a URSS vetou a entrada de Portugal nas Nações Unidas devido sua política colonial. Assim, o Estado português só veio a integrar a organização em 1955.

Em virtude do constrangimento internacional e da desintegração dos demais impérios coloniais, para justificar seus domínios em África<sup>15</sup>, o anacrônico centralismo salazarista recobrou o discurso de unidade da nação portuguesa, segundo a tônica da assimilação e da missão civilizadora defendida pela teoria do lusotropicalismo. Por conseguinte, compreende-se que as principais revisões normativas da década, o Ato Colonial (1951) e o Estatuto do Indígena (1954), representaram sobretudo uma adequação estética em termos de nomenclaturas, no intuito de corroborar com o discurso oficial de um só Portugal.

Em 1951, o Ato Colonial foi incorporado à Constituição Portuguesa, com o título “Do Ultramar Português”, e a Lei Orgânica do Ultramar substituiu a Carta Orgânica do Império Colonial Português. Com isso, as expressões “domínios ultramarinos”, “colónias” e “império colonial” foram suprimidas, sendo retomadas as designações de “províncias ultramarinas” e de “ultramar”<sup>16</sup>. No período, o caráter estético das modificações foi até mesmo relatado pelos Procuradores, segundo eles: “Tal alteração parece justificar-se, no presente momento, sobretudo pela campanha internacional contra a denominação e o estatuto político das colónias”, tratava-se de uma adequação formal, em virtude do “desfavor actual que a palavra tem nos meios internacionais” (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1951, p. 295). Faz-se fundamental frisar, entretanto, que a distinção dos seguintes termos não correspondia a diferentes graus de controle autoritário (HERNANDEZ, 2008).

Nesse mesmo sentido, o Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique (1954) foi reformulado, objetivando codificar o trato com as populações autóctones e regulamentar a transição do indigenato à cidadania, processo que confirmaria legalmente a assimilação. No entanto, as condições para a ascensão ao *status* de cidadão eram praticamente inalcançáveis. O trabalho forçado – matéria de crítica internacional desde a Liga das Nações – teve um papel fundamental no sentido de limitar a gênese de uma elite, ou mesmo, de uma classe operária africana. O seu declínio resultou das próprias contradições internas do sistema,

---

<sup>15</sup> O seguinte trecho do Parecer, a respeito da Revisão do Acto Colonial, corrobora com a presente análise, pois de acordo com os Procuradores da Câmara Corporativa: “[...] em face da desorientação da opinião internacional em matéria de colónias, em face da desintegração dos impérios coloniais, em face das pressões que certos Estados exercem no sentido de desencadear ou acelerar essa desintegração – importa que Portugal afirme solenemente uma vez mais a doutrina tantas vezes proclamada de que metrópole e colónias formam um só território, uma só Nação, um só Estado, não havendo mais do que circunscrições administrativas de aquém e de além-mar, com a organização adequada à situação geográfica e às condições do meio social de cada uma delas” (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1951, p. 293).

<sup>16</sup> Em relação aos referidos termos Hernandez (2008, p. 509) aponta: “é útil chamar a atenção para o fato de que nos textos oficiais, incluindo a Constituição, as palavras “colônia” e “província” nem sempre foram definidas com clareza. Exemplificando: no texto constitucional aprovado em 1911, nos artigos 20º, 25º, 67º e 76º, só foram utilizados os termos “ultramar” e “províncias ultramarinas”. Apenas em 1920, com as alterações constitucionais, foi introduzida a palavra “colônia”, nos artigos 67º a 67ºF. Por sua vez, nas demais “leis orgânicas” de 1914, são feitas referências aos territórios africanos ora como “províncias ultramarinas” ora como “colônias””.

por volta de 1953, evoluindo para uma crise política que contribuiu para o início da luta de libertação (CAHEN, 2015). Vale evidenciar que ao contrário do que possa sugerir, a adoção do trabalho forçado não deve ser analisada como um “[...] “arcaísmo” vindo de uma metrópole colonial atrasada, mas uma ruptura capitalista moderna em perfeita harmonia com os imperativos financeiros do imperialismo europeu”, pois “é, antes de tudo, uma forma de implementação local do capitalismo moderno português ou, muitas vezes, não português” (CAHEN, 2015, p. 132, 142). Não se deve perder de vista, que o trabalho forçado está totalmente integrado ao sistema-mundo do capitalismo industrial e financeiro, contudo, essa integração não permite o desenvolvimento local do modo de produção capitalista, pelo contrário, inviabiliza-o.

Marques (2015) explica que embora o quadro geral fosse de imobilismo político, foi, contudo, nesse período, fomentado o desenvolvimento económico destes territórios, que levou a um aumento da imigração da metrópole e à ampliação do investimento público e privado. Em Angola, o estabelecimento de uma economia colonial tradicional e de capital internacional se deu no pós-Segunda Guerra, especialmente durante os últimos anos do regime colonial. Nesse processo, a estrutura de exploração agrária passou a ser agromineradora e essencialmente associada a empresas transnacionais, ou seja, pontos estratégicos da economia angolana estavam sob o controle de monopólios estrangeiros. Importantes investimentos em petróleo, ferro e diamantes foram feitos por empresas como: a Mineira Lobito em 1949; a PETROFINA, a qual em 1952 criou a PETRANGOL, que possuía 28% das suas ações distribuídas entre companhias sul-africanas; a Sociedade Mineira Lombige fundada em 1953; e a Companhia de Manganês criada em 1954 (ACOSTA, 2011).

De acordo com Oleg Ignátiev (1981), o capital inglês – dada a histórica associação entre Portugal e a Grã Bretanha desde o Tratado de Methuen – tinha um domínio tradicional na exploração das riquezas angolanas, nesse aspecto destacavam-se companhias como: a *Union Miniere du Haut Katanga*, que controlava a faixa do cobre do Catanga; a *Tanganyika Concession Ttda*, dona do Caminho-de-ferro de Benguela; a *Angola Diamond Company*, que detinha os direitos exclusivos sobre a extração de mais de 390 milhas quadradas; a *Angola Holdings*; e a *Hull, Blyth and Co.* Os belgas, por sua vez, ocupavam posições chave na produção de café, já os alemães ocidentais controlavam reservas de ferro em Caxingui (avaliadas na época em 2 bilhões e 350 milhões de toneladas) pelo grupo *Krupp* junto com dois consórcios norte-americanos, o *Bethlehem Steel* e a *General Electric*. Após 1961, Portugal ampliou o acesso de empresas estrangeiras ao território angolano, objetivando financiar a guerra colonial. Nesse período, a predominância britânica foi sendo ultrapassada

pelo capital estadunidense, especialmente na indústria petrolífera. Os EUA eram o maior importador de petróleo angolano, consumindo 50% da produção<sup>17</sup>, as jazidas de Cabinda estavam controladas pela *Gulf Oil*, filial da Texaco. Até mesmo os principais bancos (o Banco Nacional Ultramarino, o Banco Português do Atlântico, o Banco Burnay, o Banco Espírito Santo, o Banco Borges e o Irã) eram dominados por capital estrangeiro que, por meio deles, controlavam as atividades econômicas nacionais mais importantes (CONCP, 1970).

A expansão econômica reverberou em um crescimento da mão de obra assalariada; verificou-se também que a ampliação das indústrias extrativas e transformadoras, levaram ao crescimento acelerado da construção civil, bem como o aumento dos investimentos nas comunicações e a expansão do setor empresarial capitalista na agricultura e criação de gado (CONCEIÇÃO NETO, 2017). Tal processo de modernização resultou em uma série de transformações, como o surgimento dos principais centros urbanos (Luanda, Benguela, Huambo e Lubango) nos anos de 1940, e em um aumento substancial da imigração entre as décadas de 1950 e 1960. A demanda por representação dos novos colonos levou a criação dos Conselhos Legislativos em Angola e Moçambique em 1955. Entretanto, os Conselhos eram instâncias restritas, com funções essencialmente consultivas, funcionando como uma válvula de escape aos ressentimentos dos colonos, pois um indígena, ainda que chefe local, não poderia compor o Conselho, o qual era exclusivo aos “civilizados” e patrões ou altos funcionários (PEIXOTO, 2009).

O aprofundamento das relações de dependência ao capital internacional e a adoção da legislação centralista fomentaram tensões políticas entre as elites coloniais e o governo português no território angolano. Originando dois tipos de grupos de oposição: os grupos de interesses e os nacionalistas. O primeiro formado pelas associações econômicas dos colonos (Associação Industrial de Angola, Associação Comercial de Luanda, Associação Comercial de Benguela e Associação dos Agricultores de Angola) os quais, com substancial influência, “[...] defendiam em primeiro lugar os interesses dos seus associados, que constituíam a elite econômica do território, interesses esses que colidiam frequentemente com a política portuguesa” (PIMENTA, 2014, p. 253). O segundo grupo era caracterizado por formas iniciais de nacionalismo sediados em Angola (Organização Socialista de Angola, Movimento de Libertação Nacional de Angola, a Sociedade Cultural de Angola, Liga Nacional Africana) e em Portugal (Associação dos Naturais de Angola – ANANGOLA, a Casa dos Estudantes do

---

<sup>17</sup> A empresa tornou-se a maior investidora das colônias portuguesas, no início da década de 1970, as suas receitas forneciam a Portugal aproximadamente 60% de seu orçamento de guerra em Angola (SCHMIDT, 2013).



Império Português, Centro de Estudos Africanos, Clube Marítimo Africano) (PIMENTA, 2014).

De forma geral, o processo de reformas legislativas resultou em um bom funcionamento da política ultramarina portuguesa assinalado pela entrada do país na ONU em 1955. No entanto, o mérito desse quadro de relativa estabilidade esteve significativamente atrelado as alianças internacionais de Salazar no cenário da Guerra Fria. O posicionamento geopolítico estratégico do Estado português, especialmente a base das Lajes<sup>18</sup> nos Açores e as duas bases aéreas de Terceira e Santa Maria, lograram ao país o posto de membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e mais do que isso, postergaram e abrandaram medidas mais severas advindas das principais potências ocidentais. Durante a década de 1960 e 1970 as principais declarações de política externa do governo português frisavam a importância de Angola e Moçambique em garantir o controle ocidental sobre o Atlântico a partir da costa oeste da África e sobre o Oceano Índico a partir da costa leste (CONCP, 1970)

Muito embora Salazar não tenha conseguido que o Tratado incluísse formalmente o Ultramar – dado o limite estabelecido pelo Trópico de Câncer – a política colonial portuguesa também não foi posta em causa pela organização. Pelo contrário, ainda que uma ação direta da OTAN não tenha ocorrido, os Estados membros permitiram que as divisões portuguesas designadas para a Aliança fossem transferidas para a guerra colonial. Assim, o bloco ocidental, em especial os EUA, constituíram uma importante fonte de armamento ao governo de Lisboa<sup>19</sup>. Ainda que os armamentos adquiridos por meio do programa de assistência militar previsto no Tratado, fossem de uso exclusivo para a defesa do território português na Europa, verificou-se diversas omissões na aplicação da medida<sup>20</sup> (COKER, 1985). De Kennedy às

---

<sup>18</sup> O acordo celebrado entre os dois países, em 1951, permitia a utilização da base das Lajes somente até 1962. Segundo Schmidt (2013), é fundamental frisar que durante o governo Kennedy, três quartos do tráfego militar dos EUA para a Europa e Médio-Oriente passaram pela base das Lajes, evidenciando o papel estratégico dessa estrutura.

<sup>19</sup> De forma resumida, destaca-se a seguinte lista de matérias concedidos pela Aliança a Lisboa durante os anos da guerra colonial: o empréstimo da República Federal da Alemanha de um total de 100 milhões de dólares entre 1961 e 1963, o envio de 40 caças Fiat G-91 do tipo OTAN R-4 em 1966, como retribuição a concessão da base militar em Beja; o fornecimento de 30 caças T-37C e 30 aviões Cessna-TA-376C pelos EUA em 1963, no mesmo ano, durante as negociações para a ampliação do acordo sobre as bases nos Açores a Casa Branca garantiu também o envio de material de guerra no valor de 2000 milhões de dólares; o fornecimento de 200 Jeeps tipo Austin pela Inglaterra em 1965, e da fragata Dalrymple em 1966; no ano seguinte, no âmbito da OTAN, Portugal recebeu tanques M-41 e centenas de tanques T-47 (IGNÁTIEV, 1981); segundo registros da imprensa italiana, em 1973, o país forneceu às forças lusitanas pistolas Beretta M-51 e M-59, lançadores de granadas MG-37-62, minas-terrestres, aeronaves Fiat G-91 e Aermacchi MB-326, armas rápidas com munição, material de radiocomunicação e carros de combate M-47 (L'UNITÁ, 1973).

<sup>20</sup> Segundo Coker (1985), apesar de existir uma equipe do governo estadunidense no Consulado de Luanda designada para fiscalização da aplicação do embargo, essa falhou inúmeras vezes.

administrações de Nixon, armas, tanques, aviões, helicópteros, navios e desfolhantes químicos vindos dos EUA foram usados contra africanos nas colônias portuguesas, enquanto militares estadunidenses treinavam soldados portugueses em técnicas de contra insurgência (SCHMIDT, 2013).

Outra frente de alianças essenciais para o êxito da estratégia de Salazar foi a manutenção dos bastiões brancos, nomeadamente, a Rodésia e a África do Sul, que também controlavam os territórios da Namíbia. Desse modo, a ausência de um apoio direto dos parceiros da OTAN e a hostilidade da comunidade internacional em relação ao regime salazarista, aproximou Lisboa dos regimes de minoria branca sul-africanos. Como explica Afonso (2013), durante os anos de 1960, identificou-se uma participação informal e eventual de meios e forças sul-africanas e rodesianas em operações em Angola e Moçambique. A cooperação se dava em situações que também interessavam à defesa destes países, e resultou nas assinaturas de importantes acordos bilaterais entre Lisboa e Pretória, dentre os quais estava a Operação Bombaim<sup>21</sup>. Em 1970, a cooperação evoluiu para a assinatura da aliança militar secreta denominada Exercícios Alcora (Aliança Contra como Rebeliões em África), entre África do Sul, Portugal e Rodésia, objetivando conter a ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral, cuja vigência se estendeu até 1974. Em síntese, o documento estabelecia uma aliança nos moldes de outras organizações internacionais e era típica dos pactos políticos e militares, como o então Pacto de Varsóvia ou a OTAN (AFONSO, 2013).

Contudo, ao final dos anos 1950, tanto em âmbito interno, como externo, a insustentabilidade da política imperial portuguesa tornou-se cada vez mais evidente. A rejeição do governo de Lisboa e de seus apoiadores às reformas administrativas contribuiu para o estopim da crise, que conduziria ao fim do imperialismo português. Em dezembro de 1960, camponeses angolanos revoltados com as condições de trabalho forçado nas plantações de algodão da companhia luso-belga, COTONANG, boicotaram a produção, queimando sementes e fugindo para as florestas. Em janeiro do ano seguinte, a greve de algodoeiros tomou proporções de um levante contra a dominação portuguesa. Os Levantes na Baixa de Cassange deram início a uma crise profunda, colocando em pauta a administração colonial.

A década de 1960, para o Estado Novo, também foi pontuada pelo desgaste de seu apoio internacional ilustrado pelo enfrentamento entre Portugal e as Nações Unidas. Desde sua fundação, a ONU possuía disposições que não contemplavam a preparação dos territórios

---

<sup>21</sup> Uma operação de apoio das forças sul-africanas para as forças portuguesas, especialmente com helicópteros e tripulações sul-africanas estabelecida entre 1968 e 1970, em conjunto com a criação dos dois Centro Conjuntos de Apoio Aéreo, formados por oficiais portugueses e sul africanos, em Cuito Cuanavale e em Gago Coutinho (AFONSO, 2013).

não autônomos para a independência, em virtude das divergências entre as grandes potências com relação ao tema<sup>22</sup>, o que em termos práticos favorecia à manutenção dos regimes colonialistas (ALMADA E SANTOS, 2011). A entrada de dezessete Estados africanos recém-independentes na Organização no ano de 1960, consolidou uma maioria favorável à descolonização na Assembleia Geral, marcando o início de uma inflexão dos debates e resoluções quanto às possessões ultramarinas de Portugal na África.

O movimento de reforma iniciou em setembro quando Nikita Khrushchev requiriu urgência às questões da descolonização. Com isso, a URSS desejava superar o isolamento no âmbito do organismo por meio do apoio dos países africanos e asiáticos. No entanto, durante a XIV Sessão da Assembleia Geral, a proposta de resolução soviética foi rejeitada, sendo aprovado<sup>23</sup> o projeto do grupo de 43 Estados afro-asiáticos. A Resolução 1514, datada 14 de dezembro de 1960, continha a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. O texto defendia o movimento de independência nos Territórios sob Tutela e Territórios Não Autônomos e a necessidade de pôr fim ao colonialismo em todas as suas manifestações de forma rápida e incondicional (ONU, 1960a).

No mesmo sentido, foi aprovada a Resolução 1542<sup>24</sup>, de 15 de dezembro do mesmo ano, fruto do Relatório dos Seis<sup>25</sup>. O documento foi representativo pois encerrou o debate acerca do *status* dos territórios administrados por Portugal e pela Espanha, atribuindo à Assembleia Geral a competência de caracterizar os territórios não autônomos existentes e a obrigatoriedade das potências de transmitirem informações sobre suas possessões coloniais ao Secretário-Geral (ONU, 1960b). Decorria claramente do Relatório (quanto ao conceito, quanto à inexistência de governo próprio e, especialmente, quanto à inexistência de

---

<sup>22</sup> Em fevereiro de 1956 foi enviado pelo Secretário Geral da ONU uma nota questionando se o governo português administrava territórios que se enquadrassem no Artigo 73º da Carta – procedimento padrão da Organização aos países admitidos. Salazar negou que Portugal administrasse territórios na categoria indicada. Diante da resposta portuguesa, Ceilão, Grécia, Libéria, Nepal e Síria propuseram um a criação de um comitê especial para analisar a aplicação do capítulo XI da Carta aos Estados recentemente admitidos, especialmente, para as respostas dadas à carta. No entanto, a proposta não passou pela Assembleia Geral – resultado foi de 35 votos a favor, 35 votos contra, 5 abstenções e 5 ausências – uma vez que os temas relativos ao artigo 73º eram consideradas como questões importantes e assim necessitavam de um quórum de votação de dois terços, o a qual que não foi atingido (DUARTE E SILVA, 1995).

<sup>23</sup> A resolução foi aprovada por 89 votos, zero contra e nove abstenções (África do Sul, Áustria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Portugal, Reino Unido e República Dominicana).

<sup>24</sup> Esta resolução foi aprovada por 68 votos, 6 contra (África do Sul, Bélgica, Brasil, Espanha, França e Portugal) e 17 abstenções (Austrália, Áustria, Canadá, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Nicarágua, Países Baixos, Paquistão, Panamá, Reino Unido, República Dominicana).

<sup>25</sup> O Comitê dos Seis surgiu para substituir o Comitê dos Fatores criado em 1951. Eleito pela Assembleia Geral em 12 de Dezembro de 1959, era composto por: EUA, Holanda, Índia, Marrocos, México, Reino Unido. Objetivava definir as condições em que poderia cessar a obrigação de prestação de informações ao abrigo do artigo 73.º, alínea e), da Carta (DUARTE E SILVA, 1995).

integração, nos termos exigidos) que as províncias ultramarinas portuguesas<sup>26</sup> eram territórios não autônomos (DUARTE E SILVA, 1995), rejeitando assim as reiteradas declarações do governo de Lisboa sobre a unidade da nação portuguesa. Diante disso, Almada e Santos (2011) indica que a entrada dos novos Estados africanos viabilizou o início da ação mais politizada das Nações Unidas sobre o colonialismo português, que também foi favorecida pela nova postura norte americana durante o governo Kennedy (1961-1963), que se mostrava mais favorável a descolonização, dado ao seu apoio a União das Populações de Angola (UPA) (CORREIA, 1991).

### 3.2 A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

Em razão do contexto apresentado, o sétimo e último período do imperialismo português na África (1961-1975) contempla a etapa da descolonização, tendo como marco o princípio da guerra de independência de Angola, em 4 de fevereiro de 1961. Quando um grupo de nacionalistas realizou uma operação para a libertação de aliados presos em Luanda, cuja autoria da ação foi, posteriormente, reclamada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). No mês seguinte, teve início o levante armado ao norte do país que rapidamente chegou ao noroeste, liderado pelos membros da UPA com bases no Congo Belga. A ação resultou em um massacre de colonos brancos e mestiços, diante disso, as elites brancas exigiram uma resposta urgente do governo metropolitano, demandando<sup>27</sup> mudanças na administração colonial e a concessão de maior autonomia à província. Diante das revoltas em Luanda, as Nações Unidas passaram a pressionar Portugal por reformas. Nesse sentido, a Resolução 163, de junho de 1961, do Conselho de Segurança, frisava repressão da população angolana como um risco à manutenção da paz e da segurança internacional.

O início da guerra de independência também acirrou uma disputa interna entre setores mais conservadores (partidários de uma guerra ilimitada) e reformistas (adeptos de uma solução política à questão colonial), culminando na tentativa de golpe de Estado. A

---

<sup>26</sup> Explicitado pelo documento nomeadamente: Arquipélago de Cabo Verde; Guiné, denominada Guiné Portuguesa; São Tomé e Príncipe e suas dependências; São João Baptista de Ajudá; Angola, incluindo o enclave de Cabinda; Moçambique; Goa e dependências, denominada Estado da Índia; Macau e suas dependências; Timor e suas dependências (ONU, 1960b).

<sup>27</sup> Segundo Pimenta (2014), na cidade de Benguela, os brancos fundaram um movimento nacionalista denominado Frente de Unidade Angolana (FUA), o qual exigiu a concessão imediata da autonomia política a Angola. Com a nomeação de Adriano Moreira e a adoção da política reformista, as associações econômicas dos colonos e os empresários abandonaram a Frente, que teve seus dirigentes deportados para Portugal em junho de 1961.

“Abrilada”<sup>28</sup> evidenciou uma profunda crise política e militar, e a necessidade da revisão da política ultramarina. Ainda que tenha fracassado, pois grande parte das Forças Armadas se manteve fiel ao governo. Em meio a esse contexto, Salazar nomeou Adriano Moreira (especialista em questões coloniais e Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina) ao cargo de Ministro do Ultramar, e o general Venâncio Deslandes, como Governador Geral de Angola. Moreira tendeu aos anseios da elite branca de autonomização<sup>29</sup> e deu uma solução política para guerra. Paralelamente, o Governador Geral de Angola propôs o desenvolvimento e modernização da sociedade angolana em diversas áreas, como também a ampliação do envolvimento da emergente sociedade civil do ultramar no processo de decisão política, por meio do Conselho Legislativo.

Todavia, a autonomia política e o desenvolvimento económico e social de Angola exigiam a realização de reformas mais estruturais – notoriamente a revisão da Lei Orgânica do Ultramar. Essas, no entanto, esbarravam no interesse de grandes empresas metropolitanas e internacionais que controlavam em regime de monopólio a exploração de minerais e matérias-primas angolanas, representados no governo pela ala integracionista amplamente majoritária (PIMENTA, 2014). Para Salazar, o movimento de reforma era uma medida paliativa para ganhar tempo e apoio até que a guerra fosse controlada militarmente, não consistindo em uma reestruturação da política ultramarina efetivamente. A irredutibilidade de Lisboa, contudo, refletiu em disposições mais enérgicas e precisas por parte da Assembleia Geral no que se referia aos territórios administrados por Portugal (Resolução 1807<sup>30</sup>) e à situação em Angola (Resolução 1819<sup>31</sup>), em ambas as votações o grupo OTAN se destacou pelos votos contrários e abstenções.

O choque entre as tendências resultou na demissão de Venâncio Deslandes, em setembro de 1962, fazendo com que Adriano Moreira abandonasse o cargo em dezembro daquele ano. Diante disso, as reformas não foram completadas e em 1963 a revisão da Lei do Ultramar reforçou o centralismo administrativo. Ademais, ainda que naquela altura o território

---

<sup>28</sup> Organizada pelo general Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional e o marechal Craveiro Lopes, ex-presidente da República.

<sup>29</sup> Resforçou a autonomia e os poderes dos governadores coloniais e dos órgãos políticos locais e elevou o número de deputados eleitos pelas colónias à Assembleia Nacional em Lisboa. No plano económico, fomentou o desenvolvimento das colónias via uma política de investimento público e abriu os mercados coloniais a novo capital estrangeiro. No plano social, a reforma mais marcante foi a abolição do Estatuto do Indigenato (6 de setembro de 1961) e a concomitante atribuição (pelo menos nominal) da cidadania portuguesa para todos os naturais das colónias portuguesas (PIMENTA, 2014, p. 256).

<sup>30</sup> A resolução foi aprovada em 14 de dezembro de 1962, por 82 votos, 7 contra (Bélgica, França, Portugal, Reino Unido, África do Sul, Espanha e EUA) e 13 abstenções.

<sup>31</sup> A resolução foi aprovada em 18 de dezembro de 1962, por 57 votos, 14 votos contra (África do Sul, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Luxemburgo, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Turquia) e 18 abstenções.

angolano estivesse militarmente controlado, iniciaram-se as lutas armadas na Guiné-Bissau (janeiro de 1963) e em Moçambique (setembro de 1964). Mesmo assim, Salazar compreendia a crise como superada, e investia esforços na aproximação com a África do Sul e Rodésia, além de contar com apoio indireto das potências da OTAN, barganhando com os EUA, por meio da renovação de concessão das bases nos Açores. A articulação diplomática de Lisboa fica evidente quando se analisa que as únicas abstenções ao embargo<sup>32</sup> do Conselho de Segurança a Portugal em 1963, foram dos governos britânico, estadunidense e francês.

Dessa forma, ainda que isolado no âmbito da ONU, no nível das relações bilaterais, Portugal possuía um importante apoio especialmente militar para persistir na política de defesa das províncias ultramarinas (DUARTE E SILVA, 1995). Em 1963, os países da Organização da Unidade Africana (OUA) cortaram relações diplomáticas com o Estado português. A partir de 1965, diante do agravamento da luta de libertação, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Comissão de Descolonização destacaram-se pela postura mais rigorosa para isolá-lo e obrigá-lo a rever sua política colonial<sup>33</sup>. A Assembleia Geral também reconheceu, pela primeira vez, a legitimidade das ações dos grupos de libertação nacional (Resolução 2107<sup>34</sup>), e Angola e Moçambique passaram a possuir representações próprias na Comissão Económica para África (CEA). No ano seguinte, foram aprovadas sanções preconizando o boicote à venda de armas e o corte de relações diplomáticas com Lisboa, recomendando ao Banco Mundial que vetasse a colaboração com Portugal (CORREIA, 1991).

Em setembro de 1968, Marcelo Caetano assumiu a presidência do Conselho de Ministros no lugar de Salazar, afastado do cargo por problemas de saúde. O marcelismo representava uma corrente reformista no Estado Novo, constituída a partir da II Guerra Mundial, possuía simpatizantes em setores das elites políticas situacionistas e econômicas, nos meios diplomáticos e militares (PEIXOTO, 2009). A nova postura do governo tentava compatibilizar com o contexto econômico português dos anos de 1970, de um país recém

---

<sup>32</sup> A recusa portuguesa de implementação das Resoluções da Assembleia Geral e as repetidas violações dos termos da Carta das Nações Unidas motivaram o Conselho de Segurança aprovar a Resolução 180, em 31 de julho de 1963, que previa um embargo contra Portugal, proibindo qualquer assistência que permitisse o país continuar a repressão dos povos sobre sua administração.

<sup>33</sup> A Comissão de Descolonização solicitou ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a não concessão de assistência financeira, econômica ou técnica para Portugal. E junto a isso, o país foi expulso pelo Conselho Económico e Social da Comissão Económica para África (CEA) da União Internacional de Telecomunicações (UIT) em 1964, e desde 1966, não foi mais convidado para as conferências regionais e reuniões técnicas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para África (DUARTE E SILVA, 1995).

<sup>34</sup> A resolução foi aprovada 21 de dezembro de 1965, por 66 votos, 26 contra (África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bolívia, Canada, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Itália, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Países Baixos, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Uruguai e Venezuela) e 15 abstenções.

industrializado e que se voltava gradualmente para os países europeus ocidentais. De fato, a industrialização gradual da economia portuguesa, como também sua liberalização e internacionalização inicial influíram sobre o cálculo dos oligopólios nacionais em relação aos seus interesses na África (RAIMUNDO, 2012). Enquanto alguns pareciam favorecer o *status quo*, outros questionavam o futuro do império como uma entidade integrada e a diversificação de suas operações, particularmente em relação aos mercados da Europa ocidental (RAIMUNDO, 2012).

A ascensão de Marcelo Caetano assinalou um período de medidas menos enérgicas por parte da ONU. Para Duarte e Silva (1995), a organização buscava assim encorajar e facilitar uma mudança na política colonial portuguesa. Portugal também foi favorecido pela administração de Richard Nixon<sup>35</sup> (1969-1974), que demonstrava ser mais favorável a permanência dos regimes de minorias brancas na África Austral. Dessa forma, ao final da década de 1960 os efetivos e os gastos militares foram ampliados, objetivando compatibilizar o reformismo e o desenvolvimento industrial na política ultramarina, a fim de operar mudanças adaptativas ao regime e não promover sua superação. Em verdade, Portugal nunca possuiu os recursos necessários para maximizar a eficácia de sua ação militar, a guerra colonial estava dividida entre três teatros de operação muito distantes que requeriam uma capacidade de transporte, equipamentos e abastecimento das tropas em escalas que o país não estava preparado (CHABAL, 2002). Não obstante, entre 1970 e 1974, o governo português efetivou intensivos contra-ataques aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné. A situação do conflito no último território – onde o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi o movimento mais bem sucedido política e militarmente – notabilizou a fraqueza das forças lusitanas expondo a inviabilidade dos meios militares em vencer a guerra e a inadiável necessidade de negociação com os grupos (CHABAL, 2002).

A experiência da guerra colonial promoveu uma profunda politização nas Forças Armadas portuguesas, originando o Movimento das Forças Armadas (MFA), o qual defendia uma solução política e não militar aos conflitos nas províncias. Assim, como relata Chabal (2002), a longa guerra colonial gerou uma escassez crítica de pessoal militar. Nos últimos anos, a maior parte das tropas metropolitanas eram formadas por jovens, sendo mais da metade do efetivo colonial africano e faltavam oficiais de média patente com experiência

---

<sup>35</sup> De acordo com Pezarat Correia (1991), Nixon apresentou para Marcelo Caetano, em 1972, um plano como condição ao apoio norte-americano a Portugal na ONU. Segundo o autor, o documento se baseava em três pontos: o abandono da Guiné, a Vietnamização de Moçambique (com o norte sendo entregue a FRELIMO e a manutenção do sul) e o reforço da pressão sobre Angola.

operacional. Tentando contornar a situação crítica, no mês de julho de 1973, o governo firmou um decreto concedendo aos oficiais sem carreira, mas com experiência de combate na África, a possibilidade de obter comissão com a patente, remuneração e privilégios correspondentes aos dos oficiais profissionais. Embora a medida não tenha sido implementada devido aos protestos, essa ainda comprometeu as relações entre os militares e o governo (CHABAL, 2002).

Simultaneamente, ampliaram-se as mais variadas forças de oposição ao regime<sup>36</sup>. Dentro da política colonial, o esforço de guerra tornou-se o tópico mais sensível entre os apoiadores do governo, em especial tecnocratas, desenvolvimentistas e europeístas de tendência liberalizadora (MOITA, 1985). Junto a isso, em 1972, os movimentos de libertação nacional foram aceitos na qualidade de observadores na Assembleia Geral da ONU (Resolução 2918<sup>37</sup>), e as lutas pela independência foram reconhecidas como legítimas pelo Conselho de Segurança (Resolução 322<sup>38</sup>). No dia 24 de setembro de 1973, a Guiné Bissau foi o primeiro território a proclamar sua independência, sendo reconhecida em novembro do mesmo ano pelas Nações Unidas, e assim, iniciou-se a desintegração do último império colonial.

A descolonização dos PALOP ocorreu, primeiramente, como consequência de dois processos históricos interrelacionados: a prolongada guerra anticolonial, que ocorria em três das cinco províncias; e a queda do Estado Novo em conjunto com a transição democrática (CHABAL, 2002). Portanto, pode-se afirmar que “a questão colonial, de tal maneira se identificou com a questão do regime [...] [pois] a solução daquela não era compatível com a manutenção deste” (MOITA, 1985, p. 503). Nesse sentido, difundiu-se entre os militares a percepção de que a guerra não era mais do que um componente colonial da repressão, do obscurantismo e da corrupção em que se assentava o regime, o qual sujeitava igualmente, ainda que por processos distintos, os povos da metrópole e das colônias (CORREIA, 1991). Assim, o desejo de pôr fim à guerra colonial, foi a causa determinante do levantamento militar do 25 de Abril, da mesma forma que esse foi essencial para efetivar a descolonização.

A Revolução dos Cravos, de 1974, foi liderada pelo MFA, que destituiu, com relativa facilidade, o regime do Estado Novo instaurando a Junta de Salvação Nacional (JSN) formada por militares de esquerda e presidida pelo general António Sebastião Ribeiro de Spínola – o

<sup>36</sup> A oposição democrática, o movimento estudantil, os setores cristãos progressistas, os núcleos de exilados, os desertores e refratários, os objetores de consciência e os grupos de oposição armada (MOITA, 1985).

<sup>37</sup> A Resolução foi aprovada em 14 de novembro de 1972, por 98 votos, 6 contrários (África do Sul, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Portugal, Reino Unido) e 8 abstenções (Bélgica, França, Guatemala, Honduras, Itália, Luxemburgo, Uruguai Venezuela), no dia e 14 de novembro de 1972.

<sup>38</sup> A Resolução foi aprovada em 22 de novembro de 1972 por unanimidade.



herói da campanha da Guiné Bissau. A nomeação do general se deu, quer porque esse havia recebido o poder direta e simbolicamente de Marcello Caetano, por vontade expressa deste no dia da Revolução, bem como porque Costa Gomes – escolha do MFA – declinou ao convite. Segundo Gomes, deveria assumir o único general munido de um grupo de apoio – os “spínolistas” –, elemento essencial em um contexto de golpe de estado (BARBOSA, 2007). Assim, com a queda do salazarismo e a redemocratização portuguesa, o novo governo luso comprometeu-se em conceder de forma negociada a independência aos territórios ultramarinos.

Nesse sentido, no dia 25 de maio, Lisboa anunciou a suspensão das operações militares na África e em 27 de julho foi publicada a Lei n.º 7/74, sobre o Direito das Colónias à Independência. Essa assumia que a solução das guerras no ultramar era necessariamente política e reconhecia o direito à autodeterminação dos territórios ultramarinos (PORTUGAL, 1974). Com isso, Portugal visava sobretudo: evitar a internacionalização dos conflitos, assegurar seus interesses, lançar bases para uma futura política de cooperação com Estados nascentes e prevenir independências lideradas por grupos separatistas brancos (MOITA, 1985; CASTAÑO, 2012). A solução da crise no ultramar pela via política era um princípio comum entre os membros do governo, sendo reconhecido até mesmo como essencial para salvaguardar o projeto democrático português.

No entanto, existia um descompasso quanto a estratégia a ser adotada a partir de então. Surgiram, nesse contexto, dois grupos de interesse com posturas díspares. De um lado havia o grupo continuísta liderado pelo Spínola, para o qual o Ultramar era visto como requisito da sobrevivência do Estado português enquanto nação independente. A tese do general advogava que (1974, p. 226), “Sem os territórios africanos, o País ficará reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta, e sem trunfos potenciais para jogar em favor do seu valimento no concerto das Nações”. Dessa forma, defendia que a conservação dos territórios não deveria se dar pela força, no entanto, a autodeterminação não implicava no rompimento dos laços com Portugal<sup>39</sup>, de modo que os territórios poderiam, de acordo com o general, “autodeterminar-se, mas sob a bandeira portuguesa” (CORREIA, 1991).

Desse modo, a JSN desejava preparar as colónias para a autonomia no âmbito de uma federação portuguesa, propondo que antes de tudo os movimentos deveriam aceitar o cessar-

---

<sup>39</sup> Para Spínola, não havia conflito entre as duas realidades, pois o “seu conceito de autodeterminação era basicamente este: manifestação plebiscitária da vontade nacional, cabendo ao povo, ‘reserva moral da nação’, decidir sobre a sua organização política, ‘à luz do princípio consagrado de que a soberania reside na própria Nação’, que convinha preparar e a qual, dizia-se convicto, manifestaria uma irreprimível vontade de permanecer portuguesa, em ambiente de ‘unidade na diversidade’ por uma ‘portugalidade renovada’, culminando na construção de uma ‘Comunidade Lusíada’” (BARBOSA, 2007, p. 405).

fogo, deporem as armas e se transformarem em partidos políticos (SPINOLA, 1974). Spínola na realidade não vislumbrava uma transferência imediata de poder, vindo a assegurar na reunião ministerial da OTAN, de maio de 1974, que o exército permaneceria em Angola até 1976 (COKER, 1985). Segundo o general (1974) a simples concessão das independências geraria crises políticas e econômicas nas províncias deixando esses territórios frágeis e vulneráveis a ações neocoloniais das duas superpotências.

De forma oposta, o MFA e os partidos políticos portugueses<sup>40</sup> apontavam sem ambiguidades para a independência, defendiam uma rápida abertura para negociações com os movimentos de libertação, considerados os representantes legítimos das populações africanas. Assim, garantiriam o cessar-fogo e uma transição pacífica, na qual Portugal atuaria apenas no acordo das modalidades de transferências. Como relata Correia (1991, p. 55), o documento mais importante elaborado pelo MFA que antecede seu programa, foi o manifesto “O movimento, as Forças Armadas e a Nação”, aprovado em 5 de março de 1974, o qual mencionava que a solução política do problema ultramarino deveria ter em conta “a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a governarem a si próprios”. Para Raimundo (2012), o Movimento, de forma majoritária, buscava um novo relacionamento entre ex-adversários, fundada em uma identidade revolucionária compartilhada e em afinidades políticas e econômicas.

As negociações, em 1974, foram assinaladas pelas disputas entre essas duas estratégias, sendo possível identificar as divergências já durante a primeira reunião<sup>41</sup> entre a Junta e o MFA. Percebe-se ainda uma tentativa de articulação internacional da parte de Spínola quando esse se encontrou, em junho, com o presidente Nixon na base das Lajes e em setembro, com o presidente Mobutu Sese Seko na ilha do Sal. Sobre essas, vale destacar que nenhuma das reuniões teve seus resultados registrados. Meses depois, a publicação da Lei Constitucional n.º 7/74, no dia 26 de julho, serviu para apaziguar as relações entre o Movimento e o presidente da República, representando um suporte jurídico essencial para os atos que conduziram a descolonização e instrumento político para clarificar as intenções portuguesas aos movimentos de libertação (CORREIA, 1991).

---

<sup>40</sup> Partido Comunista Português (PCP), Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD) e Partido Popular (CDS-PP), Movimento Democrático Português (MDP/CDE), Centro Democrático Social (CDS), Movimento da Esquerda Socialista (MES) e Movimento Popular Monárquico (MPM).

<sup>41</sup> Pizarat Correia (1991, p. 56) descreve que, na noite do 25 de Abril, reuniram-se os homens do MFA e os generais da Junta de Salvação Nacional para discutir o programa que seria apresentado à população, na ocasião o general Spínola em nome da Junta propôs mudanças substanciais ao texto relativo à política ultramarina. Em virtude disso, foi retirada a linha mais significativa de todo o tópico, que estipulava o “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e clara participação das populações autóctones”.

Entretanto, o projeto continuísta não foi completamente abandonado, voltando sua estratégia para Angola. Este direcionamento foi evidenciado no Comunicado Conjunto das Nações Unidas e do Governo Português, publicado no dia 04 de agosto de 1974. O documento buscou reafirmar para a comunidade internacional as intenções portuguesas de cooperação com a ONU no processo de descolonização, e definiu o regime que seria adotado para cada colônia individualmente. Em um sentido geral, as diretrizes para os cinco PALOP foram significativamente distintas. Ainda que todos tivessem seu direito à autodeterminação admitidos, apenas a Guiné-Bissau foi reconhecida como Estado independente. Ademais, se por um lado, Lisboa comprometia-se em adotar “medidas imediatas para entrar em negociações com representantes da Frelimo [exclusivamente] para acelerar o processo de independência daquele território” (COMUNICADO, 1974, s/p). Por outro, no que se referia a Angola, o governo português afirmava ter a “intenção de estabelecer, em breve, contactos com os movimentos de libertação [sem referenciá-los] de modo a poderem iniciar-se, logo que possível, negociações formais” (COMUNICADO, 1974, s/p).

Em virtude da extensa riqueza de seu território, da grande comunidade de colonos brancos e da presença de três movimentos nacionalistas que disputavam o poder entre si (RAIMUNDO, 2012), Angola se tornou o território mais visado aos projetos continuístas. Nesse sentido, foi nomeado em junho o general Silvino Silvério Marques, – integracionista e ex-governador da colônia na década de 1960, o período mais duro da guerra – para o governo angolano (CORREIA, 1991). Apesar dos protestos do MFA, que levaram o retorno de Marques a Lisboa, a estratégia conservadora foi mantida, como evidencia o relatório enviado pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, a Mário Soares, Ministro dos Negócios Exteriores, em agosto de 1974:

iv) a frelimo deveria ser reconhecida como o único movimento de libertação em Moçambique, o governo de transição deveria elaborar a Constituição do futuro estado que conviria ser votada para que o futuro regime «visse assegurada a sua legalidade pelo voto popular»; v) **em relação a angola era ainda considerada viável a manutenção de uma ligação a Portugal «de tipo comunitário», o governo de transição deveria preparar dentro de um prazo «dilatado» a futura Constituição de Angola que seria depois votada;** (CASTAÑO, 2012, p. 76, **grifo nosso**)

No mesmo mês, em um esforço no sentido de assumir pessoalmente os rumos do processo, Spínola difundiu um comunicado que definia unilateralmente, ou seja, sem a

consulta dos movimentos de libertação, um programa de descolonização<sup>42</sup> de Angola (PEIXOTO, 2009). De modo geral, as medidas do plano implicavam na manutenção da tutela do território, por um prazo de três a cinco anos, algo que não seria aceito pacificamente pelos movimentos de libertação contrariando o interesse das Forças Armadas em acabar o mais rápido possível com o conflito. Em setembro, a tensão entre o MFA e o general atingiu seu limite, fazendo com que Spínola<sup>43</sup> abandonasse o cargo de presidente em 30 de setembro, mesmo com o apoio de membros da velha oligarquia financeira e empresarial.

Dessa forma, em consonância com Moita (1985), entende-se que não existiam condições históricas para que Lisboa conseguisse exercer grande influência no futuro dos PALOP como pretendia Spínola. De modo complementar, Marques (2015) sugere que, diferentemente da experiência inglesa e francesa, o Governo Português não promoveu a africanização dos quadros administrativos, ou integrou no sistema político de instituições representativas as populações indígenas. Tal conduta reduziu inevitavelmente a sua margem de manobra para negociar uma resolução pacífica para a questão colonial.

Deve-se compreender a descolonização como um processo de transição, no qual predominam elementos de continuidade ou de ruptura de acordo com as capacidades da metrópole. De modo mais específico, tem-se que:

Predominava a continuidade sempre que a metrópole mantinha o controle das alavancas da transição, seja assegurando o essencial dos interesses económicos, seja garantindo a hegemonia da transferência do poder político pelas suas ligações às novas classes dirigentes, seja mesmo mantendo a influência militar através da presença de bases e de contingentes ou da facilidade de intervenção à distância. Inversamente predominava a ruptura quando estes factores não se verificavam e o poder político económico e militar emergente rompia os laços estruturais da dominação colonial (MOITA, 1985, p. 501).

Tendo isso em vista, pode-se afirmar que as independências dos PALOP foram assinaladas por rupturas substanciais, que ocorreram no âmbito: político ideológico,

---

<sup>42</sup> O programa estabelecia determinados passos a serem dados uma vez alcançado o cessar fogo. “Entre eles a constituição de um governo provisório de coligação, com representação de “todos os movimentos de libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca”. Outros passos eram a elaboração de uma lei eleitoral, o recenseamento eleitoral na base de um homem um voto e a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de aproximadamente dois anos, a qual definiria o tipo de relações a estabelecer com Portugal. Esta última referência continha, implícita a admissão de que pudesse haver outras soluções que não a independência. O programa chegava mesmo a antecipar soluções que deveriam constar da Constituição, como órgãos do aparelho de Estado e as formas de sua escolha [...]” (CORREIA, 1991).

<sup>43</sup> Como relata Moreira de Sá (2007), de acordo com um documento enviado da Embaixada estadunidense em Lisboa para Washington, o general Spínola chegou a contactar o DCM (*Deputy Chief of Mission*), Richard Post, para solicitar que a OTAN intervisse militarmente em Portugal dada a eminente tomada do governo português pelos comunistas.

econômico, militar e de política externa. A descolonização atrasada em mais de uma década e o caráter de guerra popular da luta de libertação provocou a quebra dos vínculos estruturais com a antiga metrópole. De acordo com o general Correia (1991), a transferência de poderes da forma como ocorreu, foi condicionada essencialmente pela guerra, a qual impôs a necessidade de se fazer a paz e definiu os interlocutores. Nesse sentido, conscientes da reduzida margem de manobra portuguesa, depois da renúncia de Spínola, o MFA e o Presidente Costa Gomes coordenaram a pronta saída de Portugal dos territórios africanos.

As novas diretrizes permitiram um rápido avanço nas negociações. Em poucos meses, foram implementados cessar-fogo e concluídos acordos de independência<sup>44</sup> entre Lisboa e todos os movimentos de libertação. Ainda em 26 de agosto de 1974, o governo português reconheceu a independência da Guiné Bissau, proclamada pelo PAIGC. Com as demais províncias, foram firmados acordos estabelecendo governos de transição partilhados entre os movimentos e Portugal que administrariam os territórios até a data estipulada para as independências em 1975. Assim, no dia 25 de junho de 1975, Moçambique tornou-se um Estado independente governado pela FRELIMO. O mesmo ocorreu nos arquipélagos de Cabo Verde, em 05 de julho – também sob o governo do PAIGC<sup>45</sup> –, e de São Tomé e Príncipe, no dia 12 de julho, liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe<sup>46</sup> (MLSTP).

Entretanto, no caso angolano, a estratégia de descolonização não se processou nos mesmos moldes pacíficos. O governo transitório quadripartite foi logo suspenso e no dia 11 de novembro de 1975, em plena guerra civil, Portugal se retirou do país sem entregar a administração do Estado formalmente para nenhum dos movimentos. Em meio a isso, ocorreram duas proclamações de independência: pelo MPLA e pelo governo compartilhado entre a FNLA e a UNITA. O reconhecimento português só viria acontecer em 23 de fevereiro de 1976, sendo concedido ao MPLA.

No pós-independência Portugal passou a valorizar o eixo europeu ocidental de sua política externa, assumindo como prioridade a entrada na Comunidade Europeia e a

---

<sup>44</sup> A Guiné-Bissau, que declarou sua independência unilateralmente em 1973, foi a primeira província a assinar um acordo em agosto de 1974. No mês seguinte, Portugal e a FRELIMO estabeleceram os termos da transição no Acordo de Lusaka. Em dezembro daquele ano, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe celebraram também seus acordos de independência. E, por fim, em janeiro de 1975, foi celebrado o Acordo de Alvor com os três movimentos de libertação de Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA).

<sup>45</sup> Contudo, “[...] após a independência acentuaram-se as divergências entre cabo-verdianos e guineenses que formavam os quadros da direção supranacional, situação agravada durante o II Congresso do PAIGC, em 1977, desembocando no cisma político-partidário de 1980 e na fundação do Partido Africano para a Intendência de Cabo Verde (PAICV)” (HERNANDEZ, 2008, p. 534).

<sup>46</sup> Segundo Chabal (2002), o movimento nacionalista de São Tomé e Príncipe era fortemente influenciado pelo MPLA.

modernização socioeconômica, de modo que as relações com as ex-colônias assumiram um posto secundário. Ademais, a derrota do projeto de reforma dos anos de 1960 privou os colonos dos meios políticos para impor sua participação no processo de independência, resultando no êxodo maciço para Portugal em 1975. Para além disso, o teor socialista das lideranças após as independências, as guerras civis angolana e moçambicana, a nacionalização, o confisco dos bens portugueses e a busca de parceiros alternativos favoreceram a deterioração das relações entre Lisboa e os PALOP (RAIMUNDO, 2012). Moita (1985) analisa que a descolonização poderia ter proporcionado um papel privilegiado para Portugal nesses países, no entanto, a falta de projeto e a pequena margem de autonomia, restringiu as possibilidades de ação do Estado português.

Nos anos de 1980 e 1990, o governo passou a recobrar seu papel de ponte entre a África lusófona e o Ocidente, uma aproximação que culminou na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996. Um processo que demonstrou ser mais complexo com Angola e Moçambique, devido: à forma como se deu a transferência de poder, à presença de grandes comunidades de colonos brancos, à existência de disputas não resolvidas sobre os aspectos financeiros da independência e aos laços mais estreitos que as ex-colônias desenvolveram com o bloco soviético (RAIMUNDO, 2012).

Durante o século XXI as relações entre Portugal e os PALOP têm sido assinaladas pela cooperação para o desenvolvimento. Assim, em um contexto de revalorização da rota atlântica, junto com o processo de extensão das plataformas continentais, a África lusófona assume um papel chave na política externa portuguesa. Desse modo, observa-se que Lisboa objetiva por meio da sua ligação privilegiada com a OTAN e com a lusofonia (na via multilateral e por meio da CPLP) criar pontes entre o Atlântico Norte e Sul, enquadrando a unidade do Atlântico no seu conceito estratégico de defesa nacional (PAIVA, 2019).

## **4 AS RELAÇÕES EXTERIORES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1961-1975)**

Entende-se que o primeiro período da política externa angolana teve início antes mesmo da independência. Isso se deu pois, nos mais diversos níveis, a ação diplomática representou uma das principais estratégias dos movimentos de libertação nacional. Desse modo, entre 1961, início da guerra colonial, e 1975, ano da proclamação da independência, existiram três projetos distintos de diplomacia empreendidos pelos movimentos de libertação, mas que possuíam como denominador comum a conquista da independência. Sobre estes movimentos, Chabal (2002) analisa que – similares aos encontrados em outras colônias africanas nos períodos das independências – eles podem ser divididos e caracterizados em três tipos distintos: o modernizador, o etnonacionalista e o tradicionalista.

### **4.1 O MPLA**

Os movimentos de tipo modernizador reuniam grupos imbuídos de uma visão política universalista, compostos por uma geração jovem de assimilados, relativamente mais educada e ideologicamente progressista, em tom semelhante a oposição de esquerda da metrópole (CHABAL, 2002). Esses visavam formar um estado nação moderno, secular nos moldes do modelo europeu, ocidental ou oriental. Assim, foi fundado em 1956, resultado da união de quatro movimentos<sup>47</sup>, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sob a presidência de Mario de Andrade. O MPLA defendia um projeto nacional com caráter anticolonial e anti-imperialista, visando a independência, soberania e o não alinhamento de Angola. Apesar de fortemente urbano, era formado por mestiços, assimilados, brancos e ovimbundus, transpondo as barreiras étnicas e apelando para um ideal de nação como um todo (VISENTINI, 2012). O movimento dispunha de um projeto de justiça social e construção da unidade nacional, contando com o apoio de importantes forças revolucionárias, de movimentos nacionalistas do continente africano e do campo socialista.

Suas primeiras diretrizes de política externa foram lançadas no documento do Programa Maior do MPLA em 1962. Nele ficaram definidos os dez objetivos maiores do grupo como: unidade da nação, unidade africana, regime democrático, reconstrução econômica, reforma agrária, desenvolvimento da educação e cultura, defesa nacional e uma política externa independente e pacífica. Sobre esse décimo capítulo, cinco pontos foram

---

<sup>47</sup> Esses eram: o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), o Movimento de Independência de Angola (MIA), o Partido Comunista de Angola (PCA) e o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA).

explicitados: o estabelecimento de relações com todos os países do mundo, baseadas no respeito à soberania, integridade territorial, não agressão, não ingerência nos assuntos internos, igualdade, reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica; respeito a Carta das Nações Unidas; não adesão a blocos militares; relações de boa vizinhança com os países fronteiriços; e proteção dos angolanos no estrangeiro (MPLA, 1962a, p. 17, 18, tradução nossa). Somerville (1986), ao analisar o documento inaugural, identifica que à agenda do Movimento dos Não Alinhados destacava-se, ao mesmo tempo que o comprometimento do grupo com o marxismo-leninismo não era explícito. Isso refletia, por exemplo, na participação do MPLA no Grupo Casablanca, que se orientava pelo neutralismo em relação à OTAN e ao Pacto de Varsóvia.

No mesmo sentido, a Conferência Nacional do MPLA, em Léopoldville, no início de dezembro de 1962, reafirmou o princípio, denominado pelo grupo de “neutralismo positivo” da política exterior, ao declarar que nenhum país ou organização detinha o monopólio da ajuda sobre a luta de libertação de Angola (MPLA, 1962b, p. 03, tradução nossa). O Comunicado da Conferência também relata: a criação de uma “diplomacia militante”; a coordenação de ações diretas, com os novos movimentos anticolonialistas das demais colônias portuguesas; o reforço das alianças africanas; o alargamento da presença do MPLA nos países recém-independentes a reafirmação do não alinhamento; e a internacionalização do problema angolano (MPLA, 1962b, p. 03, tradução nossa). Tendo isso em vista, Francisco (2013, p. 36), aponta para uma diplomacia independente, praticada “[...] sem qualquer subterfúgio pelo Movimento, como afirmação realista e o único comportamento possível num mundo pleno de ameaças, onde os povos ainda sob dominação estrangeira teriam muito a perder, caso se empenhassem no jogo de competição entre os dois blocos”.

O encontro em Léopoldville também promoveu uma reorganização entre as lideranças do grupo, de modo que Agostinho Neto foi eleito como presidente e Mario Pinto de Andrade assumiu a chefia do Departamento de Relações Exteriores. Mas para além deles, durante a luta de independência também se destacaram as ações internacionais de Viriato da Cruz (expulso em 1963), Lucio Lara, Américo Boavida, Hugo de Meneses e Luís de Almeida. Os quais podem ser considerados como os principais articuladores de uma ação diplomática importante e abrangente, que objetivava angariar apoio financeiro, político e militar para a luta angolana contra o colonialismo.

A ação internacional do MPLA foi assinalada pelo envio de delegações oficiais para às Nações Unidas, mas também para diversas conferências internacionais, que se tornaram canais de busca pelo reconhecimento internacional, como: as Conferências da Organização de



Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (AAPSO)<sup>48</sup>; as Conferências Pan-africanas, com destaque para as realizadas em Gana (1959) e Tunísia (1960); a Conferência Tricontinental<sup>49</sup> (1966), em Havana; e a Cúpula dos Países Não Alinhados. A presença do MPLA nessas reuniões também foi importante para a aproximação entre os movimentos de libertação das demais colônias portuguesas, resultando na fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Criada em Casablanca, no mês de abril de 1961, essa objetivava a coordenação da luta de libertação nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné. O líder angolano, Agostinho Neto, em discurso na Rádio Tanzânia frisou que:

A colaboração dos povos das actuais colônias portuguesas nesta fase e também no futuro é e será absolutamente essencial não só para a conquista da Independência, mas também durante a fase de reconstrução nacional [...]. Esta união é justa e necessária, e as formas de nossa cooperação na luta devem ser aperfeiçoadas porque nossos inimigos também coordenam suas atividades (NETO, 1968, p. 02, 10, tradução nossa)

Para além disso, os diálogos empreendidos nesses fóruns, contribuíram para o desenvolvimento de importantes relações entre o MPLA e os países africanos. Com a Guiné Conacri, a República do Congo e a Argélia, o movimento logrou a instalação das suas primeiras bases no continente em 1960, 1961 e 1963 respectivamente. Destaca-se a concertação estabelecida entre o MPLA, a Frente de Libertação Nacional argelina<sup>50</sup>, o Marrocos e o Congo Brazzaville para a estruturação do recém-criado Exército Popular de Libertação do movimento. A partir de 1962, no território marroquino os homens do MPLA receberam treinamento de guerrilha urbana das forças argelinas – com apoio da Checoslováquia – e no Congo, foi constituído o quartel-general do Movimento (CORREIA, 2017).

No que concerne a OUA, criada em 1963, essa só veio a reconhecer o MPLA em 1964. No ano seguinte, o movimento passou a receber partes dos fundos do Comitê de Libertação Africana (CLA), instância responsável por coordenar o apoio externo aos movimentos subversivos e legitimar a sua ação (CORREIA, 2017). A partir de 1966, em Angola, a organização passou a conceder apoio preferencial ao MPLA. De acordo com o

---

<sup>48</sup> Criada no Cairo em 1957 a partir de uma articulação entre Rússia, China e República Árabe Unida. Em 1961, foi fundado o Fundo de Solidariedade dos povos Afro-Asiáticos, por meio do qual a organização enviou ajuda aos movimentos de libertação da África e da Ásia.

<sup>49</sup> Na qual foi criada a Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina – com o objetivo de apoiar a libertação nacional e o desenvolvimento econômico nos três continentes.

<sup>50</sup> Segundo Alves (2013), a Argélia era o país mais bem equipado militarmente depois da África do Sul.

autor (2017), o reconhecimento da OUA abriu espaço para que o MPLA ampliasse suas relações no continente. Exemplo disso, foi a cooperação estabelecida, em 1965, entre o movimento e os governos da Zâmbia e da Tanzânia, o que permitiu que fossem criadas rotas de abastecimento ao leste de Angola através de seus territórios. A iniciativa viabilizou uma melhor movimentação logística no interior, dando acesso a vias seguras para o recebimento de armamento soviético vindos do Oceano Índico, uma vez que a via atlântica estava limitada pela presença portuguesa (SILVA, 2016).

As relações interafricanas, particularmente com os países vizinhos, representaram um substancial desafio ao MPLA. Em uma análise pormenorizada, Agostinho Neto pontua como essas se encontravam em meados de março de 1974. Em relação ao Zaire, o líder do MPLA ressalta os interesses de Mobutu na exploração do petróleo de Cabinda, a aproximação do país com Portugal e os esforços para projetar Holden Roberto internacionalmente, atuando como um facilitador das visitas do mesmo à China e à Romênia. A Zâmbia, por sua vez, assumiu uma posição contrária as tentativas de unificar os movimentos de libertação, aliando-se a frente de Daniel Chipenda<sup>51</sup>. O presidente Kaunda conduziu uma ampla atividade diplomática para que os países suspendessem a ajuda ao MPLA, conseguindo que a Suécia passasse a condicionar o apoio ao movimento com a integração de Chipenda. Em paralelo a isso, a Zâmbia e o Zaire tentaram aliar Chipenda e Holden. Por outro lado, Agostinho Neto ressalta a aproximação com a Tanzânia e o apoio concedido pelo Congo, Guiné, Somália e Argélia.

Na Europa, o MPLA mantinha representações na Itália e nos Países Escandinavos (ALVES, 2013). Os últimos ofereciam a cooperação mais significativa dentre os europeus, por meio de suporte material e diplomático. A Suécia e a Finlândia se mantiveram neutras, já a Noruega e a Dinamarca, embora membros da OTAN, estabeleceram relações estreitas com os movimentos de libertação e foram uma das principais fontes de assistência humanitária (SCHMIDT, 2013). Era, no entanto, no bloco socialista que residia o maior apoio ao grupo, que se consubstanciava no fornecimento de material de guerrilha, propaganda, assistência, medicamentos e formação de quadros civis e militares (FRANCISCO, 2013).

Em 1961, o jornal *Deutsch Aussenpolitik* foi o primeiro do Leste europeu a publicar o programa do MPLA e no início de 1972 e o *Neues Deutschland* congratulou o movimento nacionalista por ser o único da África Austral com uma política externa claramente orientada

---

<sup>51</sup> Daniel Chipenda foi o líder da revolta da Frente Leste. Ocasionalmente em 1974, em razão da insatisfação de Chipenda em relação à liderança de Neto e a organização e o fornecimento das tropas, que eram determinadas pelas lideranças políticas do movimento. A disputa entre Neto e Chipenda foi crítica a ponto de a URSS suspender a ajuda ao MPLA por algum tempo, devido as dúvidas sobre o futuro do movimento. A crise foi encerrada em dezembro de 1974 com a expulsão do líder da Frente Leste do MPLA (VISENTINI, 2012).

pela cooperação com o mundo socialista (COKER, 1985). A Checoslováquia, a Alemanha Oriental, a Bulgária e a Polônia tiveram um papel fundamental na assistência e treinamento dos movimentos de libertação. A Bulgária, por exemplo, foi um dos primeiros a oferecer armas, financiamento e instrução para o MPLA (TELEPNEVA, 2014).

Outro ator importante, foi a Iugoslávia<sup>52</sup>, a qual mediou os contatos entre o MPLA e os diversos partidos sociais-democratas da Europa ocidental. Esses laços foram importantes para alterar a opinião pública do ocidente sobre o colonialismo português, especialmente, daqueles países que cooperavam com o Estado Novo. O MPLA foi o principal movimento apoiado pelo Estado iugoslavo, pode-se afirmar que o país foi decisivo na superação das dificuldades quando o grupo se encontrou isolado internacionalmente ou nos momentos de suspensão do apoio soviético (1968 e 1973) (CARVALHO, 2012). Apesar disso, a Iugoslávia não assistiu exclusivamente o MPLA até 1969, no intuito de respeitar as posições da OUA, que buscava a unificação dos movimentos (DIMIĆ, 2017). Em 1970, foi constituído um Centro Informativo do movimento angolano na capital iugoslava, desde então, foram realizadas inúmeras visitas oficiais ao país por delegações do grupo, além de diversos contatos por telegramas entre as autoridades. Segundo o Secretariado Federal de Defesa Popular, até a independência angolana, a Iugoslávia concedeu uma ajuda de US\$ 12,9 milhões ao MPLA (CARVALHO, 2012).

É importante ter em vista que os países socialistas não atuaram de forma homogênea por meio de um plano coordenado por Moscou. Mesmo existindo um nível de concertação, com o governo soviético detendo maiores capacidades que os demais Estados. É interessante notar a forma como, para além do conflito Leste-Oeste, a guerra em Angola se inseriu no contencioso sino-soviético em disputa pelo espaço político do Terceiro Mundo, e representou também uma janela de oportunidade para Cuba e Alemanha Oriental redimensionarem seus papéis no bloco comunista.

O primeiro financiamento internacional do MPLA veio do Estado chinês, em julho de 1960, quando uma delegação do movimento e da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas foi enviada à China. Um mês depois, o governo chinês concedeu provisões para a luta de libertação nacional (FRANCISCO, 2013).

---

<sup>52</sup> De acordo com Carvalho (2012), entre 1961 e 1965, durante a fase dos contatos diretos as visitas oficiais eram praticamente anuais. Agostinho Neto se encontrou pela primeira vez com o presidente Tito em outubro de 1968, quando visitou o país acompanhado pela delegação do MPLA, apesar das tensões entre Belgrado e Moscou no que concernia a situação da Checoslováquia, o que contribuiu para a imagem de Neto como uma liderança autônoma em relação aos soviéticos. Durante a guerra colonial, o líder angolano esteve novamente no país, em 1969, 1971 e 1973. Destaca-se também a visita da delegação da ASPTJ, em agosto de 1972, ao território libertado de Angola.

Apesar do pioneirismo, o MPLA não possuía representações na China, mas sim na Índia e na Indonésia. Ademais, uma crise interna entre as lideranças do Movimento e o rompimento sino-soviético ocasionaram a suspensão do suporte chinês, que passou a ser direcionado aos outros movimentos. A formação do Eixo Washington-Pequim, como analisa Visentini (2012), configurou um quadro de desequilíbrio estratégico gerando uma firme reação soviética, desencadeada em resposta à intervenção sino-americana em uma disputa regional, e que poderia ter sido solucionada pelos próprios africanos.

O apoio soviético, por sua vez, deve ser enquadrado no contexto da política de coexistência pacífica que, em certa medida, limitou um envolvimento mais direto de Moscou no conflito. Até o governo de Nikita Khrushchev (1953-1964), o Kremlin não possuía uma política externa definida para a África e a região era de baixa prioridade na visão estratégica soviética. A partir da Conferência de Bandung, Moscou passou a se projetar para o Terceiro Mundo, estabelecendo relações estreitas com os países árabes, especialmente com o Egito. Segundo Conceição (1999), Khrushchev, de forma ponderada, passou explorar as situações de eventuais conflitos entre os Estados africanos e as antigas metrópoles<sup>53</sup>. Mais do que um “dever sagrado” de apoio aos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, a ação soviética derivava da percepção de que era nessas regiões onde a competição entre os sistemas se daria (TELEPNEVA, 2014). O marco dessa nova postura se deu em 1960, com a proposição da declaração de independência de todas as colônias que ainda existiam à ONU (ALVES, 2013). Assim, a política soviética para a África era imbuída de um caráter triangular, ou seja, ponderando sobre cada caso a partir dos seus interesses, os do país em questão e os das suas relações globais com os EUA (CONCEIÇÃO, 1999).

Moscou tinha conhecimento do MPLA desde 1956, mas foi em 1961, que o movimento estabeleceu contato com o representante diplomático da URSS em Léopoldville. No mesmo ano, meses depois, Mario de Andrade e Viriato da Cruz foram recebidos por Piotr Nikitovitch Evsiukov<sup>54</sup>, que também se encontrou com Agostinho Neto<sup>55</sup> em Moscou. A primeira ajuda financeira e material soviética se concretizou três anos mais tarde, quando Kremlin enviou 50 mil dólares ao movimento (ALVES, 2013). No ano seguinte, depois da visita de Agostinho Neto ao país, a URSS endereçou um navio com materiais de defesa para

<sup>53</sup> Durante a década, as alianças soviéticas se concentraram em Gana, Guiné e Mali com esses países recebendo 75% da ajuda soviética para toda África Subsaariana (CONCEIÇÃO, 1999).

<sup>54</sup> O funcionário responsável da Seção Internacional do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, ele durante os quinze anos que se seguiram foi responsável pelo processo de aproximação entre Moscou e os movimentos de libertação das colônias portuguesas.

<sup>55</sup> Neto encontrava-se em prisão domiciliar em Lisboa, sua viagem para Moscou se deu por intermédio do Partido Comunista Português.

Pointe-Noire. Segundo Telepneva (2014), se Khrushchev era relutante em autorizar o envio de armamento direto para os movimentos de libertação, Leonid Brezhnev prontamente dispôs de remessas de armas e ampliou os programas de treinamento militar.

Em 1966, o suporte soviético para a libertação das colônias portuguesas foi referenciado no relatório do XXXIII Congresso do Partido Comunista da URSS, como uma “ajuda real e multifacetada”. No entanto, para Somerville (1986), a aliança entre o MPLA e a URSS foi confirmada em 1969, no âmbito da Conferência Internacional em Suporte aos Movimentos de Libertação nas Colônias Portuguesas na África Austral, organizado pela União Soviética em Cartum. A reunião redundou no reconhecimento do MPLA, FRELIMO, PAIGC, CNA, ZAPU e SWAPO, como autoridades legítimas e oficiais representantes dos territórios pelos quais lutavam. Esses passaram a ser denominados como os “seis autênticos”, originando a Aliança de Cartum que tinha a URSS como suporte político e logístico (CORREIA, 2017).

As delegações do MPLA e da URSS se encontraram novamente na Conferência de Solidariedade com a Luta dos Povos das Colônias Portuguesas, realizada na cidade de Roma, em 1970, na qual estiveram presentes 64 países e 171 organizações internacionais. Em entrevista, os delegados soviéticos frisaram a ajuda material e de formação de quadros concedida à luta armada dos PALOP<sup>56</sup> (IGNÁTIEV, 1981). No entanto, como aponta Telepneva (2014), nem Khrushchev, nem Brezhnev conferiram alta prioridade aos movimentos de libertação das colônias portuguesas, pois para as lideranças soviéticas essas áreas eram secundárias, dado os eventos no Vietnã e no Oriente Médio. Este contexto fez com que os oficiais de médio escalão da burocracia soviética assumissem um papel central no estabelecimento e condução das relações com os movimentos.

No ano seguinte, Agostinho Neto, liderando uma delegação do MPLA, esteve presente no XXIV Congresso do Partido Comunista da URSS, quando declarou que considerava o Partido Comunista como uma das mais importantes forças de apoio do desenvolvimento da luta de libertação (IGNÁTIEV, 1981, p. 11). Todavia, o desencanto soviético com o MPLA, principalmente em virtude das suas lutas internas de liderança, levou ao congelamento da ajuda soviética por vários meses em 1974 (SCHMIDT, 2013). Compete ainda destacar que, segundo Guimarães (1992), a URSS não ofereceu os meios suficientes para desafiar seriamente as forças portuguesas, na análise soviética, prover os meios para que o MPLA vencesse a guerra levaria a um confronto com o Ocidente, devido a isso, o suporte ao grupo só

---

<sup>56</sup> Também sobre o encontro na capital italiana, vale destacar a audiência que os representantes dos movimentos tiveram com o Papa Paulo VI (CORREIA, 1991).

foi ampliado depois do 25 de Abril. Entre março e novembro de 1974, os soviéticos enviaram um total de vinte e sete navios cargueiros e de trinta a quarenta aviões de carga com armamento, munindo o movimento a ponto desse conseguir tomar Luanda (GEORGE, 2005).

Diferentemente de Moscou, a política externa de Havana não estava condicionada aos embaraços da *détente*. Castro apontava para uma atuação autônoma dentro da Guerra Fria, cujo núcleo duro priorizava a internacionalização da revolução a compor o quadro de relações bipolares (HATZKY, 2012). Segundo Schmidt (2013) Cuba seguiu uma política externa independente na África, muitas vezes pressionando seu relacionamento com a União Soviética. Assim, a estratégia cubana objetivava atingir os EUA em seu terreno mais frágil, o Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que, ao se projetar para a África, melhorava sua posição frente à URSS (CONCEIÇÃO, 1999). Nesse sentido, a política africana de Cuba começou a ser desenvolvida em 1960, com contatos com o governo de Gana<sup>57</sup> liderado por Kwame Nkrumah e com a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia<sup>58</sup>.

O primeiro contato entre os membros do MPLA e os revolucionários cubanos, como relata George (2005), ocorreu por meio da Casa dos Estudantes do Império, seguidos de diálogos mais formais pela embaixada de Cuba em Conakry. O treinamento de guerrilheiros angolanos por instrutores cubanos teve início em 1963, na altura em que foi instalado o *bureau* do MPLA na Argélia. O passo decisivo para a aproximação entre as partes foi o encontro entre as lideranças do MPLA – Agostinho Neto, Lúcio Lara, e Luís Azevedo – e Che Guevara em Brazzaville, no mês de janeiro de 1965<sup>59</sup>. Segundo relatos de Lara, o revolucionário cubano solicitou a ajuda do MPLA na ofensiva que estava sendo planejada no Congo Belga, mas o movimento recusou devido às limitações militares do grupo. Por fim, Che se comprometeu em enviar do Batalhão Patrice Lumumba<sup>60</sup>, seis instrutores para o treinamento da guerrilha do MPLA e assistência de suas ações (HATZKY, 2012).

Em 26 de abril, como parte da Operação Triângulo – que visava enviar suprimentos para as três diferentes forças cubanas na África – desembarcaram nove instrutores em Brazzaville, dos quais cinco foram enviados de forma anônima (sem serem identificados

---

<sup>57</sup> Em 1961, Gana receberia a primeira equipe de conselheiros militares enviados por Cuba para um país africano (CONCEIÇÃO, 1999).

<sup>58</sup> Foi na guerra da Argélia em 1963, que Havana enviou seu primeiro contingente militar para África, cerca de 300 soldados munidos de tanques e armamentos soviéticos. Depois de independente, foi o primeiro país a receber delegações de médicos e profissionais da saúde cubanos (CONCEIÇÃO, 1999; HATZKY, 2012).

<sup>59</sup> Entre 1962 e 1964, o governo de Havana ofereceu seis bolsas de estudo aos angolanos que fugiram de Portugal, dentre estes estudantes estava o general António dos Santos França “N’dalu” que se tornaria Embaixador de Angola em Washington antes do reconhecimento oficial do país (GEORGE, 2005).

<sup>60</sup> A unidade chegou em agosto de 1965 no Congo Brazzaville visando ser uma reserva para a operação de Che Guevara no Congo Belga e oferecer reforço para o governo Débat (HATZKY, 2012).

como cubanos) para o campo de treinamento do MPLA, em Dolisie<sup>61</sup> (GEORGE, 2005). No mês de janeiro do ano seguinte, Agostinho Neto em encontro com Fidel discutiu o possível envolvimento cubano no conflito de libertação<sup>62</sup>, os dois líderes estiveram juntos novamente em 1972, dessa vez com Fidel indo à África. De forma geral, até 1974, as relações entre o MPLA e Cuba podem ser classificadas como de médio contato, o grupo angolano estava envolvido em disputas entre as lideranças internas e Cuba se engajava em outros conflitos pelo continente africano como no Congo Belga e na Guiné portuguesa, onde possuía seu principal aliado, o PAIGC.

Com a Revolução dos Cravos e a intensificação dos ataques ao MPLA vindos tanto dos dois movimentos rivais, como da África do Sul e do Zaire, Agostinho Neto se voltou a Cuba em busca de apoio. No mês de maio de 1975, Neto entrou em contato com o vice-primeiro-ministro cubano, Flávio Bravo, solicitando o envio de novos instrutores para comandar quatro centros de treinamento militar do movimento (CARVALHO, 2015). Com a intercessão do almirante António Rosa Coutinho – o principal apoiador do MPLA em Portugal –, e após a concordância do chefe militar português, Otelo Saraiva de Carvalho, finalmente Cuba autorizou o programa de treinamento em Angola, enviando cinquenta especialistas cubanos para Brazzaville, em julho (CONCEIÇÃO, 1999; GEORGE, 2005). Assim, tinha início a cooperação, que se mostrou decisiva para o futuro da independência (RAMOS, 2018).

O plano de Fidel era organizar uma intervenção em larga escala. Tal notória mudança de postura do líder cubano pode ser explicada pelo avanço dos ataques sul-africanos e pelo entendimento que, a partir de então, não haveria o risco de um conflito armado com o exército português<sup>63</sup> (TOMÁS, 2014). George (2005) aponta alguns dados que permitem mensurar o grau de engajamento assumido por Cuba a partir de 1975:

Neto imaginou cerca de 100 instrutores cubanos espalhados uniformemente por Angola e solicitou armas, uniformes e alimentos para equipar e alimentar os recrutas das FAPLA durante o treinamento. [...] Quase imediatamente, porém, o programa foi ampliado em cinco vezes, aumentando para 480 especialistas cubanos que iriam

---

<sup>61</sup> Segundo Tomás (2014), o grupo era formado pelo capitão Humberto Vasques, os tenentes Reynaldo Fuentes Veitia e Jorge Barthelemy Miranda, o sargento Radamés Ransolet e os soldados Angel Turro e Soac.

<sup>62</sup> Foi assim criado um programa de treinamento intensivo de guerrilheiros do MPLA em Cuba, que em seguida foi ampliado para estudantes no geral, formando economistas, médicos e engenheiros angolanos (GEORGE, 2005).

<sup>63</sup> Como relata Clissond (2014), no dia 16 de junho, durante a visita de Coutinho, Castro pediu permissão a Lisboa para enviar suprimentos cubanos e instrutores diretamente para Luanda, contudo, o governo de Lisboa estava naquela altura fortemente dividido no que dizia respeito o MPLA e o futuro de Angola. Em vista disso, Cuba nunca recebeu uma resposta. No entanto, uma segunda visita de Coutinho a Havana em agosto, justamente quando os cubanos aceitaram o pedido do MPLA, denota o consentimento português ainda que extraoficial.

instalar e dirigir quatro acampamentos em Cabinda, Salazar (N'Dalatando), Benguela e Henrique de Carvalho (Saurimo). Em seis meses, eles formariam 4.800 recrutas das FAPLA em dezesseis batalhões de infantaria, vinte e cinco baterias de morteiros e várias unidades antiaéreas. A força cubana seria complementada por uma equipe de médicos, especialistas em comunicação e 115 veículos, além de todos os alimentos, equipamentos e suprimentos necessários para sustentar 5.300 homens durante seis meses (p. 64, tradução nossa).

A operação desenhada por Fidel Castro era cubano-soviética, pois envolvia tropas cubanas, mas o transporte deveria ser garantido por Moscou, como o líder cubano relatou em sua carta enviada para Brejnev, em agosto. Contudo, a iniciativa de Havana ia em sentido contrário aos planos do Kremlin. A URSS, por estar em meio as negociações dos Acordos SALT II, não desejava colocar a *détente* em risco enviando aviões oficiais para Angola antes da independência ser proclamada (TÓMAS, 2014). Apesar da negativa soviética, Havana decidiu implementar uma nova fase da Missão Militar de Cuba em Angola, e assim conduziu 500 conselheiros militares para o território angolano. Foi apenas no final de outubro que a URSS passou cooperar com a ação cubana, sendo iniciada em novembro a Operação Carlota, objetivando garantir o controle do aeroporto de Luanda (SILVA, 2014). Até então as forças cubanas presentes em Angola, não passavam de mil homens, mas com o início da operação, esse número passou para 7 mil (CHALIAND, 1980).

Entre outubro de 1975 e junho de 1991, Angola tornou-se o eixo da política externa cubana, constituindo um exemplo excepcional de cooperação Sul-Sul entre ex-colônias. Nesse período, aproximadamente um milhão de cubanos, entre soldados e civis, passaram por Angola, em apoio ao Estado angolano (HATZKY, 2012). Como explica Conceição (1999), por sua composição étnica e seu espírito solidário, Cuba passou a conferir à política soviética na África, uma mais valia e um grau de aceitação, que sozinho Moscou nunca obteria. Com isso, Havana melhorou sua posição entre os aliados do Kremlin, obtendo maior autonomia. Foi por intermédio dos cubanos que o bloco socialista estabeleceu um ponto de apoio em uma área estratégica e de tradicional projeção estadunidense e ocidental, a África Austral, rota petrolífera do Cabo e o sul da costa atlântica (CONCEIÇÃO, 1999).

#### 4.2 A FNLA E A UNITA

No entanto, o MPLA não era o único movimento de libertação angolano, dividindo espaço com os grupos de tipo tradicionalista e etnonacionalista. O primeiro era formado, de acordo com Chabal (2002), por indivíduos que se mantiveram mais conectados a uma realidade política e social africana existente ou imaginária. De modo geral, eram menos



educados e menos assimilados à ordem colonial dominante, conseqüentemente, constituíam grupos pouco urbanizados e associados ao espaço rural. Em sua agenda defendiam a necessidade de enraizar o Estado pós-colonial à tradição africana, condenavam as vias alternativas, como a socialista pôr as considerarem importadas. Os etnonacionalistas, aos seu turno, possuíam uma ideia de independência que representava apenas grupos étnico-linguísticos individualmente. Ainda que tenha fracassado, dada a inviabilidade do projeto, este grupo manteve uma força política local após a independência (CHABAL, 2002). De modo geral, Acosta (2011) analisa que os grupos angolanos tradicionalista e etnonacionalista<sup>64</sup> possuíam interesses mais limitados, baseados em objetivos localistas e assinalados por um falso nacionalismo comum, constituído por uma base eminentemente étnica, utilizando de figuras tradicionais e religiosas. Ademais, de acordo com a autora, esses movimentos eram dotados de uma orientação reacionária, servil, sendo também favoráveis aos interesses imperialistas e assim subsidiados pelas potências ocidentais.

Originalmente de cunho etnonacionalista, mas que evoluiu para tradicionalista, a Frente de Libertação de Angola (FNLA)<sup>65</sup> originou-se da fusão entre a União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola (PDA)<sup>66</sup>. Sendo o segundo maior movimento de libertação angolano, o grupo era fortemente centrado no líder Holden Roberto, com sua base de apoio localizada no noroeste do território, sendo predominantemente bakongo e rural. A Frente não defendia uma ideologia explícita e estruturada, predominando uma retórica racial, anticomunista, contra brancos e portugueses (VISENTINI, 2012). Segundo Agostinho (2011), o movimento era carente de um projeto para o pós-independência. No que concernia as diretrizes de política externa, seu conciso programa apontava quatro:

01.0 Solidariedade total e apoio efectivo a todos os povos que lutam pela justiça, liberdade dos seus direitos;

---

<sup>64</sup> Na região do enclave de Cabinda, surgiu, de caráter etnonacionalistas, da união de outros movimentos, em 1963, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que buscava a independência da região por meio de um acordo negociado com Portugal. A Frente defendia a autonomia do enclave, uma área rica em petróleo, e que contava com um importante apoio do Zaire.

<sup>65</sup> Fundada em 1954, a UPNA era dirigida por Manuel Barro Necaca, amigo próximo do reverendo George Houser diretor do Comitê norte-americano para a África. O movimento visava não a libertação de Angola, mas sim colocar um rei protestante da tribo bacongno no trono de São Salvador – atual província do Zaire. Meses após a criação do grupo, Necaca faleceu assumindo a presidência do movimento seu sobrinho Holden Roberto. Em 1957, a UPNA se dirigiu a ONU com o pedido para que esta contribuísse para reestabelecendo o Reino do Congo ao norte de Angola. Em 1958, na primeira Conferência dos Povos da África, em Acra, foi anunciado que a UPNA teria se transformado em União das Populações de Angola, no intuito de demonstrar aos demais Estados africanos que a organização tinha evoluído de um movimento tribal para nacional.

<sup>66</sup> Também de cunho tribal, representava uma das pequenas organizações de refugiados angolanos.

02.0 Cooperação com todos os países do mundo na base do estrito respeito mútuo da soberania e da independência;

03.0 Respeito pelos princípios e iniciativas revolucionárias com vista à unificação da África e aos princípios enunciados pela carta das Nações Unidas, tanto como pela da Organização da Unidade Africana, para a libertação e promoção social do homem africano;

04.0 Participação sincera em todas as iniciativas africanas tendentes à promoção do desenvolvimento social e económico do continente e à cooperação inter-africana nos domínios financeiros, comercial, técnico e cultural (FREITAS, 1975, p. 117).

Roberto mantinha relações de afinidade com Kwame Nkrumah, presidente de Gana, e Ahmed Sékou Touré, presidente da Guiné Conacri, que a partir da primeira Conferência dos Povos da África, em Acra no ano de 1958, tornaram-se importantes apoiadores do grupo. Assim como a Tunísia que, ao final da década de 1960, passou a fornecer armamento para a Frente (AGOSTINHO, 2011). Fruto das articulações durante a Conferência, Roberto foi chamado a trabalhar na embaixada da República da Guiné em Nova York em setembro de 1959. Sua nomeação se justificava dada a carência de quadros qualificados no país recém independente. Foi nesse período que, segundo Ignátiev (1981), Roberto estabeleceu os primeiros contatos com a CIA. Em 1960 voltou para Conakry para coordenar os trabalhos da UPA, participando da segunda Conferência dos Povos da África, na Tunísia, onde também esteve presente a delegação do MPLA.

Um tempo depois, o Zaire independente, governado por Mobutu Sese Seko<sup>67</sup>, também iniciou a concessão de suporte militar permitindo a instalação das bases da Frente em seu território. A aproximação com o Mobutu foi favorecida pela forte presença dos bacongos que ocupavam as duas fronteiras. Segundo Conceição (1999), antes da guerra de independência, mais de 100 mil bacongos angolanos já estavam no Zaire como imigrantes ou exilados. No continente a Frente manteve uma importante ligação com vários países como a República Árabe Unida (RAU) e a Argélia, para onde Roberto viajou diversas vezes. Além de romperem relações com Portugal, esses Estados passaram a fornecer armas e tropas para luta de independência (CORREIA, 2017).

A ação internacional da FNLA teve como principal eixo as relações com os Estados Unidos. Em verdade, até o pós-Segunda Guerra os EUA não possuíam uma estratégia para África, não existiam tratados militares com qualquer país africano e apenas em 1957 foi criado no Departamento de Estado americano uma Divisão para a África (CONCEIÇÃO, 1999). O ano africano, a crise no Zaire e o estopim da guerra de independência angolana

---

<sup>67</sup> Foi por meio da mediação do líder do Zaire no final de 1972, que o MPLA e a FNLA acordaram em cessar as hostilidades e criar uma união dos dois movimentos, originando o Conselho Supremo de Libertação de Angola, dissolvido pouco tempo depois.

atraíram a atenção norte americana para o continente. Entretanto, a política africana de Washington, durante esse período, foi assinalada pelo paradoxo entre o apoio as independências e a fidelidade a Portugal. Percebe-se que as relações com Lisboa imperaram até 1974, sem, no entanto, desaparecer totalmente o suporte a FNLA.

O primeiro movimento da Casa Branca no conflito angolano, ocorreu por meio do contato da UPA com representantes do governo e missionários protestantes<sup>68</sup>, como M. Houser, uma figura importante da *American Committee On Africa* (ACOA) (CARVALHO, 2015). Mas, foi John F. Kennedy, a figura chave para o estabelecimento de relações com a FNLA. Segundo Clissond (2014), Kennedy, ainda quando presidente da subcomissão do Senado Americano para as questões relacionadas a África, encontrou-se com Holden Roberto em 1959<sup>69</sup>. Poucos dias depois que assumiu o governo, em 20 de janeiro de 1961, voltou a se encontrar com o mesmo, autorizando ainda naquele ano, por meio do Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional, o pagamento anual secreto de 6.000 dólares ao líder da FNLA, em troca do envio de informações sobre a quadro de disputas angolano, mas também de uma oposição ativa da Frente contra o avanço do MPLA (SCHMIDIT, 2013). Na mesma linha, os EUA aumentaram sua ajuda humanitária para os 150 mil refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, além da concessão de bolsas a estudantes luso-africanos que viviam no exílio<sup>70</sup> (CLISSOND, 2014). Vale destacar a notória presença de norte-americanos nos quadros do movimento, muitos como conselheiros pessoais de Holden Roberto, mas também ocupando postos nas forças da Frente, como Bernhardt Manhertz, veterano do exército americano no Vietnã do Sul, que foi contratado como comandante das forças armadas da FNLA em abril de 1964 (IGNÁTIEV, 1981).

Para além dos Estados Unidos, outro eixo da estratégia de alianças internacionais da FNLA era a China. Data de 1963 o primeiro contato da Frente com o Estado chinês, em dezembro, Holden Roberto, na ocasião da proclamação da independência do Quênia<sup>71</sup>,

---

<sup>68</sup> As igrejas protestantes, desde 1962, manifestavam-se favoráveis a descolonização das colônias portuguesas, além de apoiar as resoluções da ONU e apelar para um embargo da OTAN, elas chegaram a até mesmo conceder assistência financeira aos movimentos de libertação em Angola. Por meio do Programa de Combate Contra o Racismo do Conselho Mundial das Igrejas foi enviado 176 mil dólares ao MPLA, 60 mil à FNLA e 37 mil à UNITA entre 1970 e 1974 (PATRÍCIO, 1997).

<sup>69</sup> Diversos autores ressaltam que Holden Roberto tinha ligações com os EUA e com a Agência de Inteligência Americana (CIA) desde a década de 1950 (IGNÁTIEV, 1981; PATRÍCIO, 1977).

<sup>70</sup> Em março de 1964, foi criada uma seção especial na embaixada dos EUA encarregada dos problemas angolanos, cuja direção foi confiada a Heatter e Devnis que, segundo Ignátiev (1981) mantinha estreito contato com Roberto.

<sup>71</sup> Na mesma ocasião, de acordo com Correia (2017), Dimitri Dolidze, Secretário-Geral do Comitê Soviético de Solidariedade, encontrou-se com Holden Roberto em Nairóbi que pedia apoio financeiro e material. Segundo o autor, na ocasião Roberto frisou a disposição da FNLA se juntar ao MPLA em um só grupo, no entanto, esse processo deveria ser liderado pela Frente. Ele ainda denunciou à delegação soviética um suposto envolvimento

encontrou-se com o vice-presidente do Conselho de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Ch'em Yi. Esse propôs o envio de homens do FNLA para treinamento em Pequim, dentre os enviados estava Jonas Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (IGNÁTIEV, 1981). Assim, Roberto realizou frequentes visitas a embaixada chinesa de Nairobi e com a normalização das relações entre Pequim e Kinshasa em 1972, Mobutu passou a ter um papel importante na articulação entre o governo chinês e a FNLA. Foi, por exemplo, em campos cedidos pelo Zaire que as forças da Frente passaram, em 1974, a receber treinamento de instrutores chineses (SOMERVILLE, 1986). No mesmo ano, Pequim enviou 450 toneladas de material de guerra para o movimento (IGNÁTIEV, 1981). A Frente se valeu amplamente da projeção diplomática de Mobutu, e por meio dessa obteve reconhecimento internacional e armamentos da Coreia do Norte (1973, 1974), Romênia (1974), Índia (1967, 1974) e Líbia (1974), além de outros Estados do ocidente (SAUDERS, 1983).

Em abril de 1962, com sede em Léopoldville, a Frente criou o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), iniciando uma ampla campanha para que a FNLA fosse considerada como a única organização legítima na luta pela independência de Angola. Em 1963 o GRAE foi reconhecido pela OUA<sup>72</sup>. Durante a conferência de ministros africanos dos Negócios Estrangeiros em Dakar, a Comissão dos Bons Ofícios aconselhou aos países membros que fizessem o mesmo. No entanto, dentre todos os Estados<sup>73</sup> que o fizeram, apenas Tunísia, Nigéria, Argélia e Congo-Léopoldville forneceram ajuda militar a Frente (ALVES, 2013).

Contudo, em 1964, o grupo passou por uma crise de descontentamento interno gerando dissidentes, dentre esses estava Savimbi, que criou a União Nacional Total de Angola (UNITA), em 1965, que se tornou o mais efetivo movimento tradicionalista local. A UNITA desenvolvendo-se ao sul do país durante os anos de 1969-1971, sendo formada pelo recrutamento de emigrantes ovimbundu e cõkwe na Zâmbia, onde ficava sua base (CHALIAND, 1980). De modo semelhante, a FNLA, o grupo declarava-se anticomunista, o que não lhe impediu de receber o apoio chinês. Os onze guerrilheiros do grupo que entraram em Angola em 1966, haviam sido treinados na Academia de Nanquim (MARO DA SILVA,

---

de Neto com autoridades portuguesas. Embora as relações com o MPLA passassem por uma turbulência e agradasse Moscou a união das forças de libertação, as relações com a FNLA não avançaram.

<sup>72</sup> Em 1967 a organização deixou de reconhecer o movimento.

<sup>73</sup> Até ao ano de 1965, o FNLA havia sido reconhecido por: Ruanda, Burkina Faso, Benim, Chade, Quênia, Libéria, Togo, Etiópia, Sudão, Camarões, Níger, Costa do Marfim, República Centro-Africana, Tanzânia, Líbia, Nigéria, Iraque, Egito, Marrocos, Tunísia, Argélia (reconhecido pelo governo, mas não pelo partido) e Congo-Léopoldville.

2008). O Programa do Movimento identificava oito diretrizes de política externa em seu artigo VII:

1. Proibir a manutenção ou estabelecimento de bases militares estrangeiras no território nacional.
2. Recusar qualquer pacto ou aliança militar com uma potência estrangeira.
3. Elaborar uma política progressista que garanta a nossa independência e soberania.
4. Anular todos os tratados desiguais e injustos assinados pelos coloniais portugueses.
5. Ajudar generosamente todos os movimentos que lutam pela liberdade de África.
6. Apoiar sem reservas a luta do nosso irmão de origem africana que vivem no estrangeiro.
7. Subscrever a carta da OUA. Contando que esta organização mantenha os seus princípios anti-imperialistas. Nunca aceitaremos compromissos com os inimigos de África.
8. Respeitar o princípio da Carta das Nações Unidas, que condena a ingerência nos negócios internos dos outros Estados, grandes ou pequenos (FREITAS, 1975, p. 128).

No que condizia à ação diplomática, essa atuava em três regiões principais a partir das quais mantinha contatos com políticos, empresários e jornalistas. Na África a organização criou uma representação no Cairo, com António da Costa Fernandes e na Zâmbia, com Samuel Piedoso Chingunji. Na Europa o grupo se estabeleceu na Suíça, com José Ndele, Rúbem Chitakumbi e Francisco Vigário, e na Suécia, com Stella Makungu. Nos Estados Unidos, as ações do movimento foram chefiadas primeiramente por Ernesto Mulato e Ornelas Sangumba e posteriormente, por Emanuel Barbosa Tchiuka, José Chisseva e Jeremias Chitunda (SOPALO, 2014).

No entanto, diferentemente da FNLA e do MPLA, a UNITA não foi reconhecida pela OUA. O movimento, que entre 1971 e 1974, compartilhava uma aliança de não agressão com Portugal, cooperando com a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) para conter o avanço do MPLA (AGOSTINHO, 2011), só conseguiu estabelecer as suas principais alianças internacionais em 1975, quando os EUA, a China e a África do Sul passaram a financiar o grupo. Em março daquele ano, por exemplo, partiu de Lusaka para Pequim, uma delegação da UNITA liderada pelo então secretário geral Samunel Chiwale, buscando estabelecer uma aliança com o governo chinês. O movimento foi recebido em reunião pelo vice-presidente do Conselho de Estado da República Popular da China, Teng Hsiao-p'ing (IGNÁTIEV, 1981).

O futuro de Angola independente interessava ao governo sul-africano em diversos níveis. Desde 1966, Pretória lidava com os ataques da *South-West Africa People's Organisation* (SWAPO) reivindicando a independência da Namíbia. Nesse quadro, a possibilidade de o MPLA ascender ao governo de Angola representava uma ameaça à

organização de forças da África Austral. Não em termos de uma ação deliberada, mas como exemplo catalizador contra a ordem estabelecida (VISENTINI, 2016). Na esfera econômica, havia também a hidroelétrica de Calueque, uma *joint venture* portuguesa e sul-africana, que passou a operar em 1975. O confortável isolamento sul-africano deixou de existir com o 25 de Abril, as transformações em Angola e Moçambique alteraram o quadro geopolítico regional, pondo fim as condições favoráveis do tempo dos portugueses (CHALIAND, 1980).

A queda de Marcelo Caetano em Portugal, em conjunto com a concretização da independência de Angola e Moçambique por governos negros e de esquerda aproximaram Pretória da FNLA e da UNITA, o que, no entanto, não ocorreu de forma imediata. O estopim para a invasão de Angola foi, em 7 e 8 de agosto de 1975, o assalto de guerrilheiros angolanos do MPLA contra portugueses e sul-africanos que trabalhavam na hidrelétrica nos dias. No dia seguinte, como relata Tiburcio (2009), a área já havia sido ocupada pelas forças da África do Sul, após o evento representantes do governo português e P.W. Botha se reuniram ficando acordado que os sul-africanos guardariam as instalações até o dia 11 de novembro e negociariam com o vencedor das eleições previstas nos Acordos de Alvor. Todavia,

Em 4 de julho de 1975, dois representantes das forças armadas sul-africanas, SADF, estiveram em Kinshasa para conversar com Savimbi, Holden Roberto e Mobutu. A FNLA queria armas pesadas, veículos de transporte para as tropas, mísseis, minas terrestres, munição e helicópteros. Por sua vez a UNITA queria rifles, pistolas, uniformes, rádios amadores e um rádio transmissor. Exceto pelos helicópteros, o equipamento foi adquirido ou repassado pela CIA via Zaire e enviado para os dois grupos treinados nas bases sul-africanas em Rundu, Namíbia a partir de agosto de 1975 e em Mpupa, e Capolo, Angola em setembro (TIBURCIO, 2009, p. 90).

Em outubro, 300 soldados sul-africanos, assistidos por cerca de 3.000 angolanos invadiram Angola, chegando a 100 quilômetros de Luanda, essa força foi ampliada posteriormente para até 10.000, sendo a maior parte das tropas formadas por angolanos sob o comando da África do Sul (COLLELO, 1981). Tibúrcio (2009) assinala a ação das Forças Aéreas Sul-Africanas como apoio logístico, transportando munição e combustível aos guerrilheiros da UNITA que lutavam em conjunto com mercenários americanos da CIA. A partir desse panorama, percebe-se que o apoio oferecido pela África do Sul contribuiu para que a UNITA se opusesse em alguma medida ao MPLA. No entanto, a aliança com o regime racista de Pretória comprometeu a imagem do movimento na comunidade internacional e principalmente entre os Estados africanos. Da mesma forma, a revelação do financiamento secreto da Casa Branca à UNITA e à FNLA, em dezembro de 1975, conferiu maior

legitimidade ao governo do MPLA, diminuindo o impacto político do apoio cubano soviético ao movimento (MARO DA SILVA, 2008).

#### 4.3 A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A Revolução dos Cravos derrubou o salazarismo e deu início a redemocratização portuguesa. Nesse contexto, as negociações clandestinas entre Portugal e a FNLA se perderam. Foram, assim, iniciados os diálogos com os três principais movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), os quais, desde então, passaram a ter liberdade de associação (COKER, 1985). Na Cimeira de Mombaça (03 a 05 de janeiro de 1975) foram estabelecidos os princípios da independência por meio do Acordo de Alvor (10 de janeiro de 1975). Nele definiram-se os termos de transferência de poder a partir de um Governo Provisório, formado pelo Conselho Presidencial, com um representante de cada um dos três partidos: Lopo Nascimento (MPLA), Johnny Eduardo Pinock (FNLA) e José N'Dele (UNITA). O Acordo previa também a supervisão do Alto Comissário português e determinava a independência para 11 de novembro de 1975 com a realização de eleições.

Contudo, a incompatibilidade entre os projetos inviabilizou o compartilhamento de poder previsto. Assim, o colegiado foi desintegrado e a disputa política se degenerou em um conflito armado, que envolvia interesses estratégicos de potências intermediárias (África do Sul, Zaire e Cuba) e globais (EUA, URSS e China). José Patrício (1997), diplomata angolano, pontua que em plena fase de transição o rearmamento dos dois principais movimentos comprometeu os Acordos de Alvor. Segundo o autor, já em março de 1975 os EUA reativaram sua delegação da CIA em Luanda, fechada desde os anos de 1950. Chefiada pelo coronel John Stockewell, nos meses seguintes, a agência estadunidense concedeu, para a FNLA e a UNITA, um total de 25 milhões de dólares em material de guerra. Em julho, partiram da Carolina do Sul, os primeiros carregamentos de armas norte-americanas destinados a Angola. Em setembro, Mobutu enviou batalhões de comando de elite para lutar junto a FNLA, enquanto a África do Sul aumentou o auxílio militar da UNITA para que essa conseguisse controlar o Caminho-de-Ferro de Benguela. Ademais, colaboravam com a FNLA e a UNITA o Escritório de Segurança Estatal sul-africano e o Serviço de Documentação e Contraespionagem (SDECE)<sup>74</sup> francês (PATRÍCIO, 1997).

---

<sup>74</sup> A cooperação clandestina e fomentada pelos interesses do diretor-geral do serviço secreto francês, Alexandre de Marenches, em meio a relutância do presidente Valéry Giscard d'Estaing que não queria contrapor os soviéticos (PATRÍCIO, 1997).

Assim, ao longo do ano 1975, o conflito se intensificou, até que, em 23 de outubro, a África do Sul e a UNITA lançaram uma ofensiva contra o MPLA que só foi barrada próxima a Luanda, pela operação Carlota, iniciada em meados de novembro de 1975, com o auxílio das tropas cubanas e do desembarque de armas soviéticas. Portugal retirou-se de Angola no dia 11 de novembro de 1975 sem entregar o governo formalmente para nenhum dos movimentos. Em vista disto, nessa data ocorreram no país duas proclamações de independência, a República Popular de Angola (RPA), em Luanda, governada pelo MPLA, oficializado como partido único, liderado por Agostinho Neto, que controlava a região de Luanda e uma faixa entre a capital e a província de Benguela. E a República Democrática de Angola (RDA), em Huambo, com o governo compartilhado entre Honden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA). O primeiro detinha a região bakongo até poucos quilômetros de Luanda, já o segundo dominava quase todo o território entre Malanje e o Sul, principalmente a zona ovimbundo do planalto central (ALMEIDA, 2009).

Um governo independente é a essência da qualidade de um Estado, mas o reconhecimento do governo é um ato político (ALVES, 2013). O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, já no dia 11 de novembro. Enquanto a República Democrática de Angola não obteve o reconhecimento internacional de nenhuma nação. Assim, segundo o autor (2013), depois do Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Checoslováquia, Cuba, Etiópia, Guiné-Conacri, Ilhas Maurícias, Mali, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, República Popular do Congo, S. Tomé e Príncipe, Síria, Somália, União Soviética e Vietnã foram os primeiros a reconhecerem a RPA.

Em nível continental, contrariando a leitura de Henry Kissinger, que previa que os mais moderados considerariam os aspectos construtivos da intervenção da África do Sul, a decisão nigeriana de reconhecer o governo do MPLA quinze dias depois da independência evidenciou que os africanos não estavam dispostos a lutar contra o comunismo tendo Pretória como um aliado (COKER, 1985). De forma semelhante, a grande parte dos países e organizações internacionais reconheceram o governo do MPLA no ano seguinte. A OUA o fez em fevereiro e até abril, o mesmo foi repetido por todos os seus Estados membros – menos pelo Senegal, Quênia e República Centro-Africana (RAMOS, 2018).

Dentre os países europeus ocidentais os primeiros a realizarem o reconhecimento foram França, Itália, Grã-Bretanha e República Federal da Alemanha<sup>75</sup> no início de fevereiro de 1976, seguidos por Portugal, que só o fez em 22 do mesmo mês. Nas Nações Unidas, no

---

<sup>75</sup> Embora a Alemanha Federal prestasse apoio político e militar à UNITA, cooperando na formação de seus militares na área de inteligência e na aquisição de material de comunicação (RAMOS, 2018).



dia 23 de junho de 1976, o Conselho de Segurança confirmou a admissão de Angola na organização, com o veto estadunidense e a não participação chinesa na votação. Em agosto o país foi admitido como membro de pleno direito dos Países Não Alinhados na Conferência de Colombo (ALVES, 2013).

A ascensão de Angola, bem como de Moçambique à independência configurou um perigoso desequilíbrio estratégico para os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia e uma forte preocupação para os Estados Unidos e seus aliados europeus (VISENTINI, 2010). O território angolano tornou-se palco de um conflito regional, cujo pano de fundo era o enfrentamento Leste-Oeste, ainda que as duas superpotências tenham optado por não intervir de modo demasiadamente aparente, constituindo delegações e representações regionais (RIZZI, 2005).

Para a geopolítica do Atlântico as independências africanas da década de 1960 implicaram na redução do espaço historicamente dominado pelas potências europeias, e pelo aumento da presença soviética e cubana na África, especialmente em Angola e Moçambique. O avanço do bloco socialista no continente africano rompeu, ainda que de forma limitada, com um monopólio ocidental sobre a região e recobrou o valor estratégico-militar do Atlântico Sul, graças a doutrina Gorshkov, que passou a orientar as ações soviéticas neste oceano (PENHA, 2011).

Nesse sentido, desde a independência o Atlântico Sul era identificado por Angola como uma área determinante para manutenção da integridade estatal e do regime, tendo em vista que a costa era a principal via para a chegada dos recursos aliados, bem como abrigava as reservas de petróleo, o elemento vital da economia. Assim, foi fundada em 1976 a Marinha de Guerra de Angola (MGA), a partir das estruturas herdadas do exército colonial e com treinamento inicial oferecido pelas forças cubanas, visando garantir a defesa das águas territoriais (PEGADO, 2014). Em discurso Agostinho Neto afirmou que

A protecção das nossas águas territoriais onde até agora têm vindo piratear muitos Navios Estrangeiros, que fazem a pesca como os camaradas sabem, é um facto que nós devemos neutralizar, devemos evitar no futuro, **devemos neutralizar aqueles que querem de qualquer maneira roubar o que existe no nosso País, ou que pretenderão talvez através dos mares atacar o nosso País** (NETO, 1976, s/p, grifo nosso).

Assim, a emergência de Estados independentes na costa africana somada ao fechamento do canal de Suez e o desenvolvimento dos superpetroleiros e graneleiros, contribuíram para que a via atlântica, notoriamente o Cabo da Boa Esperança, reforçasse seu

valor estratégico (VIEGAS, 2016), fazendo com que a porção austral do Atlântico voltasse a ser uma artéria vital de comunicação (COUTAU-BÉGARIE, 1985). O controle dessa área, estratégico para o bloco ocidental, era até então garantido pela presença portuguesa e pelo regime aliado da África do Sul. Todavia, a formação de um triângulo estratégico por Moscou, com as estruturas estabelecidas em Angola e Moçambique e de sua base de Novolazarevkaya, na Antártica, tornou-se uma ameaça ao tradicional domínio ocidental da passagem do Cabo da Boa Esperança (CASTRO, 1984).

## 5 A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA DURANTE A GUERRA CIVIL (1975-2002)

Os anos entre, a proclamação da independência, em 1975, e o fim da guerra civil, em 2002, constituíram um longo período no qual uma série de condições e forças se modificaram implicando na necessidade de ajustes e reformulações das estratégias de ação internacional angolana. Essa fase se caracterizou pelo direcionamento do interesse nacional para a manutenção da soberania, a defesa da integridade territorial e a contensão das ingerências externas. Posto isso, é possível assinalar que a política externa desenvolvida pelo MPLA durante esses vinte e sete anos apresentou como linhas de força: a busca pela estabilidade, a solidificação do poder interno e a captação de recursos para garanti-los. A partir desses vetores, como explica Castellano (2017), os grupos definidores visavam a consolidação do Estado nacional independente.

### 5.1 O GOVERNO AGOSTINHO NETO (1975-1979)

Os anos de 1970 foram notáveis pelas revoluções que se espalharam pela periferia do sistema, pois, se por um lado, essas desequilibraram a ordem mundial, provocando longos e violentos conflitos regionais, por outro, também desencadearam uma contrarrevolução em escala global (VISENTINI, 2016). É precisamente neste contexto de reação das forças capitalistas que a segunda fase da política externa angolana está inserida. Este período, encerrado entre os anos de 1975 e 2002, pode ser definido de forma sintética nos dizeres de Jovita (2018) por limites na autonomia, pois, a ação angolana priorizava a autopreservação. Isto é, objetivava a manutenção da independência e da unidade territorial em um contexto de conflito civil e invasões estrangeiras, que eram alavancados por um movimento mundial de reação sistêmica.

Como explica Conceição (1999), as crises no continente africano eram tradicionalmente tratadas pela arbitragem das nações ocidentais, principalmente as europeias. Para o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos do governo Regan, Chester Crocker (1992), tal lógica de funcionamento se alterou quando Angola tornou-se o primeiro espaço de aplicação da doutrina Brezhnev no hemisfério ocidental. Dessa forma, o conflito angolano inaugurou uma inflexão nas relações entre as grandes potências e a África. A resposta estadunidense veio com a adoção da Doutrina Reagan, que passou a fornecer pleno apoio militar formal à UNITA a partir de 1985. Logo, é possível afirmar que o caso angolano, alterou a correlação de forças da Guerra Fria, comprometendo a *détente* que vigorava desde 1962, após a crise dos mísseis em Cuba (CONCEIÇÃO, 1999).

Um dos primeiros elementos, que deve ser considerados na análise da política externa, concerne a definição do seu *locus* principal de formulação e decisão, que no caso angolano foi cercado de particularidades. Usualmente, reside no Executivo a primazia pela tomada de decisão em política exterior, contudo, não foi essa a dinâmica que se verificou em Angola. O quadro institucional definido pela Constituição de 1975 depositava no Conselho da Revolução<sup>76</sup> – órgão supremo de poder do Estado chefiado pelo Presidente – a atribuição de definir e orientar a política externa, sendo sua condução de responsabilidade do Governo – constituído pelo Primeiro-Ministro e seus Ministros e Secretários de Estado. No entanto, dois anos depois da independência, o MPLA se tornou o partido único, adotando o marxismo-leninismo como sua doutrina e do Estado, estabelecendo assim um sistema de centralismo democrático. Ou seja, o centro de todas as decisões era o partido, ele comandava o Estado e, portanto, guiava a política externa. Tal modelo organizacional conferiu, pelo menos em tese, um importante papel às altas instâncias do MPLA na definição das linhas de política exterior.

De acordo com o organograma traçado por Somerville (1986), a instância máxima do partido era o Congresso, o qual era formado por delegados de todas as demais sessões e responsável pelos direcionamentos políticos gerais e pela eleição do organismo executor, o Comitê Central. Esse, que por sua vez, dirigia o MPLA entre os congressos e indicava os membros do Bureau Político – o corpo decisório de fato da organização. Assim, como analisa Castellano (2017), a relação entre o partido e o Executivo dominavam o processo decisório de política externa, pois, segundo o autor, da mesma forma que o presidente, como presidente do partido e chefe do governo, era constrangido pelas linhas de ação político-ideológicas do MPLA, ele também era capaz de influir sobre a política externa pelas suas particularidades no estilo de implementação e por meio dos espaços de agência.

Vidal (2016), ao analisar esse período, divide a organização em duas alas principais: a progressista socialista e a ala liberal mais pragmática. A primeira defendia uma progressão firme ao socialismo (composta por figuras importantes como Lúcio Lara e Iko Carreira), que em termos de política externa priorizavam as relações com os países socialistas, não aceitavam concessões aos EUA e à África do Sul. Já a segunda tendia para soluções mais pragmáticas, colocando o nacionalismo acima do internacionalismo. Nesse contexto, Neto representava um ponto de equilíbrio entre os dois grupos. Segundo o autor “[...] o seu já forte controle pessoal sobre todo o sistema político, depois da purga e do movimento de retificação

---

<sup>76</sup> Composto pelos membros do Bureau Político do MPLA, pelos membros do Estado-Maior Geral das FAPLA, pelos membros do Governo designados para o efeito pelo MPLA, pelos Comissários Provinciais, pelos Chefes dos Estados-Maiores e Comissários Políticos das Frentes Militares (ANGOLA, 1975).

partidária, permitiu-lhe tomar opções muito próximas das sustentadas pela ala liberal, sem deixar que isso parecesse uma derrota das posições da ala contrária” (VIDAL, 2016, p. 821).

Desse modo, depois da crise de 1977, com a tentativa de golpe de Nito Alves, o cargo de primeiro-ministro foi abolido e o elemento do presidencialismo reforçado. Com isso, outro vetor que se somou no processo decisório de política externa foram as Forças Armadas, as quais tornaram-se uma influência importante devido aos desafios securitários enfrentados pelo país. Deve-se, entretanto, ter em consideração que o mecanismo real de decisão nacional não foi, de modo uniforme e contínuo, dirigido pelo Bureau Político ou pelo Comitê Central. De acordo com Conceição (1999), com a sofisticação da economia angolana e a ascensão de José Eduardo dos Santos, surgiram outros centros importantes de decisão política, notadamente, as estatais dos setores básicos da economia, como a Sonangol, com seus interesses petrolíferos específicos, que nem sempre eram coincidentes com as demais instâncias decisórias.

As questões acima apontadas, entre elas, a opção pelo MPLA como partido único, o desenho institucional da organização e a manutenção dos quadros de liderança, conferiram um substancial grau de continuísmo à política exterior de Angola em relação ao período anterior. Nesse aspecto, Alves (2013) chama atenção para o legado de contatos e da experiência diplomática adquiridos durante a guerra colonial. A visão estratégica do novo governo independente manteve a postura de não alinhamento, resultante de uma leitura assertiva sobre os propósitos de desenvolvimento da nação e das condições impostas pelo sistema aos Estados periféricos, como Angola. Agostinho Neto (1975), em seu discurso de proclamação da independência, afirmou a consciência do governo sobre a condição de subdesenvolvimento da nação e de sua posição de dependência, as quais deveriam ser revertidas. Assim, a política externa teria como base os princípios de “total independência”, “não alinhamento” e “reciprocidade de vantagens”. De modo que:

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, [...] A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante (NETO, 1975, p. 05, 06).

Estas diretrizes evidenciavam que a adoção do regime socialista, o comprometimento com a luta anti-imperialista e a designação dos países africanos, do bloco socialista e de todas as forças progressistas do mundo como “aliados naturais” (ANGOLA, 1975; NETO, 1975) não condicionariam a autonomia política do país. Noção essa, que foi reiterada pela Lei Constitucional da República, ao definir, em seu artigo 16º, que o país não iria aderir a

“qualquer organização militar internacional”, nem permitir “a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional” (ANGOLA, 1975, s/p). Logo, o MPLA objetivava sinalizar que a política externa não se vincularia aos interesses estratégicos das grandes potências, e, portanto, o recebimento de ajuda militar do bloco oriental não significaria um alinhamento automático aos interesses de Moscou. Desse modo, é válido recobrar que a política de nacionalizações e confiscos adotada no pós-independência, em quase a totalidade dos casos, abrangeu as empresas de capital português, enquanto o capital não-português permaneceu intacto (FERREIRA, 2005). Nesse sentido, em sua ação internacional, assim como no período da guerra colonial, o comprometimento do MPLA com o marxismo sempre foi flexível e pragmático, permitindo que as linhas de comunicação com o ocidente se mantivessem abertas (SOMERVILLE, 1986).

Nesse sentido, Castellano (2017) divide a estratégia diplomática do país neste período em dois eixos: um regional, de contestação da ordem conservadora, notadamente dos regimes de segregação racial, que apoiavam os grupos opositores que ameaçavam a República; e outro global, mantendo o posicionamento de não alinhamento objetivando a construção de relações favoráveis à criação das condições necessárias para a execução do projeto de desenvolvimento econômico nacional. Tal visão foi reafirmada e mais bem detalhada em treze tópicos, que compunham a declaração emitida em 1976 pelo Bureau Político, sobre os princípios que deveriam ser adotados pelo Comitê Central para condução da política externa angolana. Durante o discurso de Paulo Teixeira Jorge na Assembleia Geral da ONU, em 1977, os mesmos foram reiterados:

A política externa da República Popular de Angola é governada por princípios inequívocos os quais nós gostaríamos de destacar e reafirmar: relações com todos os estados do mundo nas bases do respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial; não agressão; não interferência em assuntos internos; vantagens recíprocas e equânimes; coexistência pacífica e não alinhamento; respeito pelos princípios da carta das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana; intransigente salvaguarda de nossa completa independência e de nossa opção socialista; a diversificação das relações de cooperação nos campos mais variados; solidariedade militante com movimentos de libertação nacional, com povos oprimidos e com a luta dos trabalhadores de todo o mundo, nas bases do internacionalismo proletário; e o progressivo fortalecimento de laços de amizade e cooperação com a comunidade anti-imperialista em todos os continentes (JORGE, 1977, p. 596, 597, tradução nossa).

Posto isso, pode-se afirmar que na busca de objetivos nacionais permanentes em um sistema bipolar, o Estado angolano atuou internacionalmente, adequando sua geoestratégia com a evolução da conjuntura sistêmica (RAMOS, 2018). A partir desse quadro, pode-se

afirmar que, entre 1975 e 2002, as linhas de ação da política externa angolana podem ser resumidas e sistematizadas em três frentes, com base no modelo proposto por Jovita (2018). A primeira dizia respeito à identidade e ao alinhamento ideológico com o bloco socialista, conferida alta prioridade e caracterizada pelo investimento em Política, Segurança e Defesa Nacional, autopreservação intra e extrarregional e a superação de divergências internas. A segunda vertente da estratégia angolana abarcava a cooperação bilateral Leste-Oeste, de prioridade média, era assinalada pelo pragmatismo econômico e pela comercialização de recursos naturais, como o petróleo e os diamantes. A terceira, e última, consistia na via multilateral, atuando em fóruns globais e regionais, nos quais os esforços diplomáticos eram direcionados à denúncia do regime do *apartheid* e defesa da SWAPO e do Congresso Nacional Africano (CNA). Além de reforçar a legitimidade do governo do MPLA, o contexto de crise regional contribuía, no entanto, para que essas instâncias possuíssem um papel complementar na agenda angolana.

Os elementos destacados acima conferem um retrato dos aspectos gerais da política exterior de Angola no período. No entanto, o recorte temporal analisado foi notadamente extenso, e embora não tenha ocorrido uma revisão da matriz estabelecida na década de 1970 (concretizada na conquista da autonomia política e econômica e na afirmação da política de não alinhamento e da cooperação horizontal), as transformações no sistema internacional, bem como nos fatores internos limitaram a condição de eficiência de diversas iniciativas implicando em adaptações. Tendo isso em vista, nota-se que a política externa empreendida pelo presidente António Agostinho Neto (1975-1979), o secretário do Departamento de Relações Exteriores do Comitê Central, Pascoal Luvualu (1974-1977), e pelos ministros das relações exteriores, José Eduardo dos Santos<sup>77</sup> (1975-1976) e Paulo Teixeira Jorge<sup>78</sup> (1976-1984), deu-se no contexto do fim da *détente*, das duas guerras do Shaba e dos conflitos com a África do Sul.

No plano interno, além de uma crise de disputa de poder entre as lideranças do MPLA<sup>79</sup>, o país vivia severas dificuldades econômicas, agravadas pelos diversos polos de

---

<sup>77</sup> Dos Santos entrou no MPLA em 1958, depois de compor o braço armado do movimento tornou-se engenheiro de petróleo na URSS. Em 1974, passou a representar o grupo em diversos países como a República do Congo, Iugoslávia e China, sendo nomeado para o cargo de coordenador do Departamento de Relações Exteriores do MPLA. Com a independência assumiu o posto de chanceler atuando na articulação dos processos de reconhecimento internacional do governo.

<sup>78</sup> Paulo Teixeira Jorge compunha o grupo de fundadores do MPLA, ocupando um posto no setor de relações exteriores do movimento. Quando Neto tornou-se presidente do grupo, era um dos seus homens de confiança e o principal coordenador das relações com Cuba durante a guerra colonial.

<sup>79</sup> Considerada por diversos autores como a pior crise doméstica desde a independência, a tentativa de golpe de Nito Alves foi fruto de um conluio entre vários líderes do partido, membros do exército e de importantes figuras

conflito. Esses canalizavam as receitas do Estado para a defesa, e os ataques de grupos opositores comprometiam as estruturas de produção. Assim, a presidência de Neto, que acompanhou os primeiros anos de Angola independente, teve grande parte de suas ações visando a consolidação do poder do MPLA e a reconstrução econômica. Para isso, o país precisava estabilizar as fronteiras ao norte e ao sul, bem como estabelecer acordos de cooperação que suprissem as carências, as quais bloqueavam o desenvolvimento econômico nacional.

Ao contrário da maioria dos Estados africanos, que possuíam sua política exterior basicamente voltada à antiga metrópole, às superpotências e aos seus vizinhos, Angola, desde 1975, desenvolveu uma política externa sublinhada pela densidade relacional (GUEDES, 2011). Como já foi assinalado, a política exterior angolana conferiu uma importância central a cooperação horizontal com respeito a autonomia e livre de ingerências em assuntos internos entre as partes. De fato, as iniciativas de cooperação enquadravam-se como um instrumento político ideológico e técnico para a construção do socialismo. Desse modo, foram criados o Estatuto do Cooperante, em 1976, e a Secretaria de Estado da Cooperação<sup>80</sup>, em 1978 (ALVES, 2013). No entanto, embora o país tenha mantido esforços no sentido de estabelecer relações com os mais diversos Estados, no tocante a cooperação internacional, as nações ideologicamente mais afins (Europa Central, Leste e Cuba) e o Brasil tornaram-se os principais parceiros do MPLA.

Desde a guerra colonial, os cubanos foram totalmente integrados na segurança de Angola, tornando-se responsáveis pela defesa dos campos petrolíferos do enclave de Cabinda, do Caminho-de-Ferro de Benguela e da formação das FAPLA (SAUNDERS, 1986). Pode-se afirmar que a ação militar e técnica cubana consistiu em um elemento chave na consolidação do poder do MPLA em Angola e gerou expressivos ganhos para Havana. Seu engajamento proporcionou uma oportunidade para Cuba demonstrar sua autonomia diante da União Soviética, destacar-se como liderança política entre os países do Terceiro Mundo, mas, para além disso, os recursos minerais angolanos contribuíam para uma maior margem de manobra no gerenciamento das limitações econômicas da ilha (HATZKY, 2012). Destaca-se, a eleição de Fidel Castro, em 1979, à presidência do Movimento dos Países Não Alinhados, e a

---

que compunham o governo. O movimento foi sufocado pelo MPLA e pelas forças cubanas, em resposta foi executado um expurgo nas fileiras do partido e uma maior centralização de poder na figura do presidente.

<sup>80</sup> Responsável pela comunicação com todos os governos estrangeiros, organizações internacionais e companhias que tivessem interesse em assinar acordos com Angola nos setores econômico, técnico ou científico. Todos os ministérios que buscassem programas de ajuda internacional ou especialistas estrangeiros precisavam requerer aos Secretariado de Estado e justificar seus pedidos em bases econômicas e técnicas para receber a aprovação (HATZKY, 2012).



projeção da ação cubana na África, tendo, na década de 1980, militares presentes em 15 países africanos, formando o maior corpo expedicionário de um país estrangeiro no continente (CONCEIÇÃO, 1999). Assim, depois de 1975, além do aumento da cooperação militar, os dois Estados estabeleceram um importante programa de ajuda civil, que foi favorecido pelo fato dos países compartilharem condições semelhantes em diversas esferas<sup>81</sup>.

Segundo Hatzky (2012), 370 mil soldados e aproximadamente 50 mil cidadãos cubanos foram enviados para Angola, entre 1975 e 1991, como técnicos agrícolas, médicos, engenheiros e professores. Inicialmente a proposta de Havana era oferecer “ajuda para a autoajuda”, ou seja, envio de quadros qualificados para o treinamento, entretanto, a demanda angolana tornou-se cada vez maior. Em julho de 1976, Neto e uma delegação do Bureau Político visitaram Cuba. Na ocasião, a cooperação entre os dois Estados foi formalizada pelo Tratado de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, que serviu de base para acordos em setores específicos<sup>82</sup>. O documento abrangia as áreas de saúde pública, indústria açucareira, café, construção, educação, pesca, comércio interno e externo, avicultura e trabalho (ALVES, 2013). Menos de um ano depois, em março de 1977, Fidel Castro, em tour pelo continente africano, esteve em Luanda, retribuindo a visita e reforçando os laços de amizade. De acordo com Saunders (1986), foi por meio deste encontro, que o presidente Neto conseguiu o envio de mais soldados cubanos para suporte nas disputas com o Zaire.

A ajuda cubana foi fundamental em diversas áreas, notoriamente no setor de defesa. No entanto, vale destacar a cooperação transatlântica estabelecida no domínio da educação, a qual estendia-se do ensino básico até a composição dos quadros das Universidades do país. Essa compunha uma estratégia política e militar planejada pelos Governos cubano e angolano para consolidar o poder do MPLA após a independência. Uma versão piloto do projeto foi lançada em Cabinda em fevereiro de 1976, dada a importância e vulnerabilidade do território<sup>83</sup> (HATZKY, 2012).

---

<sup>81</sup> Por exemplo, no âmbito da saúde, os médicos cubanos estavam familiarizados com as doenças tropicais. Na parte agrícola, os países compartilhavam condições climáticas semelhantes, o que permitia aplicação do *know how* de Cuba nas plantações angolanas.

<sup>82</sup> Vale destacar que a delegação angolana foi recebida com honras militares e diplomáticas em Havana, na ocasião Agostinho Neto, foi condecorado com a medalha de Playa Girón de Fidel Castro por serviços prestados na luta contra o imperialismo.

<sup>83</sup> O enclave de Cabinda, uma das dezoito províncias angolanas, consiste em um pequeno descontínuo na costa ocidental africana fazendo fronteira com a República Democrática do Congo e com a República do Congo. Desde a ocupação portuguesa a região reivindica autonomia política em relação ao território angolano, no entanto, a questão nunca assumiu notoriedade internacional sendo abordada como um assunto de ordem interna. Em paralelo a isso, compete destacar que os primeiros poços de petróleo encontrados em Angola na década de 1960 localizavam-se em Cabinda. Desde então, a província se tornou o polo da principal atividade econômica do país, nela fica a cidade de Malongo, o eixo gravitacional de toda a indústria petrolífera do país, responsável por mais da metade da produção nacional e onde estão fixadas as principais empresas.

Embora, não possuíssem uma relação tão próxima ao MPLA, como Havana, Moscou também se consolidou como outra parceria notória, herdada da guerra colonial. Halliday (1986) indica que desde meados da década de 1960 Agostinho Neto se afastava do Kremlin, no entanto, segundo o autor, a intransigência da Casa Branca em relação ao MPLA tornou a URSS como o único aliado possível, dado o contexto da guerra Fria. No mesmo sentido, Visentini (2020, p. 33) explica que a União Soviética e o bloco socialista no geral “representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico”, sendo o suporte externo a condição necessária para a sobrevivência de diversos regimes marxistas. Contudo, segundo o autor (2020), a ajuda soviética, criou certos laços de dependência e se limitou majoritariamente ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro.

Em maio de 1976, o então primeiro-ministro angolano, Lopo Nascimento, realizou a primeira visita oficial a URSS, assinando, na ocasião a Declaração Mútua de Relações Pacíficas e um acordo de ajuda econômica a Angola, na qual os soviéticos se comprometiam em enviar suporte financeiro e mão de obra qualificada para o país africano (SOMERVILLE, 1986). Em outubro do mesmo ano, o presidente Neto visitou URSS, assinando o Tratado de Amizade e Cooperação – o primeiro desse tipo concluído com um país da África Subsaariana. No documento, ficou estabelecido um mecanismo de consulta mútua em situações de ameaça à paz, visando coordenar posições e ampliar a cooperação militar no intuito de fortalecer as capacidades de defesa dos dois Estados. O mesmo texto confirmou o compromisso entre as partes para a expansão do comércio e navegação tendo como base: o respeito a igualdade, o benefício mútuo e o princípio de nação mais favorecida.

Os tratados entre os dois países foram gradualmente se expandindo e passaram a abranger desde pesca até intercâmbios entre oficiais das forças armadas (MCFARLANE, 1992). Estima-se que Angola tenha recebido cerca de US\$ 17 milhões da União Soviética entre 1976 e 1978, (VISENTINI, 2012). Mesmo antes dos acordos a ajuda soviética já era sensível, segundo Conceição (1999), entre março de 1975 e janeiro de 1976, a URSS forneceu ao MPLA US\$ 200 milhões em ajuda militar e 170 conselheiros militares, que chegaram em Luanda pouco tempo depois da independência. Entre 1976 e 1981, o valor em armamento havia atingido US\$ 618 milhões e 1200 especialistas militares tinham partido para Angola (ALVES, 2013). O objetivo do Kremlin era armar o exército nacional angolano, prover instrutores militares, facilitar a intervenção das tropas cubanas, mas conservando em uma posição moderada para que não houvesse uma significativa reação de Washington (KLINGHOFFER, 1980).

Exceto pela China, os soviéticos nunca tinham estabelecido uma aliança com um país do Terceiro Mundo, nas dimensões e potencialidades de Angola, o que por si só já justificaria o interesse de Moscou reforçar os laços com Luanda. Mas, mais do que isso, o governo do MPLA permitiu que o Estado angolano se firmasse como um centro de conexões das forças progressistas na África Austral (CONCEIÇÃO, 1999). Através de Angola, a URSS conseguiria manter uma colaboração mais eficiente com os demais movimentos de libertação, como o CNA e a SWAPO. A promoção de uma nova ordem política na porção sul do continente africano implicou no crescimento do papel das forças navais soviéticas entorno do continente, tornando necessário o acesso aos portos para reparos e reabastecimento. Nesse cenário, as condições favoráveis da costa angolana chamavam muita atenção, segundo Coker:

Luanda, a capital do país e o segundo maior porto, era um porto natural protegido contra as marés com profundidades de até 30 metros. Instalações de atracação em águas profundas estavam disponíveis no cais principal. Embora não houvesse grandes estaleiros ou instalações de reparo, sua fundição poderia realizar pequenos reparos acima da água. O maior porto do país, Lobito, era um porto costeiro natural protegido por uma península. Ele tinha dois cais profundos e instalações de reabastecimento, mas, novamente, nenhuma instalação importante para reparar grandes danos aos navios. Moçamêdes, o terceiro porto em dimensão, localizava-se na árida costa sul de Angola. Ele poderia fornecer ancoragens seguras em profundidades de até 56 pés, bem como um bom espaço de atracação em seu píer principal (1985, p. 97, 98, tradução nossa).

Assim, em 1977 os governos angolano e soviético assinaram um acordo criando o 877º Ponto de Apoio Técnico-Material (PMTO) da Frota do Norte no porto de Luanda. O governo angolano atribuiu locais de atracação para navios e embarcações soviéticas e armazéns na base naval de Luanda<sup>84</sup>, além de diversas instalações para estacionamento e reparação de veículos na base da Força Aérea (REMIZOV, KOLOMNIN, 2000). Em vários momentos no porto de Luanda foram baseados poderosos barcos<sup>85</sup>, em 1979, por exemplo, o porta avião soviético de última geração, Minsk, visitou a costa angolana (REMIZOV, KOLOMNIN, 2000).

As operações da marinha soviética representaram um importante elemento, que retardou e constrangeu o avanço da ação ocidental na região<sup>86</sup>. É importante assinalar que a

---

<sup>84</sup> Em 1978, o serviço de combustíveis da Marinha por intermédio do Ministério do Comércio Exterior soviético celebrou um contrato com uma empresa italiana no valor de US\$ 200 dólares para a construção de dois armazéns subterrâneos para combustível de aviação destinados aos Tu-95RTs. Um no porto de Luanda, outro perto do campo de aviação de Luanda (REMIZOV, KOLOMNIN, 2000).

<sup>85</sup> Como: a “Moskovsky Komsomolets”, o “Krasnaya Presnya”, o “Nikolai Filchen-kov”, o “Ivan Rogov”, o BPK “Almirante Yumashev”, o “Burning”, o “Obraztsovy”, o “Thundering”, o “Slender”.

<sup>86</sup> A URSS também contribuiu com a estruturação da marinha angolana doando, por exemplo, alguns navios da Estonian Shipping Company para reforço da frota (REMIZOV, KOLOMNIN, 2000).

utilização dos portos não significou a fixação de bases militares russas no litoral angolano, essas eram proibidas pela Constituição de 1975. Ainda que tal determinação possuísse alguma margem para ser revista em caso de ameaças a defesa nacional (COKER, 1985). O jovem Estado angolano recebeu garantias poderosas de protecção da sua integridade territorial e soberania. Ademais, o trabalho das esquadras de pesca soviéticas ajudou o mercado angolano de alimentos contribuindo para o alívio da tensão social no contexto da guerra civil (REMIZOV, KOLOMNIN, 2000).

Portanto, as intenções de Moscú, ao se projetar na África Austral e no Atlântico Sul, possuíam carácter de dissuasão e de preparo, caso os conflitos no Zimbábue, Rodésia e África do Sul se tornassem mais severos. Nesse sentido

era improvável que os soviéticos usassem de seus direitos portuários em Angola para interferir nos petroleiros que operam na rota do Cabo. Tanques lentos e desarmados podem ser interditados em qualquer lugar entre o Golfo Pérsico e os países importadores de petróleo do Ocidente, de forma que qualquer presença naval soviética em águas angolanas se mostraria redundante. Além disso, tal ação constituiria um ato equivalente à guerra e provavelmente evocaria uma resposta militar ocidental. É muito improvável que a União Soviética tenha-se envolvido na guerra angolana visando primariamente melhorar sua posição para comprometer o fluxo de petróleo do Ocidente (KINGHOFFER, 1980, p. 16, tradução nossa).

A análise da postura angolana frente a Moscú neste período, permite identificar que a adoção dos princípios de não alinhamento e autonomia ultrapassavam a dimensão retórica dos discursos e documentos oficiais. Especialmente em termos das relações regionais, verifica-se que, quando os angolanos julgavam que seus interesses imediatos conflitavam com as linhas gerais das perspectivas soviéticas para a região, o MPLA se manteve seguro em seus posicionamentos. Observa-se assim que, apesar da URSS ser uma parceria muito estimada por Luanda e até mesmo essencial para que o MPLA não sucumbisse aos ataques das forças opositoras, a política externa angolana se empenhou para que a cooperação não se tornasse vinculativa. Posto isso, concorda-se com MacFarlane, quando esse explica que Agostinho Neto e os demais ministros:

Nos comentários sobre a ajuda externa a Angola, tiveram o cuidado de associar expressões de gratidão à URSS com sentimentos semelhantes em relação a Cuba, como que para sublinhar que a URSS não era a sua única, nem mesmo a mais significativa fonte de apoio e suporte . [...] Por exemplo, apesar das opiniões soviéticas sobre o papel do capital privado ocidental e sobre a participação dos Estados do Terceiro Mundo na economia capitalista internacional, Angola continuou a acolher empresas estrangeiras de petróleo e diamantes para explorar os recursos naturais angolanos. Apesar de oposição soviética aos esforços ocidentais para mediar os conflitos em curso na Namíbia e no Zimbabué, os angolanos cooperaram

durante o mesmo período na iniciativa do Grupo de Contacto na Namíbia (1992, p. 06, tradução nossa).

Um dos fatores que contribuíam para esta margem de ação angolana na adoção de uma política regional mais autônoma frente as estratégias soviéticas, foram os esforços para diversificação de parcerias dentro do bloco socialista e no Terceiro Mundo. As nações do Leste europeu, assim como no período da guerra de independência, mantinham seus próprios interesses na África Austral, os quais se assemelhavam muito com os dos países da OTAN. Ou seja, buscavam garantir acesso a recursos minerais<sup>87</sup> não renováveis e preservar a segurança das rotas de comércio marítimo, notoriamente a região do Cabo da Boa Esperança, que carregava uma significativa porcentagem do comércio da região (COKER, 1985).

Para além disso, esses Estados viam na parceria com Luanda uma possibilidade de balancear certas assimetrias e carências que não eram compensadas pelas relações com a URSS. Esses fatores incentivaram que até 1976 todos os países do Leste da Europa já tivessem assinado acordos de cooperação com o Estado angolano, com destaque para a Bulgária, que concluiu seus primeiros acordos comerciais na África, com Angola e Moçambique. O país iniciou uma nova onda de *joint economic commissions*, que se tornaram um dos marcos das trocas entre o Terceiro Mundo e os Estados europeus de economia planificada (COKER, 1985). Em 1978, Angola foi admitida como membro do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), por meio desta organização foram construídos silos nos portos de Luanda e Moçâmedes e restaurados os silos e portos de Lobito (ALVES, 2013).

A Iugoslávia também se destacou como uma parceria estratégica em áreas amplas e de alta complexidade. Lopo Nascimento, enquanto primeiro-ministro, visitou o país em 1976, para negociar um financiamento para materiais militares. O país já havia, em 1975, enviado US\$ 1.7 milhões para a compra de armamentos pelo MPLA. Um pouco menos de um ano depois, Agostinho Neto se reuniu em Bucareste com seu homólogo, Josip Broz Tito, e em 1978 Vidoje Žarković esteve em Luanda (RADONJIĆ, 2020). Nestes encontros os líderes reafirmaram a necessidade de solidariedade e unidade entre os Estados não alinhados, independentemente de sua ordem social ou política (DIMIĆ, 2017). Partindo da percepção que o país não possuía as mesmas capacidades financeiras de assistência da URSS, nem humanas de Cuba, Tito apostou em uma assistência técnica de alto nível em áreas sensíveis.

---

<sup>87</sup> Desde a década de 1960 o Leste europeu passou a ter uma alta demanda por matérias primas, no entanto, o amplo controle ocidental sobre os recursos minerais e a esporádica posição soviética contrariando as regras de mercados, onde o capital multinacional era predominante, fez com que esses países se tornassem um dos principais defensores do controle pelas nações em desenvolvimento sobre o gerenciamento dos seus próprios recursos (COKER, 1985).

Dessa forma, poucos meses depois da independência foram enviadas missões de consultoria agrícola, posteriormente um pequeno número de mecânicos de aeronaves e executivos da *Jugoslovenski Aerotransport* (JAT) estiveram em Luanda para organizar a *National Angolan Airline* (TAAG) (RADONJIĆ, 2020).

A cooperação técnica iugoslava operou em áreas mais pontuais, mas extremamente relevantes, que demandavam um elevado grau de qualificação e uma altíssima confiança entre as partes, como as bolsas de estudo concedidas para a formação de diplomatas angolanos em Belgrado (DIMIĆ, 2017). É válido recordar que o MPLA, devido ao contexto de guerra colonial e posteriormente civil, tinha uma certa carência na formação de diplomatas de carreira, o que fazia com que os postos mais altos e estratégicos fossem ocupados por militares. Em janeiro de 1978, o primeiro embaixador de Angola no país, Felipe Martinez<sup>88</sup>, frisou o sucesso dessa parceria, apontando que os quadros formados na Iugoslávia ocupavam posições importantes no Ministério de Relações Exteriores, mas também no partido e nas Forças Armadas (DIMIĆ, 2017). Outro exemplo importante da cooperação entre os dois países é o Banco Nacional de Angola, que foi construído por técnicos iugoslavos do Banco Nacional. Esses intermediaram o processo de separação entre os negócios locais e da metrópole. A posição especial da Iugoslávia na Guerra Fria dava a ela uma capacidade singular de mediar o processo de liquidação de propriedade estrangeira, de modo que nenhum outro parceiro angolano poderia (RADONJIĆ, 2020).

Natalija Dimić (2017), analisa que as relações entre os dois países foram assinaladas por uma dicotomia entre o sucesso político e diplomático e os obstáculos nos domínios econômicos e de defesa. Segundo a autora, as relações não avançaram em virtude das falhas organizacionais e intucionais da abordagem de Tito e a escalada da crise angolana que tornou o fornecimento de armas e da assistência econômica a prioridade máxima do MPLA. Para além disso, a diplomacia era muito mais alavancada por Neto<sup>89</sup> e Tito, graças à confiança e admiração que os dois líderes mantinham. O resultado disso foi que com o falecimento de ambos os presidentes, a fase mais fecunda da cooperação iugoslava-angolana perdeu dinamismo e se encerrou.

Outro ator importante, no quadro de diversificação de parcerias, foi Alemanha Oriental, que possuiu uma ação limitada, porém considerável na guerra civil. Coker (1985)

---

<sup>88</sup> Martinez foi o primeiro Embaixador creditado em um país socialista, apesar dos protestos de desaprovação soviéticos (DIMIĆ, 2017).

<sup>89</sup> Agostinho Neto era tido como um importante figura no país, destacado como um herói da luta anticolonial e anti-imperialista, tanto que após a sua morte, o líder angolano ganhou ruas com seu nome em Belgrado e em Nova Belgrado (RADONJIĆ, 2020).

destaca: o envio de aeronaves Mig-21; a criação do centro de formação na base de Henrique de Carvalho para treinar soldados angolanos e cubanos; e a ação direta para desestabilização das ações do Zaire, a fim de reduzir o suporte desse Estado a guerrilha da FNLA<sup>90</sup>. Erich Honecker, presidente do Conselho de Estado, visitou Angola em 1978, na ocasião Neto agradeceu o apoio prestado pelo país ao MPLA (ALVES, 2013). No entanto, para além do domínio da defesa a cooperação não foi tão bem-sucedida. Segundo Coker (1985), a chegada de economistas da *Humboldt University in East Berlin*, em 1978, para a criação do Instituto Especial de Planeamento e Administração gerou desentendimentos dentro do partido, contribuindo até mesmo para que Lopo Nascimento fosse substituído do cargo de ministro do comércio interno, em virtude do seu excesso de confiança nas orientações da Alemanha Oriental.

Com os PALOP, as relações entre os membros da CONCP foram aprofundadas. Verificou-se a troca de visitas<sup>91</sup>, assinatura de tratados nos mais diversos domínios<sup>92</sup>, denúncias conjuntas reiteradas ao governo sul-africano e apoio conjunto aos movimentos de libertação do Saara Ocidental, Namíbia, Palestina e Timor Leste<sup>93</sup>. Esse período foi destacado pela concertação diplomática e a construção de bases institucionais para a cooperação futura. No entanto, a capacidade de provisão destes Estados era limitada, uma vez que esses haviam se tornado independentes a pouco. Contudo, vale ressaltar que a RPA manteve contatos mais próximos com Bissau e Maputo, que chegaram a até mesmo, durante os anos de 1975 e 1976, fornecer ajuda na guerra civil. O PAIGC enviou tropas e apoio logístico, enquanto Moçambique prestou ajuda financeira (RADONJIC, 2020).

Tendo esses elementos em vista, pode se afirmar que a estratégia diplomática angolana durante o governo Neto era consciente da importância da ajuda soviética para a consolidação do Estado, mas também da importância de garantir um certo grau de autonomia em sua política regional. Nesse sentido, as relações com Cuba e com os demais Estados do bloco

---

<sup>90</sup> Vale ressaltar, que essa decisão foi tomada durante o 9º Congresso do SED (Partido Socialista Unificado da Alemanha), em 1976, na qual esteve presente uma delegação do MPLA liderada pelo governador da província de Huambo. Dois anos mais tarde, uma comitiva do ministro da Defesa, Heinz Hoffmann, junto com seu homólogo angolano, Teles Carreira, visitaram as bases militares de Luso, Teixeira de Sousa e Henrique de Carvalho (COKER, 1985).

<sup>91</sup> No que tange as visitas, destaca-se por exemplo que: Lopo Nascimento visitou, em fevereiro de 1976, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau; no mês seguinte, Agostinho Neto também esteve em Bissau; e no primeiro aniversário da independência todos os presidentes dos PALOP estiveram em Angola.

<sup>92</sup> Em relação aos acordos, ressalta-se: em 15 de dezembro de 1976, o Acordo Comercial e de Pagamentos, Acordo Geral de Amizade e Cooperação e Acordo de Marinha Marcante com Cabo Verde; e o Tratado de Amizade, de Cooperação e Ajuda Mútua, a nível partidário e governamental assinado com Moçambique, em 19 de setembro de 1978.

<sup>93</sup> Praticamente todos os discursos de Angola na Assembleia Geral da ONU no período analisado dedicavam um notável espaço para a defesa da independência e autonomia destes Estados.

socialista e do Terceiro Mundo conferiam uma margem de manobra em relação a Moscou. Contudo, as necessidades angolanas iam muito além das capacidades desses Estados, assim, ao longo da década de 1970, as expectativas de cooperação foram sendo frustradas, especialmente porque, depois da independência, Angola não viveu um período de paz e reconstrução. Logo, era fulcral que fossem cessadas as agressões empreendidas pelos países vizinhos, para que o objetivo nacional de consolidação do Estado nacional autônomo fosse concretizado.

Para se compreender a atuação internacional de Angola entre 1975 e 2002, deve-se ter em conta, como explica Visentini (2016), que toda revolução busca internacionalizar-se. No entanto, esse processo possui limites, conduzindo a momentos de tréguas, na redução da retórica ideológica e na adoção de uma postura mais diplomática (VISENTINI, 2016). É, portanto, a partir desse prisma que a política externa regional angolana deve ser observada. Logo que assumiu a presidência, Neto atuou ativamente para estabelecer uma *détente* com os países vizinhos, com a intenção clara de estabilizar todas as fronteiras do país, enquanto o MPLA consolidava seu poder internamente (SAUNDERS, 1983).

Dessa forma, o presidente buscou tratativas de paz com todos os rivais, anunciando, em fevereiro de 1976, o desejo de normalização das relações com a Zâmbia e o Zaire. Vale assinalar a importância angolana como de rota de trânsito para as exportações de minerais da Zâmbia (a leste), que não possui litoral, e do Zaire (ao norte), com um acesso muito limitado ao Atlântico através de um canal marítimo dentro das águas territoriais angolanas (SZAJKOWSKI, 1981). Assim, em abril, Angola e Zâmbia estabeleceram reconhecimento mútuo e Kuanda cessou o apoio à UNITA, sob ameaça de fechamento da Benguela Railway, principal escoador da produção de cobre do país.

Já o processo de normalização das fronteiras com o Zaire se estendeu durante os anos seguintes. Ao final de fevereiro, no Congo, Mobutu e Neto iniciaram discussões para um acordo de estabelecimento futuro de relações. Contudo, a postura intransigente do líder do Zaire nas negociações e o seu apoio à FNLA fizeram com que a via pela reconciliação fosse colocada em questão pelo MPLA. Como analisa Saunders (1986), essa decisão derivou do fato de que a maior parte dos membros do Bureau Político eram militares, os quais embora leais ao presidente, questionavam a credibilidade de qualquer acordo com Mobutu. Dessa forma, o suporte cubano e a fraqueza política e financeira do Zaire motivaram o envolvimento angolano na primeira guerra do Shaba em 1977.

Ainda em consonância com o autor, a atuação das forças angolanas junto à FLNC, na invasão da região do Shaba, no Zaire, teve o seguinte balanço: além de fortalecer Mobutu



internamente, colocou em risco o cuidadoso plano de Neto de abertura para o ocidente em um momento em que a UNITA retomava seus ataques ao sul, mas principalmente desagradou diversas alas do partido. Apesar do insucesso, Angola participou um ano depois da segunda guerra do Shaba. Embora tenha resultado novamente na vitória do Zaire, o segundo conflito criou incentivos para a retomada das discussões de reconciliação entre os dois países. Além de resolver as ameaças advindas do norte, Neto via a reconciliação com Mobutu como um pré-requisito para uma aproximação com o ocidente. Desse modo, um dos objetivos da estratégia de Angola era conseguir que o governo norte americano se envolvesse nas negociações, pois seria o único ator com poder suficiente para influenciar Mobutu.

Pode-se afirmar que a normalização das relações entre Angola e Zaire foram fruto de uma habilidosa e arriscada ação diplomática de Agostinho Neto. Em junho de 1978, o presidente enviou uma mensagem para o embaixador angolano nas Nações Unidas, Elísio de Figueiredo, destinada ao presidente Carter. O texto expressava o desejo de reconciliação com o Zaire e da promoção de melhores relações com os EUA e, de acordo com Saunders (1986), refletiu em uma inflexão da postura americana em relação a guerra<sup>94</sup> (SAUNDERS, 1986). Por meio do intermédio americano, as delegações do Zaire e de Angola reuniram-se em Brazzaville. Dias depois, os presidentes se encontraram a margem da Assembleia da OUA em Cartum, mediados pelo ministro das Relações Exteriores da Bélgica e pelo presidente da Guiné. Dessa forma, em 30 de julho, foi anunciado o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No mês de agosto do mesmo ano, Neto realizou sua primeira visita oficial a Kinshasa e, em outubro, Mobutu esteve em Luanda. Segundo Francisco (2013), um dos grandes feitos de Agostinho Neto, depois da proclamação da independência e do reconhecimento internacional, foi tirar de cena a FNLA<sup>95</sup>, o que só foi possível, graças a sua decisão de reatar as relações com Mobutu.

É correto afirmar que embora a estabilização das fronteiras ao norte não tenha sido um processo simples, a normalização da porção sul se provou ainda mais complexa. A partir de 1977, Angola se deparou com o aumento das forças sul-africanas, uma crise na aliança entre o

---

<sup>94</sup> A delegação norte-americana, chefiada pelo Embaixador McHenry, deslocou-se a Luanda duas vezes, de 21 a 24 de junho e de 04 a 12 de julho. Neto exigiu três concessões de Mobutu: a retirada da população bakongo zairense das áreas de fronteira, a expulsão do Zaire de Holden Roberto e o fechamento da pista de pouso Kanina para reabastecimento da UNITA. Em contrapartida, os EUA solicitaram o apoio de Angola em relação ao *Western Contact Group*, especialmente com os líderes da SWAPO (SAUNDER, 1986).

<sup>95</sup> Como analisa Pegado (2014), a regularização das relações entre Angola e Zaire refletiram diretamente sobre a perda de protagonismo do movimento diante de seus aliados. Ademais, em 1989, com a proposta de anistia aos movimentos de guerrilha gerou diversas dissidências de líderes proeminentes que passaram a aderir ao projeto do governo nacional enfraquecendo a Frente. Nas eleições de 1992, o grupo elegeu apenas cinco deputados, o que reduziu a sua participação no Governo de Unidade e de Representação Nacional a um ministro. Assim, a partido tem se transformado em uma força sem expressão no panorama político angolano.

MPLA e a SWAPO e a retomada dos ataques da UNITA. Em fevereiro de 1976, Luanda e Pretória negociaram a saída das tropas da África do Sul do território angolano, mas, o país continuou tendo um papel atuante na fronteira. Em meio aos esforços para cessar os ataques sul-africanos, Neto percebeu que os interesses do MPLA e da SWAPO eram incompatíveis. Enquanto Angola queria se consolidar na região, cessar os ataques da UNITA e obter fronteiras estáveis, a SWAPO, ao seu turno, visava um confronto na Namíbia. Assim, quando o MPLA decidiu interromper as incursões do grupo para dentro das fronteiras angolanas, a cooperação desapareceu.

A aprovação da Emenda Clark,<sup>96</sup> que proibiu qualquer suporte militar aos partidos angolanos, fez com que a UNITA praticamente desaparecesse. Ao final de 1976 a organização estava reduzida a 65 pessoas, porém, durante a guerra do Shaba em 1977, o Zaire, a França e o Marrocos decidiram reativar o movimento para que esse fizesse frente aos soldados cubanos e angolanos (PATRÍCIO, 1997). Já em maio de 1976, o grupo havia tornado público um manifesto apelando à intensificação da luta, frisando que não haveria diálogo com o MPLA enquanto esse fosse apoiado por tropas estrangeiras. O documento também mencionava possíveis ataques ao Caminho-de-Ferro de Benguela e sabotagens em todas as outras formas de comunicação, indicando que a UNITA organizaria sua própria estrutura militar e política e criaria uma milícia popular armada (SZAJKOWSKI, 2004). Assim, Savimbi deu início a uma ofensiva diplomática a fim de angariar apoio político ao grupo. A França<sup>97</sup> concedeu suporte logístico, o Zaire e o Marrocos apoiaram com material militar, já o financiamento foi alavancado pelo Egito, Sudão, Irã e Arábia Saudita, mas foi a África do Sul que se tornou a principal aliada da UNITA, especialmente com a eleição de Pieter Botha, como primeiro-ministro, em setembro de 1977 (PATRÍCIO, 1997).

Percebe-se, por meio dos elementos assinalados, que o ano de 1977 foi extremamente crítico para o governo e Luanda. Buscando, assim, recobrar o espaço diplomático perdido, solidificar a posição interna de Neto e estabelecer uma política externa mais congruente, o MPLA passou a adotar o que Agostinho Neto (1978, s/p) denominou como uma “diplomacia militante e ativa” em defesa dos ideais nacionais e universais. No mesmo sentido, o chanceler Paulo Jorge (1978, p. 477, tradução nossa) em discurso na Assembleia das Nações Unidas frisou que Angola era “[...] um forte bastião da revolução em África”, portanto, “ninguém

---

<sup>96</sup> Em 19 de dezembro de 1975, pelo Senado americano e promulgada pelo presidente Gerald Ford em 30 de junho de 1976.

<sup>97</sup> Após uma reunião secreta, no mês de novembro de 1976, em Dakar, entre o presidente francês Giscard d'Estaing e o ministro das Relações Exteriores da UNITA, Jorge Sangumba, a França começou a fornecer à UNITA grandes carregamentos de armas (SAUNDER, 1986).

[deveria] subestimar a sua determinação inabalável de apoiar a SWAPO por todos os meios necessários, e também os outros movimentos de libertação nacional”. Nota-se assim que o presidente angolano (1978, s/p) percebia que o visado desenvolvimento nacional autônomo não seria viável sem uma “[...] contribuição positiva a atividade de libertação política dos outros povos”.

Tendo isso em vista, Saunders (1986) sistematiza a revisão da política regional angolana em três pontos: a) a melhora da sua posição no conflito ao sul, para assim, reduzir os incentivos sul-africanos à intervenção em Angola e para conseguir uma maior influência nos círculos de liderança da SWAPO; b) o esforço diplomático para conseguir a aceitação de seu regime pela Europa ocidental; c) e uma ação mais ativa no grupo dos Estados da Linha de Frente (ELF)<sup>98</sup> e do Grupo de Contato da Namíbia criado em 1978. Tais ajustes visavam alavancar um processo de aproximação da política externa angolana com o ocidente e de construção de novos equilíbrios regionais estabelecendo relações diplomáticas com o maior número possível de países nas esferas econômicas e securitárias, objetivando reduzir o apoio externo dos movimentos rebeldes e fortalecer as capacidades estatais (RAMOS, 2018). As revisões no plano de ação angolano resultaram na concordância do governo sul-africano em participar do Grupo de Contato da ONU e em um avanço importante no âmbito político e comercial das relações com os países da Europa ocidental (SAUNDERS, 1986).

Nas vésperas da independência, Mario Pinto de Andrade (1974, s/p) afirmou que era sobre o MPLA que deveriam “convergir o apoio multiforme de todas as correntes progressistas do mundo”. No entanto, o escalonamento da crise regional e a conjuntura delicada da economia angolana levaram Agostinho Neto e Paulo Teixeira Jorge reavaliarem as capacidades do bloco socialista em suprir as necessidades do Estado angolano e impulsionar o processo de desenvolvimento econômico nacional, que contribuiria para a consolidação do poder do MPLA. A partir dessa leitura, a política externa angolana iniciou um processo gradual de diversificação de parcerias. De acordo com Neto:

O MPLA-Partido do Trabalho não desistirá dos seus objetivos até atingir o seu fim, o Socialismo. Portanto, as relações com os países socialistas serão sempre privilegiadas e a base da confiança e do interesse comum que é fundamental para a paz, o progresso e o fim da exploração do homem pelo homem será desenvolvida. Mas, a nossa política de não-alinhamento permite que estabeleçamos relações amistosas com outros povos que escolheram regimes diferentes do nosso. Gostaríamos de ter uma cooperação intensa com os países desenvolvidos da Europa

---

<sup>98</sup> Fundado pela Zâmbia e Tanzânia, os Estados da Linha da Frente, juntamente com Angola, Moçambique e Botsuana, visavam combater o colonialismo no Zimbabué, na Namíbia e o *apartheid* na África do Sul, por meio do apoio aos movimentos de libertação ZANU, SWAPO e CNA.

Ocidental. E penso ser necessário uma maior aproximação com os países da América Latina e Ásia.

As relações políticas mantidas com os países do nosso continente deverão progredir para formas de cooperação económica que sirvam o nosso objetivo: o de evitar que África continue a ser exportadora quando é absolutamente possível a transformação das matérias-primas e intercâmbio em bases mais justas com os outros continentes e um maior benefício para as classes trabalhadoras (NETO, 1978a, s/p).

Na mesma ocasião o presidente destacou que o “desenvolvimento interno carece de mais audácia e decisão”, pois a eficácia das medidas económicas dependia da diminuição dos gastos em defesa (NETO, 1978, s/p). Neste período, o país basicamente importava alimentos, matéria-prima, maquinário, e bens de consumo, e exportava petróleo bruto, café, diamantes e derivados do petróleo (SOMERVILLE, 1986). Segundo dados do Banco Nacional de Angola e do *Africa Index*, divulgados por Bhagavan (1986), o ocidente absorvia muito mais as exportações angolanas do que o bloco socialista. Até mesmo nas importações, os países da COMECON não eram a principal fonte de bens e serviços para Angola, ficando atrás da Europa Ocidental.

**Tabela 1 – Distribuição das exportações angolanas em 1979 e 1980**

| <b>Região</b>           | <b>1979</b> | <b>1980</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| <b>América do Norte</b> | 21,4%       | 31,8%       |
| <b>América Latina</b>   | 35,1%       | 28,9%       |
| <b>Europa Ocidental</b> | 28,5%       | 22,2%       |
| <b>COMECON</b>          | 6,9%        | 6,3%        |
| <b>África</b>           | 3,4%        | 4,1%        |
| <b>Outros</b>           | 4,7%        | 6,7%        |

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados de Bhagavan (1986)

**Tabela 2 – Distribuição das importações angolanas em 1979 e 1980**

| <b>Região</b>           | <b>1979</b> | <b>1980</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| <b>Europa Ocidental</b> | 56,4%       | 51,6%       |
| <b>COMECON</b>          | 15,7%       | 16,9%       |
| <b>América Latina</b>   | 9,8%        | 10,8%       |
| <b>América do Norte</b> | 5,6%        | 7,1%        |
| <b>África</b>           | 3,0%        | 2,2%        |
| <b>Outros</b>           | 9,5%        | 11,4%       |

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados de Bhagavan (1986)

A partir da leitura destes índices José Maria Conceição (1999) cunhou o conceito de “paradoxo angolano”. Ou seja, enquanto o governo do MPLA procurava atender as suas necessidades de defesa, soberania e segurança da nação com a cooperação político-militar dos seus aliados socialistas – notoriamente a URSS e Cuba – a parcela mais substancial das suas demandas econômicas era atendida pelo bloco capitalista. No entanto, o paradoxo angolano não significava uma postura hesitante ou contraditória, mas sim, pragmática e realista, fruto de uma leitura assertiva do contexto em que o país se inseria e de suas condições de atuação. Assim, as relações comerciais, econômicas e empresariais com os países ocidentais forneciam os meios financeiros indispensáveis para que o sistema econômico não colapsasse. Ao passo que, as relações com as nações socialistas conferiam uma certa margem de manobra, a qual amparava a adoção de uma ação soberana por parte do Estado angolano frente ao bloco ocidental.

Nesse sentido, dentre as nações capitalistas, os EUA, mesmo sem reconhecer o governo do MPLA, constituíam o principal investidor, parceiro comercial e fornecedor de tecnologia para Angola, tendo como base das relações o petróleo. Sob essa óptica, o embaixador angolano em Washington, José Patrício assinala que:

Em Angola, nem sempre os ditames da geoestratégia política se harmonizaram com os interesses geo-econômicos dos Estados Unidos que, frequentemente, se sobrepõem a todos os outros considerados. Paradoxalmente, enquanto a inflamação doutrinária matizada pelos estereótipos nos separava, os crescentes interesses das multinacionais petrolíferas norte-americanas em Angola uniam-nos num *puzzle* difícil de discernir (1997, p. 151).

A centralidade do petróleo para o Estado angolano deve ser analisada tendo em vista que, em 1978, a produção nacional ainda não tinha retomado os índices pré-independência, evidenciando que a economia angolana não estava respondendo como desejado às medidas do projeto socialista, o qual tinha sua eficácia comprometida pelos recursos que eram deslocados para a defesa em virtude do contexto de guerra. Visando recuperar os níveis de produção, o Estado passou a conceder novas licenças a operadores. Para gerir o setor foi criada em 1976 a SONALGOL, que assumiu a assinatura de acordos com as petrolíferas. Nesse contexto, foram publicadas a Lei n.º 5/79 (Lei das Minas) e a Lei n.º 13/78 (Lei das Actividades Petrolíferas),

essas definiam que todos os recursos minerais são propriedade exclusiva do Estado e que a estatal angolana possuiria a maioria das ações das companhias<sup>99</sup> (FERREIRA, 2005).

O setor petrolífero enquadrou-se como um dos principais chamarizes para a ampliação dos contatos com as multinacionais, alavancando a distensão e a abertura de laços com o ocidente, que além de atender as demandas econômicas do país, contra-atacava o avanço diplomático que a UNITA articulava. Nesse sentido, Saunders (1983) pontua que, no final da década de 1970, já haviam começado as negociações com a belga Petrofina e a francesa *ELF-Acquitaine* sobre os direitos de exploração de petróleo *off-shore* e com a *Volvo Corporation* para a compra de ônibus urbanos.

Um ator importante e novo nesse quadro foi o Brasil. O Estado angolano, economicamente debilitado, via o Brasil como um importante parceiro em potencial em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Durante os primeiros anos de independência os dois países estabeleceram uma série de iniciativas primárias<sup>100</sup>. Essas converteram-se em uma base de credibilidade, a qual proporcionou a ampliação das perspectivas de cooperação, abrangendo campos cada vez mais estratégicos, como o petrolífero. Em maio de 1979, a visita do Ministro dos Petróleos de Angola, Jorge Morais, a Brasília resultou nos primeiros acordos entre a Sonangol e a Braspetro, o braço internacional da Petrobras. O documento oficializou a exportação de petróleo angolano para o Brasil e a prospecção de jazidas na costa angolana pela estatal brasileira.

Em relação à Europa ocidental destaca-se o encontro, em junho de 1978, entre Agostinho Neto e seu homólogo português, Antonio Ramalho Eanes, na Guiné Bissau, o qual resultou na assinatura de um Acordo Geral de Cooperação<sup>101</sup>. Esse permitiu, no ano seguinte, a criação de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação e a assinatura de um acordo comercial, que visava o incentivo das exportações portuguesas para Angola (ALVES, 2013).

---

<sup>99</sup> Data da década de 1960, o princípio da produção petrolífera angolana, a qual localizava-se majoritariamente *offshore* e no enclave de Cabinda – uma região cuja defesa era significativamente mais sensível. Desde início das explorações a *Gulf Oil Company*, subsidiária da norte-americana Chevron, foi a principal empresa atuante no setor. Com a independência o governo estadunidense pressionou que a extração fosse suspensa e com ela o pagamento de *royalties* para o governo do MPLA. A aprovação da Emenda Clark permitiu que as atividades fossem retomadas, de modo que as divisas produzidas por essa companhia se tornaram o apoio financeiro mais seguro do governo (FERREIRA, 2005). Em 1978, dois tipos de acordo passaram a ser empregados a *production sharing* e as *joint ventures*, de modo que o governo e a *Gulf Oil* estabeleceram que a Sonangol adquiriria a participação majoritária na empresa, a qual pagaria ao Estado angolano 16,67% do total dos lucros das vendas de petróleo e 65,75% sob forma de impostos sobre o lucro (CONCEIÇÃO, 1999).

<sup>100</sup> Em abril de 1976, foi enviada uma Missão Comercial brasileira para Angola visando um contato exploratório, a partir dela criou-se uma linha de crédito no valor de US\$ 50 milhões pelo Banco do Brasil, houve ainda a assinatura do Memorando de Transporte Aéreo em 1978, criando voos semanais entre o Rio de Janeiro e Luanda, e o contrato de fornecimento de barcos pesqueiros à Marafrica pelos estaleiros Mac Laren do Brasil no mesmo período.

<sup>101</sup> Alves (2013) destaca os amplos esforços da Argélia e da Guiné-Bissau no processo de negociação dos Acordos.

A aproximação entre as lideranças acompanhou a creditação do primeiro embaixador de Angola em Lisboa.

Em discurso, Neto (1978b), embora não tenha deixado de mencionar o quão problemática fora a saída da administração portuguesa em 1975 e a intensa campanha da imprensa portuguesa contra os dirigentes do MPLA, frisou que as relações entre os dois países inaugurava uma nova era. A qual seria caracterizada pela igualdade política, reciprocidade e respeito à soberania. Também foi significativa a assinatura do Memorando de Intenções com a Itália, em 1977, lançando as bases para a concretização do Acordo de Cooperação Bilateral em 1979 (ALVES, 2013). Assim, é possível afirmar que o governo Neto se encerra com uma política externa mais pragmática, graças aos ajustes necessários para manter a margem de autonomia, sem comprometer o princípio de não alinhamento.

## 5.2 O GOVERNO JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (1979-2002)

Com o falecimento de Agostinho Neto, em setembro de 1979, José Eduardo dos Santos assumiu a presidência do partido e do país dando continuidade e aprofundando a inflexão gradual da política exterior. Com isso, a nova presidência vislumbrava ampliar e consolidar os contatos internacionais de Angola, sem perder de vista a proposta de autonomia socioeconômica do MPLA. De acordo com Pegado (2014), Dos Santos era uma liderança muito mais jovem e realista que seu antecessor, percebendo as necessidades de reformas no sistema herdado. Visto pelas principais alas do partido como uma espécie de mínimo denominador comum, por conjugar características dos dois principais grupos, mantinha a postura híbrida identificada na gestão de Agostinho Neto (VIDAL, 2016).

A emergência de uma nova ordem mundial compeliu o governo a adotar uma estratégia de abertura política gradual, mantendo, contudo, o MPLA como a principal força condutora do país (BEMBE, 2016). Este processo esteve interrelacionado com o contexto de transformações sistêmicas dos anos de 1980 e 1990, bem como com o agravamento do quadro interno de crise política e econômica. Assim, em linhas gerais, compreende-se que a dissolução da URSS e as mudanças político-ideológicas nas esferas nacional e internacional alteraram as circunstâncias conjunturais, desencadeando uma “reorientação sensível na política internacional do Estado angolano” (GUEDES, 2011, p. 28). Em grande medida, não dependeu das lideranças do governo, mas resultou dos novos direcionamentos ditados pela ordem do pós-Guerra Fria que se instaurava.

Nesse sentido, compete ressaltar que a conjuntura internacional da década de 1980 foi assinalada por substanciais mudanças. Com a ascensão de Ronald Reagan (1981-1989), os EUA passaram a adotar uma postura mais agressiva tanto na esfera política como militar. De modo que, buscando restaurar a bipolaridade, o governo estadunidense deu início a Nova Guerra Fria, desencadeando uma corrida armamentista convencional e estratégica, objetivando exaurir a economia soviética já debilitada (devido ao embargo comercial e os gastos militares), e por meio disso, restringir o apoio soviético às revoluções no Terceiro Mundo (VISENTINI, 2010). Desse modo, Washington e seus aliados – como Israel, Paquistão e África do Sul – poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior, com um apoio americano que não envolvesse o envio de forças de combate (VISENTINI, 2010). Mais do que isso, a reação estadunidense também agiu restringindo as opções multilaterais, desarticulando progressivamente a atuação coordenada do Terceiro Mundo. No aspecto econômico, a estratégia de Reagan promoveu a elevação das taxas de juros, alavancando a dívida externa dos países periféricos, e impulsionou a onda de regimes neoliberais (VIZENTINI, 2004).

No conflito angolano, os desdobramentos do fim da *détente* podem ser verificados em dois níveis. A Nova Guerra Fria, de forma direta, intensificou os ataques sul-africanos, ampliou o apoio do governo de Pretória às ações da UNITA e permitiu a retomada do financiamento estadunidense ao grupo em 1985. Ao mesmo tempo, o recrudescimento do conflito bipolar contribuiu para o desgaste das capacidades soviéticas. Indiretamente, a reação de Washington, no âmbito econômico e político, também articulou uma conjuntura fortemente negativa para a autonomia dos Estados periféricos, corroendo as capacidades de parceiros importantes no bloco socialista e entre os países em desenvolvimento, como o Brasil. Para além disso, a adoção da *perestroika* e o fim do conflito intersistêmico levaram a uma mudança estrutural da geopolítica europeia, incidindo diretamente sobre a atuação dos países europeus perante os conflitos marginais. Isso fez com que a questão da África Austral fosse incorporada na agenda de desanuviamento da Guerra Fria, na qual Angola teve um papel decisivo (PEGADO, 2014).

Os anos de 1990 foram assinalados pela tentativa de implementação de uma ordem liberal, liderada pelos Estados Unidos, baseada na propagação da democracia liberal e na aceleração da globalização. Em consonância com o que pontua o embaixador José Patrício (1997), uma das consequências da queda do Muro de Berlim e do fim do conflito intersistêmico foi o deslocamento da afirmação estadunidense como superpotência do campo da geopolítica para o da geoeconomia. Junto a isso, nota-se que a difusão das tônicas do



liberalismo e da democratização fomentaram a ideia de horizontalidade das relações internacionais tornando as coalizões de Estados secundárias. Assim, as nações do Terceiro Mundo, que se beneficiaram da estrutura bipolar adquirindo um espaço inédito nos organismos multilaterais, passaram a ter suas possibilidades de atuação em fóruns internacionais constrangidas.

Logo, pode-se afirmar que a reconfiguração de forças no âmbito interno e externo desencadeou um quadro de reajustes econômicos e políticos em Angola, durante as décadas de 1980 e 1990. Sob a óptica econômica, Dos Santos assumiu um Estado devastado pela guerra e cada vez mais associado as nações capitalistas, tanto em termos de produção, quanto de investimento e comércio. Para além disso, as capacidades estatais eram insuficientes para superar os gargalos que obstaculizavam o desenvolvimento econômico do país. Em 1982, quase metade das receitas nacionais eram alocadas no orçamento de defesa e o restante era dividido entre a importação de alimentos, bens de consumo e o pagamento dos serviços da dívida (HATZKY, 2012). Em 1985, Angola tornou-se o segundo maior produtor e exportador de petróleo da África Subsaariana, depois da Nigéria. A produção em 1984 foi de 74,5 milhões de barris, um aumento de 17% em relação a 1983 (BAGAVAN, 1986).

A entrada de divisas permitiu sustentar a economia de guerra, mas, também, fomentou a bipolarização da sociedade angolana. Essa se dividia entre a grande maioria da população vivendo com imensas dificuldades econômicas e sociais e uma classe abastada ligada a indústria petrolífera (PEGADO, 2014). Tendo isso em vista, compreende-se que a política externa angolana soube conciliar

[...] junto da comunidade internacional, o peso estratégico do seu principal recurso natural, o petróleo, e também os diamantes e outros cuja potencialidade se sabe existir, com a importância da sua posição regional. No entanto, falhou redondamente no estabelecimento de uma ligação entre essa política externa em torno dos recursos naturais e o seu aproveitamento em prol do desenvolvimento do país (FERREIRA, 2005, p. 73)

Devido às imensas dificuldades do Estado em atender às demandas socioeconômicas da população, o governo abandonou a economia planificada, introduzindo reformas para a adoção de uma economia de mercado. Em 1985, no Congresso do MPLA, foi apresentado o programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), que seria aprovado apenas em 1988. Tais ajustes estruturais foram, sobretudo, aplicados para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, dos quais o país se tornou membro em 1989. Ainda assim, o governo manteve um discurso fortemente crítico às instituições de

Bretton Woods e as suas ineptas propostas. O presidente Eduardo dos Santos (1985) frisava que a solução para a crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo não poderia ser meramente econômica e financeira, mas demandava uma ação também política. De igual modo, o ministro das relações exteriores angolano, Van-Dúnem (1986) defendia, na Assembleia Geral da ONU, que a questão sobre o problema financeiro e econômico internacional estava na inadequação das estruturas, as quais não atendiam às exigências da recuperação econômica mundial, sendo indispensável a reestruturação do sistema monetário e financeiro. Para o chanceler, as causas centrais da crise mundial residiam nas violações recorrentes cometidas pelos países desenvolvidos dos princípios, regras e regulamentos do comércio internacional (1986).

Em Angola, na década de 1990, instaurou-se uma crise econômica gravíssima. A produção agrícola nacional era deficitária à demanda, a indústria estava destruída e a situação se agravava com os combates que migraram para as áreas urbanas (BIRMINGHAM, 2015). Em vista disso, o governo passou a discutir uma série de reformas de descentralização financeira com prioridade para a importação de alimentos e equipamentos de necessidade básica. Em 1995, nas Nações Unidas, o ministro Venâncio de Moura ressaltou que

Os programas de ajuste estrutural realizados em vários países não produziram os resultados desejados, levando a reduções dos fundos nacionais no campo social. Esses fatores negativos são cumulativos e somam-se a eles o pesado fardo da dívida externa, cujo serviço, por si só, consome grande parte do produto interno bruto dos países devedores. A capacidade da África de pagar dívidas foi afetada negativamente não só pelas fracas estruturas econômicas herdadas do passado, mas também por desastres naturais e conflitos armados internos. Diante dessa situação, é necessário adotar medidas mais justas e menos prejudiciais, para que os países devedores possam pagar sua dívida externa sem prejudicar seu desenvolvimento nem exigir maiores sacrifícios por parte das camadas mais pobres de suas populações. As principais instituições financeiras internacionais devem conceder créditos mais favoráveis aos países em desenvolvimento, para que os remédios aplicados não levem à deterioração da saúde dessas economias (1995, p. 13, tradução nossa).

Em 1996, o FMI estabeleceu um projeto de ajuste estrutural e o reescalonamento da dívida externa, adicionalmente, foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) um plano para a reabilitação e desenvolvimento econômico do Estado (ACOSTA, 2011). A principal crítica ao receituário das instituições financeiras internacionais era sua alienação relacionada à desarticulação econômica gerada pelos anos de guerra. A isso somava-se a completa inobservância dos desdobramentos das medidas restritivas sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade angolana. No entanto, no início dos anos 2000, a postura contestatória do governo tornou-se mais branda. O que pôde ser

verificado na fala do chanceler Miranda (2000), quando esse ressaltou a evolução positiva do setor macroeconômico graças à confiança que as reformas econômicas conquistaram para o país.

Em verdade, as medidas liberalizantes levadas a cabo na década de 1990 se uniram às dinâmicas patrimonialistas já existentes no Estado angolano. Tal movimento favoreceu o surgimento de uma elite advinda essencialmente da classe dirigente do MPLA e da estrutura militar, que dispunham de capacidade financeira para investir no exterior (VIDAL, 2002). De modo que a:

[...] suposta redução do setor público e o estímulo à iniciativa privada foram vistos não tanto como uma redução das estruturas do Estado e dos funcionários, mas mais como: a) a concessão de imóveis comerciais, industriais e agrícolas do Estado a membros escolhidos da elite dirigente a preços ridículos [...] e também uma concessão para que iniciassem a atividade comercial privada, transformando-os assim na nova classe empresarial da futura economia de mercado (mas ainda sob a dependência direta das principais estruturas do Estado para linhas de crédito, licenças de importação, acesso a moeda estrangeira a taxas oficiais, e assim por diante); b) negligência adicional das responsabilidades sociais do Estado (saúde, educação, segurança social, saneamento e assim por diante), através da chegada em massa de ajuda e cooperação internacional (VIDAL, 2002, p. 338, 339, tradução nossa).

Posto isso, nota-se que, com as reformas institucionais e econômicas aplicadas, as referências socialistas foram sendo superadas e importantes empresas começaram a ser privatizadas, com a rápida formação de uma nova burguesia oriunda do próprio MPLA (VISENTINI, 2012). Dessa forma, verifica-se que a administração de Eduardo dos Santos passou a afirmar os princípios de gestão política, de economia e de política externa da ala pragmática liberal, adaptando-se naturalmente à evolução dos contextos nacional e internacional (VIDAL, 2016). Nesse sentido, percebe-se que os desafios econômicos e securitários acentuavam as pressões internas pela abertura do regime e a flexibilização dos termos da negociação de paz (MACFALANE, 1992).

Assim, a normalização das relações regionais conquistadas ao final dos anos de 1980, estabeleceram as condições para que, por meio da mediação da Troica (Estados Unidos, Portugal, URSS) e da ONU, fossem assinados os Acordos de Bicesse<sup>102</sup>, em maio de 1991, entre o governo nacional e a UNITA. Com ele foi estabelecido: o cessar fogo, a desmobilização das tropas, a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) e fixada a data das eleições nacionais multipartidárias para setembro de 1992. Todavia, apesar de engenhoso,

---

<sup>102</sup> Os Acordos de Bicesse eram compostos pelo Acordo de Cessar-Fogo, pelos Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola, pelos Conceitos para a Resolução de Questões Pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA e pelo Protocolo do Estoril.

os instrumentos garantidores dos compromissos e os prazos de transição muito reduzidos e inalteráveis tornaram o acordo frágil (PATRÍCIO, 1997).

Desse modo, no mês seguinte às eleições<sup>103</sup>, a UNITA, contrária ao resultado favorável ao MPLA e a despeito da qualificação da ONU sobre o pleito como livre e justo, retomou a ação armada ocupando as minas de diamante do interior. O período entre 1992 e 1994 foi o mais destrutivo do conflito, o qual foi agravado pelo deslocamento da luta, que até então era travada nas áreas rurais, para as principais cidades. Em sua fase crítica, mais de 1.000 pessoas morreram por dia devido aos combates ou por fome e doenças decorrentes da condição de guerra, ainda estima-se que cerca de 300.000 pessoas – aproximadamente 3% da população total – morreram nesses anos<sup>104</sup> (SZAJKOWSKI, 2004).

Após uma nova rodada de negociação foi assinado o Protocolo de Lusaka, em novembro de 1994. Segundo o autor (2004), o documento previa o desarmamento e a transformação do grupo beligerante em partido político, garantindo também a participação da UNITA no governo por meio da partilha de poder. Dessa forma, tomaram posse de seus cargos os 70 deputados eleitos em 1992, membros do movimento assumiram postos em ministérios, Savimbi foi admitido como vice-presidente e os oficiais e as tropas da UNITA foram incorporados às forças armadas nacionais.

Contudo, as disputas militares retomaram quatro anos depois, graças a renovada capacidade de financiamento da UNITA mediante o tráfico de diamantes. De acordo com Acosta (2011), o aumento das receitas de petróleo, a recuperação das zonas de diamantes e a retomada dos investimentos estrangeiros financiaram aquisições maciças de armas. Ademais, a chegada de Nelson Mandela à presidência da África do Sul, em 1994, e a queda de Mobutu no Zaire, em 1997, comprometeram as fontes vitais de financiamento do grupo insurgente. Ainda assim, o conflito continuou até a morte de Savimbi em 2002. Antonio Dembo assumiu o comando do partido e avançou nos processos de negociação estabelecendo o cessar fogo com o governo e assinando, em 4 de abril, o Memorando de Entendimento de Luena, o que marcou o fim da guerra civil. À UNITA foi concedida, pelo Parlamento Angolano, uma anistia total, aprovada unanimemente dias antes da assinatura do acordo. No entanto, a reação dos observadores internacionais foi menos entusiasmada, uma vez que o texto do documento excluía outras forças políticas, assemelhando-se mais a um pacto entre dois exércitos

---

<sup>103</sup> O MPLA teve a maioria dos deputados eleitos no legislativo. Já na disputa do executivo, Savimbi teve 41% dos votos, contra 49% de José Eduardo dos Santos. O resultado implicava na realização de um segundo turno, contudo, as eleições ficaram suspensas uma vez que a UNITA não reconheceu o resultado.

<sup>104</sup> Em 1994, um terço da população necessitava de assistência humanitária, mais de dois milhões de pessoas dependiam de ajuda alimentar para sobreviver, 1,25 milhão foram deslocados internamente e 300 mil viviam em países vizinhos como refugiados (SZAJKOWSKI, 2004).

(BERNARDINO, 2013). Ainda assim, compreende-se que as reformas em nível econômico e institucional possibilitaram que a diplomacia angolana conduzisse um “relacionamento externo desobstruído”, com uma agenda em que prevaleciam aspectos considerados pelo ocidente, como positivos (PEDRO, 2019, p. 46).

Desse modo, no que tange a formulação da política exterior, quando assumiu a presidência, Eduardo dos Santos detinha entre as elites do partido uma posição fragilizada, por ser jovem e com pouca participação na luta de independência (CASTELLANO, 2017). O que corroborou com a já acentuada centralização do processo decisório na figura do presidente. Junto dele atuou também o Ministério das Relações Exteriores, que se manteve sob a chefia de Paulo Teixeira Jorge até 1984. A partir de então, a cadeira de ministro foi ocupada por quatro diferentes membros do MPLA: Afonso Domingos Van-Dúnem<sup>105</sup> “Mbinda” (1985-1989), Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnem<sup>106</sup> “Comandante Loy” (1989-1992), Venâncio da Silva Moura<sup>107</sup> (1992-1999) e João Bernardo de Miranda<sup>108</sup> (1999-2008).

Em 1984, foi criado o Conselho de Defesa e Segurança, o órgão mais alto na tomada de decisão em política externa, que consistia em um grupo fechado chefiado pelo presidente (CASTELLANO, 2017). Segundo Collelo (1998), o Conselho reunia os seis ministros mais influentes, o chefe do estado-maior geral das FAPLA e o secretário de ideologia do Comitê Central. Sua criação favoreceu o enfraquecimento do controle exercido pelo Comitê Central e pelo Bureau Político na tomada de decisão. O estabelecimento do Conselho pode ser enquadrado como parte do processo de esvaziamento do poder econômico-político do aparelho governamental e partidário, autonomizando, a favor da presidência e dos seus órgãos subsidiários, a área das relações externas em matérias importantes (VIDAL, 2016). Verifica-se assim, que o papel destacado que a máquina partidária possuía durante o regime de Agostinho Neto foi, ao longo dos anos, perdendo espaço. A partir da década de 1990, os

---

<sup>105</sup> Membro do MPLA desde 1961, atuou na luta de libertação nacional, depois da independência ocupou os cargos de diretor do gabinete do presidente Agostinho Neto, foi comissário provincial de Luanda. Após deixar o Ministério das Relações Exteriores, tornou-se embaixador de Angola na ONU. Até seu falecimento, em 2014, era secretário do Bureau Político do Comitê Central do MPLA para as Relações Internacionais.

<sup>106</sup> Já sendo membro do MPLA, estudou engenharia elétrica em Moscou na década de 1960, onde também recebeu treinamento militar. Após a independência assumiu cargos nos Ministérios da Defesa e das Províncias. Nos anos de 1990 foi nomeado como administrador do Banco Central de Angola.

<sup>107</sup> Diplomata de carreira, formou-se direito em Portugal, foi embaixador de Angola na Itália, mas a maior parte de sua carreira foi dedicada a servir o Ministério das Relações Exteriores como vice-ministro, ou ministro. O Instituto Superior de Relações Internacionais angolano leva seu nome, ressaltando a importância de sua atuação para a diplomacia nacional.

<sup>108</sup> Formado em Direito e Jornalismo, ocupou diversos cargos no governo durante a década de 1990, sendo vice-ministro das Relações Exteriores entre 1991 e 1998. Desenvolveu uma carreira política desde 2008, sendo, em 2018, designado como Embaixador de Angola na França.

ministérios e órgãos da administração pública estavam diretamente subordinados ao presidente (ALENCASTRO, 2020).

Interligado a isso, a complexificação da economia angolana e a centralidade da produção petrolífera contribuíram para uma maior influência dos grupos vinculados ao setor, nomeadamente a Sonangol. Inicia-se, nesse período, um processo de insularização da estatal em relação ao governo e ao partido, em um esforço de colocá-la sob controle exclusivo da presidência (VIDAL, 2016). Desse modo, os recursos naturais de uma forma geral, especialmente do setor petrolífero e diamantífero, consolidaram-se como um dos principais instrumentos da política externa angolana, principalmente com a retomada da guerra em 1992. Por meio das concessões de exploração de minas e blocos de petróleo, o governo soube balancear a dependência em relação às empresas americanas, mas também, barganhar com outros Estados e instituições em disputas político-diplomáticas (FERREIRA, 2005).

Para além desses aspectos, é válido ainda considerar as mudanças ocasionadas pela nova Constituição de 1992. Essa manteve os poderes do chefe de Estado em matéria de política exterior, competindo a esse: nomear e exonerar os embaixadores, aceitar as cartas credenciais dos representantes diplomáticos estrangeiros e ratificar os tratados internacionais. O Ministério das Relações Exteriores passou por mudanças estruturais e de funcionamento, objetivando uma coordenação mais eficaz, o aperfeiçoamento da cooperação e a modernização das estruturas das relações exteriores (ALVES, 2013).

Para além das mudanças verificadas no processo decisório, outro ponto relevante da política externa do governo Dos Santos foi o aumento dos esforços multilaterais a partir da década de 1980. Prova disso, foi a postura mais ativa que o país adotou na OUA, nas Nações Unidas e entre os Países Não Alinhados (ALVES, 2013). Segundo o ministro Van-Dúnem (1987, p. 46, tradução nossa), o multilateralismo na diplomacia angolana era visto como um “instrumento de busca de soluções para os complexos problemas de um mundo cada vez mais interdependente”. Além de participar da Conferência dos Grandes Lagos em 1994, o país aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1996 e no mesmo ano fundou, com seus parceiros da lusofonia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Sobre a organização, o ministro Moura destacou que, os desafios do novo cenário internacional exigem uma ação conjunta e concertada de todos os Estados, independentemente da sua dimensão, potencial económico ou poder militar.

No contexto do Atlântico Sul, Angola passou a atuar por meio de duas organizações: a ZOPACAS fundada em 1986 e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) instituída em 2001. Segundo Pereira (2016), mesmo criadas em momentos distintos, as motivações e os objetivos

dessas organizações se assemelham, pois ambas as iniciativas estão ligadas à forma que os Estados da região percebiam às mudanças processadas na distribuição de poder mundial. Assim, de forma sistemática, identifica-se que Angola e os demais países dessas organizações compartilhavam a percepção do Atlântico Sul como um espaço de estabilidade que favorecesse a cooperação visando o desenvolvimento, a segurança e a projeção internacional (PEREIRA, 2016). A aprovação da ZOPACAS, de forma particular, representou uma vitória sobre a África do Sul, que defendia a criação de uma organização próxima a um complemento da OTAN, buscando a militarização do Atlântico Sul e a dissuasão da projeção soviética na região (KORNEGAY, 2013).

No entanto, em virtude do contexto da guerra civil, o governo angolano na fundação de ambos os organismos não assumiu um papel de liderança, o que no âmbito das ZOPACAS ficou a cargo do Brasil, e na CGG da Nigéria. Todavia, percebe-se que a relevância das organizações para a estratégia de política exterior de Angola, desde o início, foi reconhecida pelo governo nacional. Assim, com fim do conflito em 2002, o Estado angolano se firmou como uma potência regional no continente, passando a atuar como um dos principais promotores da cooperação em ambas as organizações.

Em nível continental, se durante o governo Neto as relações com a Organização da Unidade Africana<sup>109</sup> foram um tanto distantes, tendo o presidente até mesmo rejeitado a proposta de envio de uma missão da organização ao país em 1976, na gestão de Dos Santos, a OUA e os demais organismos regionais tornaram-se os mais importantes elos multilaterais de Angola. Ainda assim, constata-se que a atuação da OUA no caso angolano:

[...] nunca foi capaz de pressões eficazes no sentido de assegurar consensos claros que ajudassem ao controle efectivo, pelo Governo angolano, da totalidade do território nacional; e as suas capacidades sempre foram muito limitadas para, como organização, ajudar fosse no que fosse no que toca a desastres alimentares, refugiados, ou sequer conflitos internos – embora esses constituíssem três dos maiores problemas que afligiram Angola entre 1975 e 2002 (GUEDES, 2011, p. 30).

As Nações Unidas, por sua vez, reafirmaram-se como peça-chave na legitimação internacional do regime angolano, tendo o governo trabalhado para ampliar as relações com suas agências (GUEDES, 2011). No âmbito da Assembleia Geral o país frisava que o conflito em Angola não era uma guerra civil, mas sim uma guerra não declarada promovida pela África do Sul com o apoio norte-americano (RAMOS, 2018). Os discursos também se empenhavam em denunciar o fim da *détente* e a revés que o acirramento das disputas Leste-

---

<sup>109</sup> Para responder aos novos desafios do milênio a OUA foi substituída pela União Africana em junho de 2002, com 53 Estados membros, abrangendo praticamente todo o continente africano.

Oeste significava para os Estados periféricos. Outros temas caros aos ministros angolanos eram o apoio as forças revolucionárias ao redor do mundo, a defesa de uma nova ordem econômica mundial e a reestruturação do Conselho de Segurança. Angola, defendia a ampliação dos membros do órgão, para uma representação equitativa de todas as regiões do globo, visando garantir maior representatividade, credibilidade e eficiência ao sistema (MOURA, 1993).

Pertinente à ONU, cabe referenciar também as missões de paz enviadas pela organização para Angola durante o processo de estabilização do país. Circunscritas entre 1988 e 1999, as três Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I, II e III) e a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) foram amplamente criticadas por suas falhas em garantir as condições para o desenvolvimento do processo de paz. De forma geral, as limitações se justificaram pelo baixo nível de compromisso internacional e pelos poucos recursos mobilizados. Tais elementos não permitiram que a ONU se tornasse um ator central na implementação dos acordos de paz (BEMBE, 2016).

A assinatura dos acordos de Nova York e a Resolução 626/88 do Conselho de Segurança, ambos em dezembro de 1989, estabeleceram a primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola. Sob o comando do general-de-brigada brasileiro, Péricles Ferreira Gomes, essa visava monitorar a retirada dos soldados cubanos do território angolano e das forças sul-africanas do sul de Angola. A UNAVEM I veio a ser a mais eficiente e efetiva das intervenções das Nações Unidas no país. Para Maia (2006), a sua principal característica foi a simplicidade relativa demonstrada em seu planejamento e execução, tanto em termos de efetivos, por contar com um pequeno contingente de observadores militares, como normativos, com apenas três Resoluções do CS.

Em conjunto com a assinatura dos Acordos de Bicesse a UNAVEM II foi estabelecida. O objetivo da missão era observar e fiscalizar o processo de paz e as eleições gerais, no entanto, a sua coordenação adotou uma postura tolerante, a qual abriu espaço para a retomada do conflito. Segundo Patrício (1997), o Acordo pecou por não definir um mandato claro e abrangente às Nações Unidas, para além disso, a ONU dificilmente poderia supervisionar a implementação dos acordos em virtude de seus recursos insuficientes, o que conferiu uma falta de realismo e clarividência na condução do processo de paz. Sobre esse aspecto, Bender (1992) frisa que a ONU empreendeu, por exemplo, valores quatro vezes maiores na supervisão das eleições da Namíbia, um país que tinha um décimo da população de Angola. Nesse sentido, compreende-se que a UNAVEM II foi caracterizada por uma visão equivocada, tanto das Nações Unidas, ao não considerar as imensas desconfianças entre as



partes, como também do governo nacional, que se manteve preso a um conceito rígido de soberania, não percebendo que a concessão de um papel mais interventivo à ONU poderia tornar o processo mais efetivo (PATRÍCIO, 1997).

Em 1994, com a assinatura do Protocolo de Lusaka, foi estabelecida a UNAVEM III. Sua principal alteração veio a ser a priorização da conclusão das tarefas em detrimento aos prazos, também foram dispostos meios mais amplos, o contingente envolvido, por exemplo, aumentou em mais de dez vezes em relação à anterior (MAIA, 2006). Apesar de alguns êxitos, a missão foi encerrada sem cumprir com a estabilização política e social de Angola, sendo substituída pela MONUA, que esteve ativa entre 1997 e 1999. Essa se propunha a monitorar o clima político do país com a gradual retirada das forças da ONU. Consta-se que, tanto em termos financeiros como humanos, a missão possuía recursos amplos, mas, mesmo assim não foi concluída com sucesso. Após o fim do mandato, as Nações Unidas estabeleceram um escritório no país, o UNOA (*United Nations Office in Angola*), buscando cooperar com as autoridades angolanas para a pacificação do território nacional (MAIA, 2006).

No escopo das relações bilaterais, a política externa de Angola pode ser analisada partindo da fala do chanceler Van-Dúnem, durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU:

“[...] [os] problemas do desenvolvimento são inseparáveis do problema da paz. Sem paz não há estabilidade e sem estabilidade não haverá possibilidade de desenvolvimento. A implementação dos programas de desenvolvimento em nosso país é indissociável da estabilidade política e econômica” (1987, p. 33, tradução nossa).

Segundo Pegado (2014), a intensificação da guerra civil fez com que o MPLA conservasse boas relações com os países socialistas (fonte de apoio político e militar), no entanto, tornou-se cada vez mais evidente a importância em se estabelecer relações diplomáticas com o ocidente, de onde advinham as divisas da economia nacional. Logo, é possível afirmar que as relações bilaterais de Angola devem ser compreendidas tendo em perspectiva as linhas mestre do desenvolvimento econômico e da estabilidade.

Dentre as parcerias tradicionais, manteve-se com notório destaque as relações entre Luanda e Moscou. Embora tenha permanecido como a principal fonte de recursos das FAPLA e das tropas cubanas, a abordagem soviética em relação à guerra angolana foi se modificando ao longo da década de 1980. Quando em 1981, houve uma das maiores ofensivas sul-africana na província de Cunene, a URSS condenou o ato publicamente e enviou alguns navios de

guerra para um exercício militar na costa angolana, a fim de intimidar os agressores (SOMERVILLE, 1986). Com as novas invasões, em janeiro de 1984, Moscou concedeu um aumento da ajuda militar às forças angolanas (o terceiro em apenas dois anos). No final de 1985, George (2005) relata que o general Konstantin Shagnovitch chegou em Luanda para coordenar as próximas ofensivas. Junto dele foi enviado um grupo de oficiais soviéticos – os mais graduados já posicionados fora da periferia da URSS – e mais um carregamento de equipamentos militares no valor de US\$ 1 bilhão (incluindo mísseis AA de alta altitude e aeronaves que faziam parte da reserva estratégica europeia).

De certa forma, a robusta ajuda vinda do Kremlin pode ser compreendida como um reflexo soviético à diversificação de contatos galgada pela diplomacia angolana. Nesse mesmo sentido, MacFarlane (1992) explica que:

O estabelecimento de relações angolanas com a China, a cooperação angolana com o Ocidente em iniciativas de segurança regional e as negociações diretas angolano-sul-africanas podem ter sugerido que, a menos que a URSS aumentasse os benefícios tangíveis para Angola das relações soviético-angolanas, eles arriscavam perder sua posição lá. [...] Aumentos significativos na assistência econômica estavam fora de questão. A única alternativa era a assistência militar (p. 17, tradução nossa).

No entanto, ainda que mais limitada, a ajuda soviética para outros domínios além da defesa chegou a US\$ 2 bilhões entre 1984 e 1990 (SOMERVILLE, 1986). Na década de 1980, destacam-se o acordo de cooperação firmado no âmbito do Conselho de Assistência Econômica Mútua, em outubro de 1986, e a construção da barragem de Capanda iniciada em 1982, fruto de um consórcio entre as empresas Technopromexport, da Rússia, e a Odebrecht, do Brasil. A hidrelétrica consistia no projeto de maior investimento desde a independência e o maior empreendimento energético da África Austral na época (RAMOS, 2018).

Ademais, como já foi mencionado, o mar representou um vetor importante nas relações soviético-angolanas. Ultrapassando o setor de defesa, a parceria com Moscou teve um papel central para a reconstrução e desenvolvimento das atividades pesqueiras de Angola<sup>110</sup>. Como relatam Kolomnin e Remizov (2000), desde 1967, a URSS realizava pesca comercial na região Antártica, no entanto, a distância em relação ao território soviético causou

---

<sup>110</sup> Entre as décadas de 1970 e 1990, cerca de 200 embarcações pesqueiras soviéticas estavam constantemente localizadas na costa de Angola, produzindo até 800.000 toneladas de pescado por ano. Em um balanço geral, o Estado angolano recebeu: seis embarcações de pesca do tipo MRTK; duas embarcações de proteção de pescado com tripulações soviéticas; um cais flutuante soviético para a reparação de embarcações de pesca; foi também fundada uma instituição de ensino com professores soviéticos para a formação de especialistas angolanos para a frota pesqueira nacional; além um grupo de cientistas soviéticos que atuavam no Instituto de Pesca de Angola (KOLOMNIN; REMIZOV, 2000).

dificuldades consideráveis para reparos, entrega de grande quantidade de materiais e troca de tripulação. Em abril de 1979, um acordo de cooperação no domínio da pesca foi assinado entre os países, o que abriu a zona pesqueira angolana e seus portos para a frota soviética. Também foi criada uma expedição pesqueira conjunta e em 1980 foi fundada a sociedade mista soviético-angolana para a pesca, processamento e venda, visando o abastecimento do mercado interno angolano (KOLOMNIN; REMIZOV, 2000). Durante a visita de Lopo Nascimento a Moscou, no mês de janeiro de 1984, os países assinaram um protocolo de cooperação para a criação de um complexo pesqueiro em Angola (SOMERVILLE, 1986).

Todavia, a adoção da *perestroika* modificou a postura do governo soviético, que passou a adotar uma conduta em prol das soluções políticas (VISENTINI, 2012), no entanto, o desengajamento soviético foi um processo gradual. Os primeiros meses do governo Mikhail Gorbachev (1985-1991) foram assinalados pelo aumento substancial da assistência militar soviética a Angola (MACFARLANE, 1992). Essa foi seguida de uma declaração pública de apoio ao MPLA durante a visita do presidente angolano a Moscou, em 1986 (GEORGE, 2005). Entretanto, o custo-benefício do apoio concedido era cada vez menor e obstaculizava o avanço das relações com os EUA, para além disso, a estratégia de fornecimento de meios militares não favorecia a resolução do conflito e a pouca influência de Moscou nos países da região descartava o Kremlin como um possível mediador das disputas (MACFARLANE, 1992). Em vista disso, a URSS passou a buscar uma solução rápida para a guerra em Angola, buscando converter os recursos destinados ao país africano para a recuperação econômica soviética (GEORGE, 2005). A nova abordagem encontrou um movimento semelhante em Luanda, com a ascensão de novas lideranças no II Congresso do partido em 1985. De acordo com MacFarlane (1992), os novos quadros eram mais moderados e flexíveis às concessões e à mediação norte americana.

Apesar da postura mais afeita às negociações, o governo soviético e depois russo permaneceu apenas como observador nas rodadas de negociação dos acordos de paz. Assim, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da URSS em 1991, as relações entre Luanda e Moscou se mantiveram pacíficas e amigáveis, embora marcadas por um crescente distanciamento ao longo dos anos de 1990 (RAMOS, 2018). O 877º PMTO de Luanda foi dissolvido pelo Conselho Federal russo em junho de 1992. Assim, apenas em 1996, a cooperação militar foi reestabelecida, quando os países celebraram a assinatura de um acordo para o treinamento de militares angolanos na Rússia e o envio de especialistas russos para Angola. Autoridades do Kremlin visitaram Luanda no final da década, e em 1998 o presidente Dos Santos se reuniu com Boris Yeltsin em Moscou. Na ocasião, o líder africano enalteceu o

papel da Federação Russa na Troica dos Países Observadores de Paz em Angola e a postura ativa do governo russo nos fóruns internacionais defendendo a legitimidade do governo eleito de Angola. (ALVES, 2013). Devido à grave crise macroeconômica angolana, e à Rússia ser o seu principal credor, os Estados voltaram sua agenda bilateral para as negociações da dívida externa. Em 1996, foi negociado o perdão da dívida, quando o serviço já ultrapassava 50% do valor das exportações do país, considerando-a incobrável (RAMOS, 2018).

Assim como em relação à URSS, Cuba, entre 1979 e 2002, ocupou um espaço extremamente destacado na política externa de Angola. O relacionamento entre os dois Estados possuía um cariz desenvolvimentista, de resistência e autossuficiência política, abrangendo instrumentos para fazer frente ordem internacional hostil a esses projetos (GUEDES, 2011). O fim da Guerra Fria, os acordos de paz com a África do Sul e com a UNITA, além da notória crise econômica angolana levaram a diminuição das dimensões das iniciativas de cooperação técnica e culminaram na retirada das tropas cubanas de Angola. Dessa forma, nota-se que os acontecimentos do final da década de 1980 comprometeram a relação especial mantida entre os dois lados do Atlântico.

Segundo Hatzky (2012), os anos entre 1978 e 1984 representaram o período mais intenso de cooperação, com os projetos bilaterais mais abrangentes, especialmente na área da educação. Contudo, o déficit comercial dificultava o pagamento dos serviços prestados pelos cubanos sob o acordo de cooperação. Com o passar do tempo, as assimetrias se tornaram cada vez mais aparentes e a insuficiência estrutural e administrativa para salvaguardar o bem-estar das forças de trabalho cubanas fez com que diversos quadros, dentre os quais professores, regressassem a Cuba (HATZKY, 2012). Em paralelo, a cooperação em defesa se ampliou. Depois de conversações entre Havana, Moscou e Luanda, em janeiro de 1984, o governo cubano enviou um adicional de 7 mil soldados para responder as invasões das forças sul-africanas, no mesmo ano, Fidel também zerou os custos da assistência humanitária prestada (GEORGE, 2005).

Em fevereiro de 1982, o ministro Paulo Jorge e seu homólogo Isidoro Malmierca Peoli assinaram uma Declaração Conjunta de Princípios, destacando as condições para a retirada das tropas cubanas de Angola. Dentre essas estavam: a independência da Namíbia de acordo com a Resolução 435; eleições livres; a retirada das forças sul-africanas; ademais, qualquer decisão sobre a partida das tropas seria tomada bilateralmente entre Luanda e Havana. Durante a conferência tripartite anual em Moscou no ano de 1987, Castro incitou Dos Santos e Gorbachev a adotar uma política mais agressiva contra as ações de Pretória ao sul do território angolano (GEORGE, 2005). Assim, junto com as FAPLA, as tropas cubanas

levaram a cabo a histórica campanha militar de Cuito Cuanavale, a qual é considerada a mais prolongada no continente africano desde a Segunda Grande Guerra.

A vitória das forças angolanas, graças ao comprometimento de Cuba, forçou uma alteração estratégica do regime do *apartheid*, que desencadeou na assinatura do Acordo de Nova York (BEMBE, 2016). Dessa forma, os acordos do final dos anos 1980 e o colapso da União Soviética resultaram na dissipação do dinamismo de uma das parcerias mais paradigmáticas das relações exteriores de Angola. Quando os últimos soldados cubanos partiram em maio de 1991 e, em junho, o último navio deixou o litoral angolano, encerrou-se a intervenção cubana depois de 16 anos. Semelhante ao que ocorreu com Moscou, os contatos entre os dois países perderam uma certa centralidade. Havana percebia que o eminente fim da ajuda soviética poderia engatilhar um colapso econômico, enquanto Angola se voltava ao ocidente, mantendo, contudo, o apoio ao Estado cubano, denunciando reiteradamente o embargo econômico ao país nas Nações Unidas.

Percebe-se assim, que os rumos da política externa angolana nesse período foram substancialmente determinados pelos conflitos regionais (COLLELO, 1989). Portanto, compete destacar de forma mais detalhada a evolução da ação regional de Luanda ao longo das últimas décadas do século XX. A desestabilização de um potencial satélite soviético na África atraiu apoio político da Europa e financeiro do Oriente Médio (BIRMINGHAM, 2006). Nesse sentido, como já foi mencionado, a guerra se intensificou durante os anos de 1980. Isso ocorreu graças à reação de oposição intercontinental estadunidense e o antagonismo regional sul-africana ao governo do MPLA e aos avanços da SWAPO. Os EUA introduziram a política de *linkage*<sup>111</sup> em 1981, a qual condicionava o fim da ocupação da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola. Tal associação, além de não constar na Resolução 435/78 da ONU, representava uma séria tentativa de ingerência em assuntos internos do Estado angolano (ALVES, 2013). A reação de Pretória a à deterioração do seu controle regional, iniciada na década de 1970, atingiu seu ponto mais alto nos anos seguintes, com a adoção de uma política agressiva de desestabilização dos países da região. Parte dessa estratégia tratava-se do financiamento de grupos opositores aos regimes críticos ao *apartheid*.

Em dezembro de 1980, depois de se encontrar com o líder da UNITA, a África do Sul assegurou o fornecimento de instrutores, caminhões, armas, combustível e bases logísticas na Namíbia. A partir de então, entre 1981 e 1987, a UNITA e os sul-africanos invadiram

---

<sup>111</sup> Vale apontar que, enquanto para Carter as tropas cubanas deveriam se retirar após a independência (como previa a resolução da ONU), para Reagan, a retirada das tropas era um condicionante à independência da Namíbia.

repetidamente Angola, mantendo um contingente de ocupação ao sul (PATRÍCIO, 1997). Além do governo de Pretória, outras nações africanas continuaram apoiando a UNITA durante a década de 1980. Segundo Collelo (1989), Senegal, Togo, Malawi e Somália proviam ajuda material ao movimento insurgente. Já o Zaire, apesar dos acordos da década anterior, ainda permitia o trânsito livre dos beligerantes nas suas fronteiras, ademais, cidadãos do país forneciam suporte logístico e financeiro ao grupo.

Assim, em concordância com Castellano (2017), compreende-se que a política externa regional angolana empregada até os anos de 1998 pode ser resumida em três linhas de ação principais: a) a solidariedade revolucionária no amparo à SWAPO e ao CNA, ideologicamente relevantes e instrumentos de barganha frente aos principais apoiadores da UNITA; b) a configuração de alianças regionais no âmbito da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e dos ELF; e c) a adoção de políticas de fortalecimento das capacidades do Estado, especialmente militar, com a garantia de amparo constante por aliados extrarregionais por meio do fornecimento de assessores e equipamentos. Dentre todas, a última era uma das frentes vitais, pois caso as outras fossem comprometidas seria essa que asseguraria a sobrevivência do Estado diante das ameaças (CASTELLANO, 2017).

Tendo isso em vista, identifica-se que em 1984, o desgaste da guerra e a escalada da violência – principalmente em regiões que colocavam em risco os interesses das multinacionais estadunidenses – levaram ao Acordo de Lusaka<sup>112</sup>. Assinado entre Dos Santos e P. W. Botha, com a mediação dos EUA, o documento estabelecia a retirada sul-africana de Angola e a proibição do uso do território angolano como base para a SWAPO. O fim da Emenda Clark, em 10 de julho de 1985, favoreceu a situação da UNITA na guerra civil. Savimbi se encontrou com o presidente Ronald Reagan em janeiro de 1986, quando foi criado um plano de assistência militar encoberta à UNITA no valor de US\$ 15 milhões por ano, também estavam inclusos nesse pacote, mísseis antitanque e antiaéreos (PATRÍCIO, 1997). Segundo Birmingham (2015), Washington ainda usava Estados intermediários, como a Bélgica, Suíça, Israel, para armar os guerrilheiros da organização, o financiamento, por sua vez, era canalizado pela Arábia Saudita e outros parceiros comerciais ocidentais.

Em 1987, a África do Sul voltou a apoiar a UNITA, e em novembro iniciou-se a Batalha de Cuito Cuanavale, que se estendeu até março de 1988. A derrota das forças sul-

---

<sup>112</sup> No entanto, Botha não negociou suas relações com a UNITA, que estava cada vez mais dependente do financiamento sul-africano e norte-americano, além de descumprir o Acordo retomando os ataques em 1986 (VISENTINI, 2012).

africanas e de seus aliados evidenciou que o custo militar e político de tentar derrubar o governo angolano superava o ganho futuro, ademais, a queda no preço da energia mundial secundarizou a importância do controle da Namíbia pelas potências ocidentais<sup>113</sup> (BIRMINGHAM, 2015). Tais fatores insentivaram, depois de oito anos de negociações sob mediação da diplomacia estadunidense, a assinatura do Acordo Tripartite de Nova York (Cuba, Angola e África do Sul) e o Acordo Bilateral (Angola e África do Sul) em dezembro de 1988. Sobre os documentos, George (2005) assinala que, o acordo final abrangeu uma série de concessões pela frente soviética-cubana-angolana. Entre elas estavam o abandono de quaisquer condicionantes quanto ao regime do *apartheid*, a aceitação da retirada total das tropas cubanas de Angola em um período reduzido e a inexistência de qualquer disposição para cessar a assistência dos EUA à UNITA.

Todavia, para Collelo (1989), a participação angolana nos acordos regionais foi um movimento pragmático, pois

Os acordos prometiam ganhos globais, mas não sem custos. Eles acarretaram a eventual perda de apoio militar cubano ao MPLA-PT, mas por outro lado projetavam possíveis benefícios na melhora das relações com a África do Sul - principalmente o fim da insurgência apoiada pelo governo sul-africano. Os acordos também sugeriram possíveis benefícios com a melhora do comércio regional, associação ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e empréstimos para fins de desenvolvimento. O presidente dos Santos pretendia reduzir a participação de Angola nos custos da presença cubana, reduzir as tensões sociais nas áreas onde estavam estacionadas unidades militares cubanas e enfraquecer o argumento da UNITA de que o MPLA-PT permitiu que uma força de ocupação se instalasse em Angola. O MPLA-PT também esperava obter um governo amigável da SWAPO na vizinha Namíbia e o fim do santuário para as forças da UNITA no território namibiano (COLLELO, 1989, p. 195, tradução nossa).

Nesse aspecto, a Batalha de Cuito Cuanavale representou um ponto de viragem decisivo no quadro geopolítico da região. A vitória da FAPLA e das tropas cubanas criou condições propícias para: a implementação da Resolução nº 435/78, a Proclamação da Independência da Namíbia, a queda do regime do *apartheid*, a liberação de Nelson Mandela e a democratização da África do Sul (BERNARDINO, 2013). Assim, para o autor (2013), o sucesso das forças nacionais eliminou os principais fatores externos que ainda condicionavam a dissolução do conflito, permitindo, a partir de então, que as negociações se desenvolvessem entre os atores nacionais. Acrescenta-se a isso, que o país foi favorecido pela distensão da ordem regional e pela abertura de novos espaços de atuação. Dessa forma, um ordenamento

---

<sup>113</sup> Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo com a independência, o porto de *Walvis Bay* permaneceu controle da África do Sul até fevereiro de 1994.

menos agressivo aos interesses do MPLA viabilizou que o governo se voltasse à resolução do conflito interno<sup>114</sup> (CASTELLANO, 2017).

Em 1990, P. W. Botha encontrou-se com o Eduardo dos Santos em Luanda, marcando o início de uma fase de normalização das relações entre os dois países. De fato, as relações diplomáticas só foram estabelecidas em maio de 1994, com a abertura de embaixadas e a assinatura do Protocolo de Cooperação Económica pelo ministro Venâncio de Moura e seu homólogo sul-africano, Alfred Nzo. Nos anos seguintes, os contatos estabelecidos no governo Mandela (1994-1998) foram excelentes, diversamente de seu sucessor Thabo Mbeki (1999-2008), devido ao choque de interesses envolvendo as crises na República Democrática do Congo (Zaire) e no Zimbábue (ALVES, 2013). Guedes (2011), por sua vez, chama atenção para conexão existente entre as transformações no relacionamento bilateral dos dois países e a crescente interdependência econômica, que favoreceu uma maior sintonização política.

No que tange às relações continentais, o seguinte quadro se configurou. Com os PALOP, os elos de cooperação e concertação política caminharam para o adensamento da institucionalização dos mecanismos de cooperação multilateral (ALVES, 2013). Na porção austral, Angola se tornou uma liderança entre os Estados da Linha de Frente, almejando pressionar as nações ocidentais a responder às agressões promovidas por Pretória. De forma pontual, destaca-se que a independência do Zimbábue em 1980, sob o governo marxista de Robert Mugabe, favoreceu a posição angolana ao conferir mais um aliado ao MPLA na região. Ademais, segundo Pegado (2014), com o Zimbábue independente os ELF puderam redefinir suas estratégias, redirecionando os objetivos militares e políticos em econômicos.

Nesse sentido, visando aumentar o comércio e superar a dependência econômica em relação à África do Sul, foi criada em 1980 a SADCC, na qual o Estado angolano coordenava o comitê ministerial sobre política regional energética. Desde o princípio, o país manteve um papel central na organização, na dimensão político-estratégico e no âmbito técnico-logístico, especialmente em questões sobre o petróleo. A abolição do regime do *apartheid* inaugurou um novo contexto para a cooperação regional. Assim, em 1992 os Chefes de Estado assinaram a Declaração e o Tratado de Criação da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), visando alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico dos seus membros através de um processo de integração (PEGADO, 2014). Esse gradualmente

---

<sup>114</sup> Nesse sentido, uma conquista importante de Angola foi a aprovação por unanimidade da resolução nº 864/1993, de 15 de setembro de 1992, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impunha sanções militares contra a UNITA e reconhecia o direito do governo angolano à legítima defesa. Segundo Ramos (2018), foi a primeira vez que o órgão evocava o Cap. VII da Carta para um partido político ou uma entidade não estatal, até então, este instrumento só havia sido aplicado em relações entre Estados membros.



passou a abranger mais Estados da região, como a própria África do Sul, que aderiu a organização em 1994. Em 2001, na Namíbia, durante a Cimeira Extraordinária de Vindouke, foram formados os Comitês Nacionais da SADC e o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança, importantes mecanismos para o aprofundamento da integração económica regional (ALMEIDA, 2009). Em 2002, Angola assumiu a presidência rotativa do organismo

Ultrapassando a África Austral, outra nação de importância destacada no continente era a Nigéria. Contudo, os contatos mais próximos entre os dois países foram obstaculizados nesse período, em razão das crises económicas dos anos 1970 e 1980, da proximidade de Abuja com o ocidente e das diferenças políticas e culturais (COLLELO, 1989). Em 1985, Angola fundou – em conjunto com Burundi, Camarões, Chade, Guiné-Equatorial, República do Congo, República Centro-Africana, Ruanda e São Tomé e Príncipe – a Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC). O organismo tornou-se um instrumento importante para a projeção angolana na resolução dos conflitos nos Grandes Lagos. Compete ainda assinalar o papel do Estado angolano como mediador da assinatura do Acordo de Luanda, entre os presidentes da República Democrática do Congo e de Uganda, em setembro de 2002. Desse modo, como afirma o chanceler Miranda, Angola passa a se projetar como “um factor de estabilidade na África Central” (MIRANDA, 2002, p. 23, tradução nossa).

Tendo isso em vista, compreende-se que o comprometimento da política africana de Angola gerou um capital político diplomático que impulsionou a candidatura do país ao posto de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cargo que exerceu duas vezes durante o período de 2003 a 2004 e de 2015 a 2016. A primeira candidatura foi feita em junho de 2002, invocando a participação na solução dos conflitos armados no Congo Brazzaville, na República Democrática do Congo e nos Grandes Lagos. Sobre este evento, Alves (2013) sublinha a articulação bilateral de Ismael Martins, representante permanente de Angola nas Nações Unidas, obtendo a aprovação da entrada do país, em setembro de 2002, com 181 votos favoráveis.

A participação no principal órgão das Nações Unidas, meses depois de chegar ao fim do conflito civil, o qual se estendeu por 27 anos, representou, segundo Sita (2017), um marco importante para a diplomacia angolana, refletindo em uma mais-valia para a imagem do país no sistema internacional. Nesse sentido, a agenda angolana no CS, em um período no qual a questão do Iraque predominava, privilegiou a resolução das crises políticas na África, notoriamente na Região dos Grandes Lagos, mas também na Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria e Somália.

Para além da reconciliação com a África do Sul, pode-se afirmar que a normalização das relações com os EUA ocupava um lugar de destaque na agenda da política exterior angolana. Uma vez que, o reconhecimento internacional da superpotência capitalista contribuiria em significativa medida para a legitimação de Angola sob o governo do MPLA. De acordo com Pegado (2014), depois do fim da Guerra Fria, Savimbi tornou-se um elemento desestabilizador que ia de encontro com os interesses do Ocidente em Angola. Todavia, a proximidade entre o executivo estadunidense e o líder da UNITA perdurou durante a administração de George H. W. Bush, embora, o *lobby* do grupo tenha se enfraquecido depois da divulgação de casos de abusos aos Direitos Humanos<sup>115</sup>. Assim, o primeiro ato de política externa do presidente foi o envio de uma carta a Savimbi, assegurando que a ajuda dos Estados Unidos se manteria até a paz – um auxílio estimado entre US\$ 50 e 60 milhões de 1989 a 1993 (PATRÍCIO, 1997).

Em paralelo a isso, no início dos anos de 1990, a diplomacia angolana, reclamava uma postura mais neutral dos EUA. Em setembro de 1991, Eduardo dos Santos se encontrou com George Bush pactuando a instalação do Escritório de Interesses de Angola na capital estadunidense. O escritório foi o sustentáculo de uma diplomacia mais atuante no país e propulsora dos contatos empresariais. O governo de Luanda buscava montar um forte *lobby* político-econômico em Washington, objetivando opor o *lobby* da UNITA, de modo que aos poucos as “políticas de corredor começavam a surtir efeitos no terreno” (RAMOS, 2018, p. 633).

As primeiras mudanças nas relações entre os dois Estados passaram a ser identificadas após a assinatura dos acordos de Nova York. Da parte estadunidense pontua-se a aprovação de um pacote de US\$ 10 milhões, disponibilizados por intermédio de ONGs, para a desmobilização e reiteração civil das tropas, bem como para o processo de democratização e apoio aos partidos políticos. Foram também, disponibilizados três aviões C-130 para auxiliarem o processo eleitoral (ANSTEE, 1997). Neste laborioso esforço para a obtenção do reconhecimento pelos EUA, um movimento hábil da diplomacia angolana foi o estabelecimento de uma série de contatos com três instituições norte-americanas especializadas em questões eleitorais<sup>116</sup> – o Instituto Nacional Democrático, o Instituto Internacional Republicano e a Federação Internacional para Sistemas Eleitorais. O nexos da

---

<sup>115</sup> Em 1992, foi divulgado que casos de cárcere e tortura contra alguns membros da UNITA que possuíam uma importante articulação em Washington, como Tito Chingunji, representante do grupo na capital americana.

<sup>116</sup> Nesse sentido foi elaborada pelo governo angolano uma lista de convidados para atuarem como observadores eleitorais, nela estavam: acadêmicos, empresários e políticos norte-americanos, como o ex-presidente James Carter (que apesar do convite não pode comparecer) (PATRÍCIO, 1997).

estratégia angolana era de que quanto maior fosse o envolvimento estadunidense, menor suspeitas existiriam em relação à transparência de todo o processo eleitoral (PATRÍCIO, 1997)

Com fim da bipolaridade, Luanda adotou uma postura de crescente validação do poder norte-americano, pois “[...] viu-se na contingência de ter de alterar as parcelas agonísticas do seu relacionamento com uns Estados Unidos doravante virtualmente incontestados na região” (GUEDES, 2011). Desse modo, segundo o embaixador José Patrício (1997), com a queda do Muro de Berlim, Angola e EUA iniciaram uma “lenta e cautelosa aproximação”. Na realidade, desde a presidência Carter existiam planos na Casa Branca para o reconhecimento de Angola, todavia, a postura de Reagan, favorável à intervenção direta no país e à invasão soviética do Afeganistão, tolheu qualquer movimento de aproximação política. A normalização das relações foi favorecida pelo pragmatismo comercial que permitiu manter, “apesar de tudo, elos de contato que viriam a ser instrumentais na aproximação e remoção de todas as cláusulas impeditivas do normal relacionamento” entre as duas nações (PATRÍCIO, 1997, p. 151).

O reconhecimento, no entanto, só se deu no governo de Bill Clinton, em 13 de maio de 1993, depois das eleições multipartidárias em Angola. No ano seguinte, as duas nações assinaram um acordo reafirmando o desejo de estimular as atividades econômicas<sup>117</sup>. Em 1995, foi nomeado Donald Steinberg, antigo diretor para a África no Conselho de Segurança Nacional, como embaixador dos EUA em Angola. E em dezembro, o presidente José Eduardo dos Santos foi recebido na Casa Branca para tratar da evolução do processo de paz angolano, o futuro da cooperação bilateral e a exploração de petróleo. No ano de 1994, por exemplo, foram registrados níveis recordes de produção pela Chevron e um envolvimento crescente da Exxon Mobil na exploração de petróleo angolano de águas profundas (PATRÍCIO, 1997). No mesmo sentido, ao se analisar a série histórica fornecida pelo *Census Bureau* (2020), nota-se que as relações comerciais evoluíram substancialmente no período. Assim, se em 1985 as exportações angolanas somavam US\$ 1053,6 bilhões e as importações US\$ 136,9 bilhões, dez anos depois os valores já eram US\$ 2232,3 bilhões e US\$ 259,7 bilhões respectivamente, atingindo no final de 2002, US\$ 3122,7 bilhões em exportações e US\$ 374,2 bilhões em importações.

---

<sup>117</sup> O acordo visava a promoção do desenvolvimento econômicos e das capacidades produtivas do país, incentivando o investimento privado direto americano, por meio dos serviços da OPIC (Corporação para o Investimento Privado no Exterior) na forma de seguros de capital e garantias ao investimento privado norte-americano em projetos em Angola (PATRÍCIO, 1997).

Nesse mesmo sentido, atenta-se para uma centralização das exportações angolanas para os EUA na década de 1990, ao se observar os dados gerais do comércio exterior de Angola. Assim, ainda que no período anterior o Estado tenha conseguido manter um relativo equilíbrio na distribuição de suas exportações, balanceadas entre América Latina, Europa e América do Norte, na década de 1990 isso já não se verificava. Tal tendência começou a ser ajustada nos anos 2000 com o aumento das exportações para a Ásia, um reflexo direto dos primeiros movimentos de aproximação com a China. Cabe também mencionar que em relação às importações, a Europa se manteve como o principal fornecedor, com destaque para Portugal, França e Bélgica.

**Tabela 3 – Distribuição das exportações angolanas em 1995 e 2002 (%)**

| <b>Região</b>           | <b>1995</b> | <b>2002</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| <b>América do Norte</b> | 65%         | 41%         |
| <b>Ásia</b>             | 9%          | 31%         |
| <b>Europa</b>           | 22%         | 27%         |
| <b>África</b>           | 1%          | 1%          |
| <b>América Latina</b>   | 3%          | 0,15%       |

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC)

**Tabela 4 – Distribuição das importações angolanas em 1995 e 2002 (%)**

| <b>Região</b>           | <b>1995</b> | <b>2002</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| <b>Europa</b>           | 64%         | 50%         |
| <b>África</b>           | 10%         | 20%         |
| <b>América do Norte</b> | 15%         | 13%         |
| <b>América Latina</b>   | 2%          | 9%          |
| <b>Ásia</b>             | 9%          | 8%          |

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC)

Sendo assim, pode-se afirmar que o mapa de parcerias composto por países ocidentais capitalistas pesou no processo de inflexão da política externa e no deslocamento de alianças políticas do leste para oeste, promovendo uma nova postura de Angola em sua inserção no xadrez político mundial (CONCEIÇÃO, 1999). Nesse sentido, também as relações com a Europa Ocidental se tornaram cada vez mais substanciais. Sublinha-se que o movimento de dissolução do bloco soviético, impeliu o Estado a “alterar e demonstrar a sua *realpolitik* em

relação ao Ocidente” (PEGADO, 2014, p. 114). Entretanto, o adensamento e a maior convergência nas relações com a Europa Ocidental e os EUA vieram acompanhados de múltiplas condicionalidades políticas e econômicas impostas pelas potências capitalistas como pré-requisito para que acordos fossem estabelecidos (GUEDES, 2011). O que se traduziu em uma nova variável no cálculo de ação da política externa angolana.

O mais paradigmático indicador desse processo foi a adesão à Convenção de Lomé em 1985, a qual integrou Angola ao grupo dos países da África, Caribe e Pacífico (ACP) – associado à Comunidade Econômica Europeia (CEE). O que permitiu que o Estado se tornasse elegível para obtenção de financiamentos sob o Acordo Lomé III, contribuindo para o aumento da ajuda internacional ao país. Em 1986, a CEE enviou uma delegação para se fixar em Luanda, e no ano seguinte Angola se tornou o país que mais aderiu aos acordos de cooperação entre os membros do ACP (ALVES, 2013). Sobre as relações com a Europa Ocidental percebe-se que a aproximação não representou um movimento inédito, pelo contrário, desde 1978 a CEE já havia concedido o estatuto de observador para Angola nas renegociações da Convenção de Lomé (VIDAL, 2016). Um segundo aspecto relevante é que, apesar da dinamização dos contatos, a organização não teve uma presença ativa no processo de paz angolano, sendo criticada por seu pouco envolvimento (BENDER, 1992).

Em termos bilaterais, Alves (2013) nota que a Itália junto com a Bélgica e a França foram, dentre os europeus a oeste da cortina de ferro, os países mais visitados por Eduardo dos Santos nas últimas décadas do século XX. Em 1981, o ministro Paulo Jorge viajou para Roma, e no ano seguinte seu homólogo italiano foi recebido em Luanda. No mesmo período, foi firmado um acordo de partilha de produção petrolífera na região do Soyo, o que permitiu o início da exportação de petróleo bruto para o mercado italiano (ALVES, 2013). Mas além do setor energético, as linhas de força da cooperação entre os dois países também abrangiam a agricultura, a indústria rápida e o setor pesqueiro.

No mesmo sentido, vale mencionar: os projetos de desenvolvimento de pequena escala obtidos com a Suécia; o acordo de assistência vinculada para a compra de equipamentos firmados com o governo francês; e os créditos de US\$ 140 milhões fornecidos por Lisboa, para a recuperação das companhias angolanas prejudicadas pelo êxodo em massa de portugueses depois da independência; e a cooperação entre o governo luso e algumas *joint ventures* angolanas (COLLELO, 1989). No domínio militar, destaca-se que os textos do Acordo de Bicesse incumbiram a Portugal, Inglaterra e França a responsabilidade de treinar as recém-criadas Forças Armadas nacionais (BENDER, 1992). Outro aspecto importante no que se refere aos Estados europeus foi o fornecimento de ajuda humanitária. A Alemanha

Ocidental, por exemplo, com a qual houve uma melhora das relações concretizou, em 1987, um acordo de doação de 3600 toneladas de alimento para o governo angolano (COLLELO, 1989).

Pode-se dizer que um dos objetivos de Angola ao se aproximar das nações europeias capitalistas era também desidratar as fontes de financiamento e apoio político da UNITA. Segundo Ramos (2018), no início da década de 1980 o grupo se encontrava muito mais forte militar e diplomaticamente, com representações em Portugal, França, Reino Unido, Suíça, Alemanha Ocidental, mantendo notáveis aliados entre políticos, líderes partidários, empresários, jornalistas e antigos membros de governo. Em Portugal, Savimbi mantinha importantes contatos com Mário Soares, fazendo de Lisboa uma segunda base da UNITA, bem como o centro de encontro de dirigentes da CIA e do serviço secreto sul-africano (RAMOS, 2018).

No que tange a França, é válido mencionar o episódio do *angolagate*, o qual repercutiu sobre as relações entre os dois países durante grande parte da primeira década do século XXI. O episódio constituiu um imbróglgio de venda de armas intermediado pelo filho do presidente francês ao Estado angolano, no contexto de retomada da guerra civil, em uma altura em que a UNITA, apoiada pelo ministro da Defesa, François Léotard, já ocupava 80% do território nacional. Como sintetiza Ramos (2018), o quadro político francês se dividia entre o presidente socialista, François Mitterrand, e o primeiro-ministro gaullista, Édouard Balladur, inviabilizando qualquer ajuda militar ao governo Dos Santos. Diante disso, Jean-Christophe Mitterrand, filho do presidente, intermediou, por meio de uma diplomacia paralela, uma operação triangular de aquisição de armamento nos países da Europa do Leste.

A estratégia angolana também passava pelas relações com os Estados emergentes, nesse sentido, durante o seu pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, o ministro Van-Dúnem reconheceu o aumento da cooperação sul-sul como vital para o alívio da crise econômica. Todavia, essa não representava uma alternativa à cooperação com o Norte, que também era uma prioridade de acordo com o chanceler. Assim, na medida do possível, dada a conjuntura de transição sistêmica, muito além de abranger os Estados centrais ocidentais, o plano de diversificação de parcerias logrou aprofundar as relações com o Brasil, mas, bem mais do que isso, também lançou as bases do que se tornaria um dos principais pilares da política externa angolana no século XXI: as relações com a China.

No que tange o Brasil, verificou-se o aprofundamento dos laços de cooperação e comerciais fundamentados na complementariedade dos mercados e dos aspectos comuns entre as duas nações. Em outubro de 1979, o Governador do Banco de Angola, João Victor de

Carvalho visitou o Brasil em vistas de ampliar os contatos entre os dois países. Em junho do ano seguinte, Saraiva Guerreiro, tornou-se o primeiro chanceler brasileiro a visitar Angola, onde se encontrou com o presidente José Eduardo dos Santos. Na ocasião foram assinados o Acordo de Cooperação Cultural e Científica e o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Em fevereiro de 1982, retribuindo a visita e reafirmando os esforços de expansão das relações, o ministro Paulo T. Jorge visitou Brasília. No entanto, Angola só enviaria, Francisco Romão de Oliveira e Silva, seu primeiro embaixador no Brasil em junho de 1987.

Embora a conjuntura econômica brasileira limitasse cada vez mais sua participação em projetos no continente africano, as relações entre os dois Estados foram favorecidas pela adoção do *countertrade*, que permitia o uso do petróleo angolano para o pagamento das mercadorias e serviços importados do Brasil. O instrumento constituía um verdadeiro “trunfo de autonomia” (SANTANA, 2003 p. 121) aos Estados periféricos constrangidos pela crise da dívida externa e a alta dos juros. Durante a década de 1980, também se destaca a criação da Comissão Mista de Cooperação Bilateral Brasil-Angola (no âmbito da qual foram definidos os termos para a construção da hidrelétrica de Capanda) e a primeira compra de material bélico brasileiro por Angola. A negociação foi efetivada em junho de 1986, por meio de uma linha de crédito no valor de US\$ 150 milhões. Foram adquiridas uma série de unidades dos caminhões EE-15, EE-25 e EE-50 fabricados pela brasileira Engesa S.A (FOLHA DE S. PAULO, 1986a). O contrato ainda previa a instalação de uma unidade industrial de montagem para a reforma de 30% da frota de veículos pesados angolanos (FOLHA DE S. PAULO, 1986b).

José Sarney foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar Angola, a viagem oficial ocorreu em janeiro de 1989 e resultou na assinatura do Acordo no Domínio dos Transportes Marítimos e do Ajuste Complementar, na Área de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural, ao Acordo de Cooperação de 1980. Já Dos Santos, só visitou o Brasil, pela primeira vez, por ocasião da posse do Presidente Fernando Collor de Melo. Esse esteve em Angola no ano seguinte, quando foi assinado Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional que instituía o intercâmbio de estudantes angolanos em universidades brasileiras. A troca de visitas foi repetida durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1993, e retribuída pelo presidente José Eduardo dos Santos dois anos mais tarde, quando foi assinado o Acordo para o reescalonamento da dívida angolana com o Brasil. A reestruturação da dívida já havia sido abordada no final da década anterior e para o governo brasileiro a medida buscava “apoiar Angola na difícil conjuntura que o país atravessa, em que

necessita concentrar todos os recursos disponíveis para a defesa de sua soberania” (COMUNICADO CONJUNTO, 1988, p. 107).

Compete ainda mencionar que, para além dos atores diplomáticos, a aproximação entre os dois Estados também foi fomentada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a Petrobras e empresas como a Sisal e o Grupo Pão de Açúcar (VIZENTINI, 2004). Outro ator significativo, foi a Odebrecht, segundo analisa Alencastro (2020), a atuação desenvolvida pela empreiteira no país africano contribuiu para a consolidação da autoridade territorial do Estado, recebendo, em contrapartida, acesso a setores-chave da economia.

A Odebrecht chegou em Angola na década de 1980 para construir a já mencionada hidrelétrica de Capanda (finalizada apenas em 2004). Mas além das diversas obras de infraestrutura, sublinha-se a atuação da empresa na administração do consórcio da Sociedade Mineira de Catoca (SMC), a partir de 1993. O mesmo ano em que a UNITA havia retomado os ataques militares ao governo e estabelecido o controle de aproximadamente 80% do território nacional. O grupo, com o fim da Guerra Fria, havia liquidado com grande parte do financiamento internacional, garantindo seus recursos por meio do comércio ilegal de diamantes, chegando a arrecadar até US\$ 400 milhões por ano (SZAJKOWSKI, 2004), usados para adquirir as antigas armas do Pacto de Varsóvia disponíveis no mercado negro. A condição de guerra civil era um imenso desafio para o Estado angolano, deixando mais de 1.500.000 mortos, quatro milhões de deslocados internos (um terço da população) e quase meio milhão de refugiados nos países vizinhos (SZAJKOWSKI, 2004).

Tendo em vista esse quadro, o governo do MPLA colocou em prática o que se provou ser uma eficiente estratégia para desidratar as fontes de recursos da UNITA e consolidar o controle sobre os territórios ocupados pelas forças da oposição por intermédio da atuação de multinacionais. A partir desse quadro, Alencastro (2020) demonstra a atuação da Odebrecht, como uma das diversas empresas privadas, que o governo incumbiu de ocupar, administrar e extrair os diamantes nas regiões ocupadas pela guerrilha. Nesse sentido, o autor explica que, depois de conquistada em uma operação de guerra a empresa brasileira ocupou com as forças militares a mina de Catoca, operando durante dez anos em completa autonomia em relação ao resto da província. Assim, compreende-se que

[...] a função dos dois projetos de Catoca e Capanda ia muito além da criação de riqueza. Graças à hidrelétrica de Capanda, o Estado angolano conseguiu reafirmar sua soberania numa região altamente disputada justamente quando seus dias pareciam



contados aos olhos dos investidores internacionais. Por meio da conquista da mina de Catoca, o governo iniciou uma operação de resgate do setor diamantífero, que culminou com o isolamento econômico da Unita e, pouco depois, o término da guerra civil. Em outras palavras, a Odebrecht foi bem-sucedida em Angola porque soube colocar-se a serviço dos objetivos políticos e militares do Estado angolano (ALENCASTRO, 2020, p. 134).

Outro avanço importante da diplomacia angolana foi o estabelecimento dos primeiros contatos com a China. Em maio de 1975, uma delegação do MPLA liderada por Lúcio Lara havia visitado o Estado chinês solicitando o fornecimento de treinamento militar para alguns guerrilheiros do grupo, a China, no entanto, no âmbito da disputa sino-soviética mais ampla, deu prioridade aos oponentes do MPLA (SZAJKOWSKI, 1981). Dessa forma, o impulso inicial de aproximação se deu na defesa comum da candidatura, em 1981, de Salim Ahmed Salim – ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia e o representante do Terceiro Mundo – para o cargo de Secretário Geral da ONU. As relações diplomáticas se estabeleceram em 1983 durante a visita do vice-ministro das Relações Exteriores da China, Gong Dafei, a Luanda. Compreende-se que a harmonização das relações sino-angolanas, para além de compor a estratégia de diversificação de parcerias de Angola, foi impulsionada por fatores como a redução da influência soviética no continente africano e pela política de segurança energética e busca de novos mercados que levou Pequim a aderir a uma postura menos crítica (ALVES, 2013).

É válido pontuar também que foi durante a década de 1980 que as primeiras Companhias Nacionais de Petróleo foram fundadas como: a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) em 1982, a *China Petrochemical Corporation* (Sinopec) em 1983 e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) em 1988. O primeiro acordo entre as nações foi assinado em 1984, e no ano seguinte estabeleceu-se a Comissão Mista para Economia e Comércio. Ao longo do período as relações avançaram qualitativamente e em 1988, durante a primeira visita de Dos Santos como presidente da RPA à China, os países assinaram oito novos acordos de cooperação. É possível verificar, assim, os esforços da diplomacia angolana para estabelecer as bases do que se tornaria um dos principais eixos da política externa angolana no pós-guerra civil. Em termos de comércio bilateral, as trocas aceleraram nos anos 2000, quando as exportações angolanas ultrapassaram US\$ 1,8 mil milhões, mas ao longo da década de 1990 o comércio variou entre 150 e 700 milhões de dólares (MORAIS, 2011).

De modo semelhante, também é relevante sublinhar o estabelecimento de relações diplomáticas com a Índia em 1985, seguida pela troca de visitas entre o primeiro-ministro indiano e José Eduardo dos Santos, entre 1986 e 1987. Além da parceria comercial na venda

de petróleo, a partir de 1989, estudantes angolanos passaram a ser enviados a Índia para formação nas áreas de Ciência, Comércio, Farmácia e Línguas (ALVES, 2013).

Logo, tendo em vista os processos e elementos destacados pode-se afirmar que a atuação internacional do Estado angolano se deu a partir do que Francisco (2013, p. 124) caracteriza como uma “coerência possível”. Ou seja, diante das alterações do quadro da Guerra Fria, do posterior desmantelamento do bloco soviético e da reconfiguração de forças regionais, as presidências de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos se pautaram por uma ação internacional pragmática, que permitiu ao Estado angolano conquistar o reconhecimento internacional, garantir a unidade territorial e o estabelecimento da paz, cessando as disputas militares que contestavam a soberania do governo nacional. A política externa sustentou a política interna na materialização dos objetivos teleológicos do Estado. Assim, o novo contexto político, inaugurado em 2002, conferiu as condições necessárias para a recuperação e o desenvolvimento de infraestruturas por meio de novas parcerias, levando Angola adotar uma postura mais ativa e pragmática a nível multilateral e bilateral (BEMBE, 2016).

Tendo isso em vista, o ministro das Relações Exteriores de Angola (2010-2017), Georges Rebelo Chikoti, analisa que o período de guerra permitiu ao país amadurecer em vários aspectos políticos, passando a priorizar o desenvolvimento regional. Dessa percepção deriva o forte multilateralismo da diplomacia angolana compreendido como um instrumento diante dos “desafios em termos de segurança” e dos “desafios em termos de reconstrução econômica e integração regional” (CHIKOTI, 2012, p. 05, tradução nossa). Para tanto, Angola, no início do século XXI, emergiu como uma potência regional e um Estado-diretor na África Austral (ALMEIDA, 2009). A capacidade militar e a posição ativa do país na contenção dos conflitos regionais, conferiu-lhe o posto de potência militar regional que se projeta com uma política externa propositiva e pragmática para suas principais regiões de interesse, notadamente, a porção austral e central do continente africano e o Golfo da Guiné.

## 6 CONCLUSÃO

Os três períodos que formam a história da política exterior angolana são caracterizados por distintos graus de autonomia e de capacidade de ação do Estado no sistema internacional. Tendo isso em vista, o presente trabalho teve como objetivo realizar um debate a respeito dos conceitos relacionados à definição da ação internacional angolana, compreender os processos de colonização e descolonização de Angola, investigar as relações exteriores dos movimentos de libertação nacional e, por fim, analisar a política externa de Angola de 1975 a 2002, pontuando os processos de continuidades e rupturas.

Dessa forma, constatou-se que a experiência do colonialismo lusitano, em razão do caráter periférico e subdesenvolvido do Estado, além de tardio, favoreceu a fixação de uma diversidade de atores internacionais em Angola, por meio de transnacionais que atuavam especialmente no setor agrícola e extrativista. As duas Grandes Guerras Mundiais, a Crise de superprodução de 1929 e a ascensão de Salazar ao governo português impulsionaram a inserção do espaço angolano no sistema capitalista. Assim, Angola, diferentemente das colônias britânicas, francesas e belgas, mantinha profundos laços de dependência com a sua metrópole, mas também possuía seus setores estratégicos controlados por monopólios estrangeiros.

Em grande medida, a presença desses monopólios coibiu qualquer avanço em reformas mais estruturais que fomentassem a autonomia política demandada pelas elites angolanas. O aprofundamento do capital internacional em Angola se deu *pari passu* à adoção de uma política centralista que cerceou a autonomia das elites brancas da colônia. De forma semelhante, a atuação míope de Lisboa é evidenciada na adoção do trabalho forçado e na legislação do indigenato, que comprometeram o nascimento de uma classe operária, inviabilizando o desenvolvimento econômico capitalista em Angola.

A necessidade de divisas para financiar a guerra colonial levou Portugal a ampliar o acesso das empresas estrangeiras ao território angolano, assinalando um aumento expressivo da presença estadunidense, que ultrapassava o tradicional capital britânico. Desse modo, Portugal barganhou com os interesses dos monopólios ocidentais e africanos garantindo assim a manutenção das suas possessões no ultramar. O que permite explicar o amplo engajamento dos demais Estados europeus, dos EUA e da África do Sul no conflito colonial angolano.

Mesmo após a queda do Estado Novo, a concessão da independência de Angola não era uma opção amplamente assentida por todos os grupos que compunham o governo de Lisboa. E assim, de forma semelhante a Salazar e Marcelo Caetano, Spínola e JSN tentaram

articular um apoio internacional e regional para a criação de uma federação que mantivesse Angola vinculada a Portugal. A proposta ganhava força em razão das especificidades do contexto angolano, como a fragmentação dos movimentos de libertação nacional, a existência de uma população branca e a importância econômica que os recursos naturais angolanos representavam a uma parcela da elite portuguesa. Contudo, no âmbito do MFA, a via defendida por Spínola era insustentável, não condizendo também com o interesse da nova sociedade portuguesa que surgia e voltava suas relações para a Europa. Ademais, as reformas institucionais não realizadas nos anos de 1960 privaram os colonos de meios políticos que possibilitassem a inserção dos mesmos no processo de independência.

Compreende-se, assim, que o vetor internacional do conflito angolano esteve ligado às características da colonização portuguesa, que favoreceu a fixação de empresas transnacionais, as quais possuíam profundos interesses no futuro de Angola. Mas, também estava atrelado ao valor geopolítico do território angolano, tanto no âmbito do Atlântico Sul, como na África Austral, que fazia de Angola uma peça-chave para a manutenção de um ordenamento político regional favorável ao bloco ocidental. Somavam-se a esses elementos, o contexto da *détente*, a emergência do Terceiro Mundo e do Movimento dos Não-Alinhados. Desse modo, a internacionalização da questão angolana constituiu um aspecto central na estratégia de luta dos movimentos de libertação, tanto aos grupos progressistas, como aos reacionários.

Nesse sentido, contata-se que a primeira fase da política externa angolana teve início em 1961, com a guerra colonial. A documentação analisada demonstrou que as três principais forças nacionalistas angolanas possuíam diretrizes mais ou menos estruturadas, que guiavam suas relações exteriores e um *hall* de alianças com notória influência no desenvolvimento do conflito. No entanto, também se torna evidente que, embora possuísem a conquista da independência nacional como designo comum, existiam dois projetos substancialmente distintos. Um liderado pelo MPLA, que previa uma inserção internacional mais autônoma, e outro, compartilhado pela FNLA e UNITA, mais subserviente aos interesses dos atores centrais.

Nesse sentido, a ação externa empreendida pelo MPLA foi favorecida pelo contexto de distensão da Guerra Fria. O movimento visava executar um projeto nacional com caráter anticolonial e anti-imperialista, objetivando a independência, priorizando a soberania e o não alinhamento de Angola. Para isso, adotou em sua ação internacional dois eixos norteadores centrais, o neutralismo positivo da política exterior e uma diplomacia militante. Assim, se o primeiro buscava captar o maior número possível de parceiros que reforçassem a legitimidade

do movimento, o segundo lançava esforços para a conformação de um ambiente regional favorável ao MPLA e seu projeto de Estado.

Tal postura fez com que o grupo se aproximasse de forças revolucionárias, de outros movimentos nacionalistas do continente africano e do campo socialista, ainda que priorizasse o estabelecimento de relações com todos os países do mundo, uma vez respeitados os princípios de soberania. Identifica-se que desde o princípio, o MPLA priorizou a diversificação de alianças e soube fazer uso das disputas dentro do próprio bloco socialista para angariar apoio político e militar. Então, muito além da rivalidade bipolar entre URSS e EUA, Angola ainda se inseriu no conflito sino-soviético em disputa pelo espaço político do Terceiro Mundo, sendo também notada por Cuba, pela Iugoslávia e pela Alemanha Oriental, como um meio de redimensionarem seus papéis diante de Moscou. De igual modo, é possível pontuar que a postura mais autônoma buscada pelo grupo gerou alguns percalços nas relações com o Kremlin.

A FNLA e UNITA, diferentemente do MPLA, possuíam projetos mais limitados e fortemente vinculados aos interesses imperialistas. Em termos organizacionais eram essencialmente centrados nas figuras de seus líderes, defendendo uma postura anticomunista. No que tange às diretrizes de política exterior, ambos os movimentos se pautavam em pontos genéricos que pouco revelavam sobre as concepções e perspectivas dos grupos, o que reitera o entendimento sobre a carência de um projeto nacional para o pós-independência.

A atuação internacional da Frente foi articulada de forma direta e quase que exclusiva por Holden Roberto, que logrou estabelecer relações com importantes líderes africanos – como Mobutu, Nkrumah e Sékou Touré –, ocidentais – como o presidente Kennedy – e com a China – na figura de seu Ministro de Negócios Estrangeiros Ch'em Yi. A UNITA, por sua vez, fruto de uma dissidência da FNLA, veio a ser o único movimento não reconhecido pela OUA. Percebe-se que suas relações exteriores se desenvolveram de forma tardia comparada com os demais grupos, entretanto, de forma semelhante a Frente, Savimbi contou com o financiamento e apoio político chinês e estadunidense. Para além disso, sua localização mais ao sul do território angolano favoreceu a aproximação com Pretória e Lisboa, com os quais a UNITA atuava visando conter o avanço do MPLA.

Com a queda do Estado Novo, verifica-se que os três movimentos obtiveram um comprometimento renovado de seus parceiros. Assim, ao lado da FNLA e da UNITA diversas agências como a CIA, o Serviço de Contraespionagem francês e o Escritório de Segurança Estatal da África do Sul reforçaram seu envolvimento no conflito angolano. Ao mesmo tempo que o MPLA logrou articular com Cuba e a URSS um de seus primeiros grandes feitos

diplomáticos, por meio do qual obteve o apoio necessário para executar a histórica operação Carlota, que garantiu o controle militar de Luanda, barrando o avanço da UNITA e da África do Sul.

As duas proclamações de independência são, por motivos claros, marcos da história angolana, e a análise dos seus desdobramentos imediatos corrobora com as percepções sobre os três movimentos. Nesse sentido identifica-se que o apoio de Pretória e o financiamento secreto obtido por meio dos EUA desgastaram internacionalmente as imagens da UNITA e da FNLA, além disso, na nova realidade política portuguesa seus apoiadores perdiam espaço no governo de Lisboa. Desse modo, o não reconhecimento da República Democrática de Angola, nem mesmo por seus principais aliados, evidenciou as fragilidades das relações exteriores dos dois movimentos. Considerando as condições nas quais a proclamação da independência se deu – sem a entrega oficial do governo por Portugal a nenhum dos grupos e o círculo de contatos mantidos pelo MPLA – o reconhecimento internacional gradual obtido pela RPA, por diversos Estados capitalistas ocidentais, pela OUA e por grande parte dos seus membros, revelou-se como mais um importante ganho das relações exteriores do movimento.

Assim, a segunda fase da política externa angolana, foi inaugurada em 1975 com a vitória do MPLA. Consta-se que nesse período, que abarca os governos Neto e dos Santos, a política exterior consistiu em um instrumento chave, posto que, soube utilizar das vantagens geopolíticas e do controle sobre os recursos naturais, especialmente o petróleo e os diamantes, para em meio aos diferentes contextos sistêmicos, consolidar a legitimidade nacional e internacional do governo do MPLA.

Tendo isso em vista, pode se afirmar que a presidência de Agostinho Neto esteve inserida no contexto de reação das forças capitalistas ao avanço das revoluções no Terceiro Mundo. Nesse sentido, percebe-se que a política externa de Angola independente manteve fortes características herdadas da guerra colonial, como as alianças tradicionais e o importante papel do partido na formulação das estratégias de ação, mesmo com o presidente centralizando as decisões. Dessa forma, a ação internacional angolana foi delineada entre as limitações e as novas possibilidades. Portanto, é possível identificar substanciais continuidades em relação à política adotada nos anos anteriores, notadamente no que diz respeito à postura de não alinhamento mantida e reforçada, tendo como base uma leitura apurada das capacidades do Estado angolano e das condições geopolíticas e sistêmicas. Nesse sentido, a opção pela via socialista não condicionou a autonomia política do país e, portanto, a política externa não se vinculou aos interesses estratégicos das grandes potências. Verifica-se que a

aplicação mais evidente desse princípio se deu, por exemplo, na política de nacionalização e confiscos, a qual não contemplou as empresas de capital não português.

A manutenção dos vínculos, ainda que econômicos, com as potências ocidentais objetivava não colocar em risco a principal fonte de receitas que o Estado contava para financiar a guerra e fomentar o projeto de construção do socialismo. Mas, também, tinha em vista a aproximação com *lobby* empresarial dos Estados ocidentais – esse que nos EUA seria o principal impulsionador do reconhecimento do Estado angolano pela Casa branca em 1993. É importante perceber, no entanto, que embora as multinacionais tenham sido mantidas, o governo exercia um firme controle sobre as concessões de exploração dos recursos nacionais. O setor petrolífero enquadrou-se, portanto, como um dos principais atrativos para a ampliação dos contatos com as multinacionais, alavancando a distensão e a abertura de laços com o Ocidente. Essa estratégia, além de atender as demandas econômicas do país, contra-atacava o avanço diplomático articulado pela UNITA, tendo a Sonangol como ator central.

Ademais, a não nacionalização das multinacionais ocidentais e a não entrega das mesmas para a administração de Estados socialistas, com os quais Angola era mais próxima politicamente, objetivava também afastar retaliações mais contundentes que poderiam vir do bloco capitalista. O que, revela a consciência do MPLA sobre as limitações do envolvimento soviético na guerra angolana. Neto demonstrou estar ciente das delicadas condições do país e que, portanto, a viabilidade do projeto socialista dependia da adequação da estratégia à realidade angolana.

Na esfera nacional a crise de disputa de poder entre as lideranças do MPLA e as dificuldades econômicas, agravadas pelos diversos polos de conflito, representavam constrangimentos à projeção internacional da nação. Assim, a presidência de Agostinho Neto teve grande parte de suas ações visando a consolidação do poder do MPLA e a reconstrução econômica. Para isso, o Estado precisava estabilizar as fronteiras ao norte e ao sul, bem como, estabelecer acordos de cooperação que suprissem as carências, as quais bloqueavam o desenvolvimento econômico nacional. Assim, a cooperação horizontal baseada na não ingerência interna foi um dos principais eixos da ação da política externa angolana, de modo que o mapa das principais parcerias era composto pela Europa Central e Leste, por Cuba e pelo Brasil.

Em relação à URSS é válido observar o uso que Angola fez de seu posicionamento estratégico no Atlântico e na África Austral para angariar o apoio soviético, o qual foi, por sua vez, empregado na dissuasão do avanço da ação ocidental na região. A análise da postura angolana frente a Moscou permite identificar que, especialmente em termos das relações

regionais, quando os angolanos julgavam que seus interesses imediatos conflitavam com as perspectivas soviéticas para a região, o MPLA se manteve seguro em seus posicionamentos. Embora, a URSS fosse uma parceria muito estimada por Luanda e até mesmo essencial, para que o Estado não sucumbisse aos ataques das forças opositoras, Angola se empenhou para que a cooperação não se tornasse vinculativa. Tal margem de manobra em relação ao Kremlin era fomentada pelos esforços de diversificação de parcerias dentro do bloco socialista e no Terceiro Mundo.

A principal inflexão da política externa angolana no período ocorreu no âmbito regional. Um dos maiores ganhos da diplomacia nacional foi a obtenção da normalização das relações com a Zâmbia e o Zaire, de modo que, além de resolver as ameaças advindas do norte, Neto viu a reconciliação com Mobutu como um pré-requisito para uma aproximação com o Ocidente. Ao sul, no entanto, em princípio, Angola buscava a estabilização das fronteiras levando o Estado suspender a cooperação com a SWAPO. No entanto, a reestruturação do grupo de Savimbi – apoiado pela África do Sul – fez com que Angola passasse a adotar uma diplomacia militante e ativa na região, projetando-se como um bastião da revolução em África. Assim, se em relação à fronteira norte, predominou a visão da ala mais pragmática do MPLA, na porção sul, a ala progressista socialista se destacou.

O governo de José Eduardo dos Santos deu continuidade a inflexão gradual da política exterior, buscando ampliar e consolidar os contatos internacionais de Angola, sem perder de vista a proposta de autonomia socioeconômica do MPLA. A centralização do processo decisório na figura do presidente também se aprofundou. Verifica-se, nesse sentido, que as instâncias partidárias perderam espaço na formulação de política externa, ao mesmo tempo, que a notoriedade da produção petrolífera favoreceu uma maior influência dos grupos vinculados ao setor.

No entanto, as alterações na conjuntura interna e externa durante os anos de 1980 e 1990 prejudicaram o bom funcionamento da estratégia que vinha sendo desenhada nos anos anteriores. De modo que as duas últimas décadas do século XX conferiam vários pontos de estrangulamento das possibilidades de ação internacional mais autônoma angolana. A Nova Guerra Fria implicou na retomada do financiamento estadunidense à UNITA, no desgaste soviético e no comprometimento das capacidades das nações parceiras do bloco socialista e em desenvolvimento. No mesmo sentido, a adoção da *perestroika* e o fim do conflito intersistêmico liquidaram com o principal suporte militar do Estado angolano e comprometeram seu valor estratégico. Assim, as pressões internas pela abertura do regime e a



flexibilização dos termos da negociação de paz foram favorecidos pela profunda crise econômica e pelo conflito regional que comprometiam as capacidades estatais.

Nota-se, que o desengajamento soviético de Angola foi gradual e nesse processo a nação soube utilizar da diversificação de parcerias e da intermediação de Havana para obter um maior apoio militar do Kremlin. O que permitiu a execução da campanha militar de Cuito Cuanavale em 1987, cuja vitória das tropas cubanas e angolanas sob a África do Sul implicou em uma revisão da postura de Pretória, desencadeando a assinatura dos acordos de Nova York. Embora tenham sido feitas importantes concepções, os acordos fomentaram mudanças decisivas na geopolítica da África Austral, as quais muito favoreciam os interesses angolanos. Além de cessar com uma importante fonte de financiamento da UNITA, a normalização das relações com a África do Sul favoreceu um novo impulso ao projeto de integração regional, o qual se consolidava como valoroso à estratégia angolana de firmar novas parcerias, em face à perda de centralidade das relações com os países do ex-bloco socialista.

Identifica-se também que os acordos de Nova York representaram um marco inaugural da nova fase das relações com os EUA. Angola, por meio da instalação do Escritório de Interesses em Washington, articulou uma diplomacia voltada aos contatos empresariais, objetivando montar um forte lobby político-econômico no Congresso estadunidense. Dessa forma, os interesses da indústria petrolífera em conjunto com as credenciais democráticas obtidas com as eleições multipartidárias de 1992 efetivaram o reconhecimento de Angola sob governo do MPLA em 1993, um processo que se estendia desde o governo Carter. É importante destacar que os esforços para o estabelecimento de relações com os EUA eram fundamentais, dada as dificuldades econômicas e a retomada da guerra civil, o que, no entanto, não significou um alinhamento aos interesses americanos. Nota-se que a aproximação entre Luanda e Washington compôs um movimento de adensamento das relações com o Ocidente, que havia sido iniciado na década de 1980.

Ademais, identifica-se que Angola se voltou ao ocidente sem, no entanto, reduzir suas relações exteriores aos países centrais. A integração angolana às relações ocidentais veio atrelada a múltiplas condicionalidades políticas e econômicas impostas pelas potências capitalistas. Buscando balancear esse quadro e garantir certa margem de manobra para sua atuação internacional, apesar dos constrangimentos do sistema, o Estado angolano, tendo como princípio as relações horizontais, aprofundou seus contatos com o continente africano e o Brasil, e criou bases para a cooperação na Ásia. No mesmo sentido, percebe-se um aumento dos esforços multilaterais em nível global e regional, de modo que os fóruns internacionais se transformaram em um valoroso instrumento de política externa para Angola.

De forma geral, compreende-se que a política externa angolana, durante o governo Neto e Dos Santos, caracterizou-se por buscar atender as suas necessidades de defesa, soberania e segurança da nação com a cooperação político-militar dos seus aliados socialistas e do Terceiro Mundo – notoriamente a URSS e Cuba. Ao passo que a parcela mais substancial das suas demandas econômicas era atendida pelo bloco capitalista. O que não configurava uma postura hesitante ou contraditória, mas sim, pragmática e realista, resultante de uma leitura assertiva do contexto em que o país se inseria e de suas condições de atuação. Dessa forma, percebe-se que as relações comerciais, econômicas e empresariais com os países ocidentais forneciam os meios financeiros indispensáveis para que o sistema econômico não colapsasse. Enquanto, as relações com as nações socialistas e do Terceiro Mundo viabilizavam uma certa margem de manobra, a qual amparava a adoção de uma postura soberana por parte do Estado frente ao conflito nacional.

Como resultado da análise, foi possível identificar que a hipótese levantada inicialmente se confirma, pois, a política exterior angolana desenvolvida entre 1961 e 2002 se caracterizou predominantemente por elementos de permanência. Apesar dos ajustes e revisões estratégicas, que a evolução das condições nacionais e sistêmicas implicavam, nota-se que o não alinhamento e a autonomia nacional formaram o arco principal da política externa angolana. Assim, a análise do período permite compreender que a estratégia empreendida visava um projeto de longo prazo: a consolidação de Angola como Estado soberano. Isso pôde ser concretizado por meio de dois eixos norteadores, o neutralismo propositivo e a diplomacia militante, conceitos esses que foram concebidos no início da guerra de libertação nacional, e definiram a postura angolana em nível internacional e regional, respectivamente, durante todo o período estudado.

Entretanto, a política exterior não esteve alheia às modificações do contexto nacional, dos interesses das elites formuladoras de política externa e das possibilidades e constrangimentos, que a configuração de forças do sistema internacional exercia sobre o Estado. Logo, percebe-se que o desenvolvimento do setor petrolífero e diamantífero nacional conferiu maior espaço de atuação para as elites a eles vinculadas, reduzindo a participação das instâncias do MPLA no processo de formulação da política externa. Além disso, o contexto prolongado de guerra também favoreceu a centralização das decisões na figura do presidente. Ademais, no que concerne ao sistema internacional, a evolução da ordem da Guerra Fria permitiu diferentes níveis de autonomia e possibilidades de ação ao país.

Portanto, pode-se afirmar que a política externa representou um dos principais instrumentos de consolidação do Estado nacional e por meio dela Angola foi capaz de: reunir

esforços políticos e de guerra para garantir o controle de seu território; ampliar o leque de parcerias que legitimavam a autoridade do governo do MPLA; e também estabelecer relações de cooperação horizontais em setores chave para legitimação interna do regime (como a saúde, educação, agricultura e pesca). Durante esses anos, as elites definidoras de política externa adotaram um viés tático e não ideológico na condução da ação internacional angolana, sabendo utilizar de forma pragmática e realista das vantagens que a sua posição geoestratégica privilegiada e seus recursos naturais lhe conferiam.

Por fim, a última e corrente fase da política externa de Angola – cujo marco inaugural foi a assinatura do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka, em 2002 – sinaliza, em grande medida, os êxitos da estratégia internacional adotada desde 1961. Além de representar o momento de maior autonomia na história do país, as bases que sustentam a atual projeção angolana (o uso estratégico dos recursos naturais, a estabilidade interna e a parceria estratégica sino-angolana) foram concebidas e estruturadas ao longo dos anos de conflito. O quadro de estabilidade regional, consolidação do poder do governo nacional, bem como os laços de amizade e cooperação estruturados durante as décadas anteriores com os Estados emergentes, conferiram as condições necessárias para que Angola pudesse aproveitar das oportunidades oferecidas pela conjuntura internacional favorável do início do século XXI, e, assim, alavancar a reconstrução nacional e se projetar como uma potência regional.

Portanto, conclui-se que a política externa de Angola entre 1961 e 2002 possuiu características próprias de um Estado periférico, economicamente dependente das exportações de petróleo e diamantes, inserido em um conflito regional e civil – cujo plano de fundo era a Guerra Fria –, tendo o interesse nacional fundamentado na busca pela consolidação da soberania e o desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, fatores da esfera nacional e internacional permitiram que o Atlântico Sul e o espaço continental reafirmassem seus papéis de destaque na definição da política externa angolana. Identificado como estratégico tanto no nível securitário como econômico, uma vez que nele se encontra o principal instrumento potencializador da projeção internacional de Angola, o Atlântico foi abordado a partir de uma postura realista, prezando pelas relações horizontais por meio de uma visão pragmática. De igual modo, tendo em vista sua vocação geopolítica continental, a política externa angolana também priorizou o seu espaço regional, por meio de uma diplomacia ativa, que contribuiu enormemente para a derrota dos regimes racistas da África do Sul, Namíbia e Zaire, estabelecendo uma nova realidade regional na África Austral. Logo, considerando as tendências de possibilidades e constrangimentos que as condições sistêmicas implicam na

consecução do interesse nacional, Angola norteou sua política externa, entre 1961 e 2002, visando consolidar sua soberania, contrapor dinâmicas que colocassem em risco sua autonomia, ao mesmo tempo, que destinou esforços para fomentar parcerias estratégicas ao desenvolvimento econômico nacional.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Maria Elena Álvarez (Org.). **África Subsaariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 541 p.

ACTO COLONIAL, decreto com força de lei nº 18 570, de 18 de junho 8 julho de 1930.

AFONSO, Aniceto. Exercício Alcora: Um projeto para a África Austral. In: MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.). **As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados**. Coimbra: Grupo Almedina, 2013. p. 109-122.

AGOSTINHO, Feliciano Paulo. Guerra em Angola: as heranças da luta de libertação e a guerra civil. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria, Academia Militar, Lisboa, 2011.

ALENCASTRO, Mathias. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). **Novos Estudo**: CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 25-41, abr. 2020.

ALMADA E SANTOS, Aurora. A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 61-69, jun. 2011.

ALMEIDA, Eugénio Luís da Costa. **A União Africana e a emergência de Estados-Directores no Continente Africano: o caso de angola**. 2014. 505 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Geoestratégia do Atlântico: uma visão do sul. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 738, p. 92-104, 1988.

ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de. **Ensaio de Geopolítica**. Lisboa: ISCSP, IICT, 1994.

ALVES, Carlos Alberto de Jesus. **Política Externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. 314 p.

AMIN, Samir. **Os Desafios da Mundialização**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

ANDRADE, Mario Pinto. 1974. **Declaração de Mário Pinto de Andrade acerca da proclamação da independência de Angola**. Disponível em:

<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04326.002.001#!2>> Acesso em 20 de agosto de 2020.

ANGOLA. **Constituição (1975)**. Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975.

ANSTEE, Margaret Joan. **Órfão da Guerra Fria**: radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93. Porto: Campo das Letras, 1997. 709 p.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU (AG). Resolução 1514. AG Index: A/RES/1514, quatorze de dezembro de 1960a. Disponível em: <<https://library.un.org/>> Acesso em: 01 de junho de 2020.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU (AG). Resolução 1542. AG Index: A/RES/1542, quinze de dezembro de 1960b. Disponível em: <<https://library.un.org/>> Acesso em: 01 de junho de 2020.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA. **Diário das Sessões**, n.º 70, 18 de jan. de 1951, p. 279-314. p. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> Acesso em: 01 de junho de 2020.

BAQUERO, Marcello. **Pesquisa quantitativa em Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2009.

BARBOSA, Márcio. Spínola, Portugal e o mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné: 1968-73. **Revista História das Ideias**, Coimbra, v. 28, p. 391-427, 17 jun. 2020.

BEMBE, Miguel Domingos. A política externa angolana: doutrina e prática. **Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 11, n. 6, p.25-55, maio 2016.

BENDER, Gerald. As Eleições Democráticas Angolanas. In: PATRÍCIO, José. **Angola - EUA: os caminhos do bem senso**. Luanda: Executive Center, 1997. Cap. 4. p. 105-116.

BERNARDINO, Luís. **A Posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana: análise da função estratégica das forças armadas angolanas**. Coimbra: Almeida, 2013. 963 p.

BHAGAVAN, M. R.. **Angola's Political Economy 1975-1985**. Motala: Sida, 1986. 96 p.

BIRMINGHAM, David. **A Short History of Modern Angola**. Nova York: Oxford University Press, 2015.

BIRMINGHAM, David. **Angola and its neighbors**. Ohio: Ohio University, 2006. 201 p.

BIRMINGHAM, David. **Portugal and Africa**. Nova York: Palgrave, 1999. 203 p.

BRAGANCA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (ed.). **The African liberation reader: the strategy of liberation**. Londres: Zed Press Ltd., 1982a. 219 p. 3 v.

BRAGANCA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (ed.). **The African Liberation Reader: the strategy of liberation**. Londres: Zed Press Ltd., 1982b. 219 p. 1v

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional** (Ministério da Defesa), 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2020

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII**. O tempo do mundo. Vol. 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos; PADULA, Raphael. A Geopolítica dos Mares como Fator Estratégico para a Integração na América do Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 95-113, dez. 2016.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder**: sociología de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores/SA, 1974.

CAHEN, M. Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. **África**, n. 35, p. 129-155, 16 fev. 2015.

CARVALHO, Tiago Emanuel da Cunha. **O conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como materialização do confronto URSS/EUA**: no contexto da guerra fria. 2015. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.

CASTANO, David. Abrindo a caixa de Pandora: Mário Soares e o início da descolonização. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 35, p. 65-79, set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 09 jun. 2020.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Funag, 2012. 580 p.

CASTRO, Therezinha de. **África Sub-Sahariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997a.

CASTRO, Therezinha de. O Atlântico Sul: contexto regional. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 714, p. 91-108, ago. 1984.

CASTRO, Therezinha de. O Mar: Enfoque Geopolítico. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 708, p. 31-46, ago. 1983.

CASTRO, Therezinha. O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 136, n. 2, 1997b.

CENSUS BUREAU. Trade in Goods with Angola 1985-2020. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c7620.html#1985>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

CHABAL, Patrick. **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. Londres: Hurst & Company, 2002. 339 p.

CHALIAND, Gerard. **A luta pela África: estratégia das potências**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 137 p.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3. ed. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999. 545 p.

CHIKOTI, Georges Rebelo. **Trasncript Angola's External Relations in Africa**. Chatham House. 2012.



CLISSOLD, Gillian Rosalind Gunn. **Coercion versus co-optation: western relations with the MPLA and FRELIMO from 1956 to 1976**. 2001. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, The London School Of Economics And Political Science, Londres, 2001

COKER, Christopher. **NATO, the Warsaw Pact and Africa**. Nova York: St. Martin'S Press, 1985. 301 p.

COLLELO, Thomas (ed.). **Angola: a country study**. 3. ed. Washington: Library Of Congress, 1991. 318 p.

COMUNICADO CONJUNTO, entre República Federativa do Brasil e República Popular de Moçambique, de 08 de jun. de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr., maio e jun. de 1980, pág. 109-111.

COMUNICADO PORTUGAL – ONU. Publicado em 04 de agosto de 1974. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon04>>. Acesso em: 02 de maio de 2020

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 33, p. 107-129, dez. 2017.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)**. 1999. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CONCP. Extrato do documento de discussão pré-conferência preparado pelo CONCP para a Conferência de Solidariedade, Roma, junho de 1970. Em: BRAGANCA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (ed.). **The African liberation reader: the strategy of liberation**. Londres: Zed Press Ltd., 1982a. 219 p. 3 v.

CÓRDOVA, Fernanda P.; SILVEIRA, Denise T. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

CORREIA, João Manuel Pinto. As dinâmicas indiretas da Guerra Fria nas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. , n. 1, p. 115-148, maio 2017.

CORREIA, Pezarat. **Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português**. Lisboa: Inquérito, 1991. 197 p.

CORREIA, Pezarat. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia**. Coimbra: Quarteto Editora. Vol. I. 2002.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Géostratégie de l'Atlantique Sud**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

COUTO, Abel Cabral. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, v. 132, p. 238-246, 2012.

DIMIĆ, Natalija. International solidarities and the liberation of the portuguese colonies: achievements and limitations of Yugoslavia's policy in Angola during 1960s and 1970s. **Afriche e Orienti**: Revista di studi ai confini tra africa mediterraneo e medio oriente, Bolonha, n. 3, p. 9-30, 2017.

DUARTE E SILVA, A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, Lisboa, vol. XXX (130), 1º semestre/1995, pág. 5-50.

DUARTE, António Rebelo. As Fronteiras Marítimas, a Segurança Marítima e a Cooperação Internacional. **Maria Scientia**, Porto, n. 1, p. 2-34, nov. 2011.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo o Império Perecerá**. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Imprensa Oficial, 2000.

ENGESA montará unidades de reforma de veículos militares em Angola. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jul. 1986b

ENGESA vende caminhões para Angola. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 jun. 1986a.

FERREIRA, Manuel Ennes. Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola. **Petróleo e Poder**, v. 6, p. 73-89, 2005.

FOSSAERT, Robert. **O Mundo no Século XXI**. Uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)**. Brasília: Universidade de Brasília. 2013. Dissertação de Mestrado.

FREITAS, Amadeu José de. **Angola - o Longo Caminho da Liberdade**. Lisboa: Moraes, 1975.

GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale**. Londres: Frank Cass, 2005. 354 p.

GINGA, Damião Fernandes Capitão. **Angola e a Complementaridade do Mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e de afirmação**. 2014. 415 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutoramento em Ciências Políticas, Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.

GRILO, António Manuel de Matos. **A Geopolítica de Angola: dinâmicas de afirmação num quadro regional**. 2009. 83 f. Trabalho de Investigação Individual - Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2009.

GUEDES, Armando Marques. As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na Política Externa de Angola, 1975-2002. In: PAVIA, José Francisco (ed.). **A Política Externa de Angola no novo contexto internacional**. Lisboa: Cepse/Quid Juris, 2011. p. 21-72.

GUIMARÃES, Fernando João da Costa Cabral Andresen. **The Origins of the Angolan Civil War: international politics and domestic political conflict 1961-1976**. 1992. 503 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy In International Relations, The London School Of Economics And Political Science, London, 1982.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Trad. de Cristina Soreanu Pecequilo. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HALLIDAY, Fred. **The Making of the Second Cold War**. 2. ed. Londres: Verso, 1986. 278 p.

HATZKY, Christine. **Cubans in Angola: south-south cooperations and transfer of knowledge 1976-1991**. Madison: The University Of Wisconsin Press, 2012. 405 p.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Ed. Summus, 2005.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003. 377 p.

IGNÁTIEV, Oleg. **Uma Arma Secreta em África**. 2. ed. Moscou: Progresso, 1981. 208 p.

JORGE, Paulo Teixeira. Discurso do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Teixeira Jorge, em Nova York, em 12 de outubro 1977, discurso na 32<sup>o</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, p. 596-599.

JORGE, Paulo Teixeira. Discurso do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Teixeira Jorge, em Nova York, em 6 de outubro 1978, discurso na 33<sup>o</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, p. 475-482.

JOVITA, João Baptista de. **A Política Externa de Angola e as Estratégias Atuais: Brasil, Rússia, EUA, China**. Uberlandia: Novas Edições Acadêmicas, 2018. 111 p.

KLINGHOFFER, Arthur J.. **The Soviet Union and Angola**. 1980. 40 f. Research Memorandum, Strategic Studies Institute US Army War College, Carlisle, 1980.

KOLOMNIN, Sergey; REMIZOV, Sergey. **Na estrada de Luanda: frota soviética em Angola: 1975-1992**. Moscou: União dos Veteranos de Angola, 2000.

KORNEGAY, Francis A. South Africa, the South Atlantic and the IBSA–BRICS equation: the transatlantic space in transition. **Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 75–100, 2013.

LI, Minq. **The Rise of China and the Demise of Capitalist World-Economy**. New York: Monthly Review Press, 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria. **Dados**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 1-17, 1996. FapUNIFESP (SciELO).

MACFARLANE, S. Neil. Soviet-Angolan Relations, 1975-1990. In: BRESLAUER, George. **Soviet Policy in Africa: from the old to the new thinking**. California: Center For Slavic And East European Studies, 1992.

MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality**. A study in the politics of reconstruction. New York: Henry Holt and Company. 1919.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em:

<<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

MAIA, Tatiana Vargas. **A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARO DA SILVA, Márcia. **A Independência de Angola**. Brasília: FUNAG, 2008. 248 p.

MARQUES, Jorge Figueiredo. **Os militares e o processo de descolonização portuguesa em África**. 2015. 76 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Pedrouços, 2015.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.+A1:A27

MIRANDA, João Bernardo de. Discurso do Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo de Miranda, em Nova York, em 16 de setembro de 2000, discurso na 55ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, p. 11-14.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. **Acta Geográfica**, Rio de Janeiro, p. 11-32, 2014.

MOITA, Luis. Elementos para um balanço da descolonização portuguesa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.ºs. 15/16/17, Lisboa, maio 1985, p. 500-509.

MORAIS, Hugo André Pires Miranda. **O envolvimento multifacetado da China em Angola**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Estratégia Industrial, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Funag, 2003

MOURA, Venâncio da Silva. Discurso do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio da Silva Moura, em Nova York, em 28 de setembro de 1993, discurso na 48ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, p. 47-52.

**MPLA, Estatutos e programa do MPLA.** Fundação Mário Soares - Arquivo Mário Pinto de Andrade, 1982a. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83885](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83885) (2020-8-20) Acesso em 10 de maio de 2020.

**MPLA, Première Conférence Nationale du MPLA.** Fundação Mário Soares - Arquivo Mário Pinto de Andrade, 1982b. Disponível: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10401.001.020> Acesso em 10 de maio de 2020.

NETO, Agostinho. Acordos assinados em Bissau, entre a República Popular de Angola e Portugal, em Luanda, em 29 de junho de 1978b. In: ALVES, Carlos Alberto de Jesus. Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. 314 p.

NETO, Agostinho. Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola, em Luanda, em 11 de novembro de 1975.

NETO, Agostinho. Discurso do Presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, na ocasião da fundação da Marinha Nacional de Angola no dia 10 de julho de 1976.

NETO, Agostinho. Discurso do Presidente do MPLA, Agostinho Neto, a message to companios in the struggle liberation support movement. Rádio Tanzania no programa "The Voice of Angola in Combat", em 06 de junho de 1968, pág. 1-26.

NETO, Agostinho. Reunião dos embaixadores da República Popular de Angola, no Cuanza Sul, em 15 de agosto de 1978a. In: ALVES, Carlos Alberto de Jesus. Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. 314 p.

NEVADO, Pedro P. **Popper e a investigação: a metodologia hipotética-dedutiva.** Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa. 2008. Observatory of Economic Complexity (OEC). Disponível em: <https://oec.world/> Acesso em: 20 de fevereiro de 2021

PAIVA, José Francisco. A Unidade Estratégica do Atlântico: importante para Portugal, nem tanto para o Brasil? **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 154, p. 55-68, dez. 2019.

PATRÍCIO, José. **Angola - EUA: os caminhos do bom senso.** Luanda: Executive Center, 1997. 272 p.

PEDRO, Doriana Patrícia de Aragão Nunes. **Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas: 2015-2016**. 2018. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2018

PEGADO, Aida Maria Silvério Pinto. **Angola como Potência Regional Emergente: análise dos factores estratégicos (2002-2012)**. 2014. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PENHA, Eli Alves. O dilema da geopolítica em Angola: entre o "heartland" africano e o Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 145-175, 2016.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Concertação político-estratégica e cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT - UFRGS, 2016. Cap. 3. p. 59-78.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A EMERGÊNCIA DA PERIFERIA NO SISTEMA MUNDIAL: da conferência de Bandung à conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 119-138, jun. 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 240 p.

PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 250-272, dez. 2014.

PIMENTA, Fernando Tavares. Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX). **Outros Combates Pela História**, [s.l.], p. 143-158, 2010. Imprensa da Universidade de Coimbra.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2015.

PORTUGAL. Lei n.º 7/74, de 27 de julho de 1974. Esclarece o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. **Diário do Governo**: Lisboa, 1.º Suplemento, Série I, n.º 174/1974, p. 854, 07 de jun. de 1974.

QUESTE le armi italiane per le guerre coloniali in Africa. *l'Unità*, Roma, 14 e 16 jul. de 1973

RADONJIĆ, Nemanja R.. **Image of Africa in Yugoslavia (1945-1991)**. 2020. 449 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, University Of Belgrade, Belgrade, 2020.

RAIMUNDO, Antonio Joaquim. **The Europeanisation of national foreign policy: Portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010**. 2012. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Department Of International Relations, The London School Of Economics And Political Science, Londres, 2012.

RAMOS, Justino da Glória. **Angola pelos Caminhos da Paz: guerra e diplomacia (1975-2002)**. Luanda: Mayamba Biblioteca da História, 2018. 796 p.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RIZZI, Kamilla R. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 134 p.

SÁ, Tiago Moreira de. A Revolução Portuguesa nos arquivos norte-americanos o ano de 1974. **História das Relações Internacionais**, Lisboa, n. 13, p. 117-138, mar. 2007.

SAPALALO, Abraão. **Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Universidade de Évora, Évora, 2014.



SAUNDERS, Gregory Michael. **The Foreign Policy of Angola: under Agostinho neto.** 1983. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de National Security Affairs, Naval Postgraduate School, California, 1983.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror.** Nova York: Cambridge University Press, 2013. 267 p.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida; MARCONDES, Danilo. Globalização, Segurança e Defesa no Atlântico Sul. In: CUNHA, Luís (ed.). **Pontes sobre o Atlântico.** 154. ed. Lisboa: Idn, 2019. p. 69-88.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos: Revista de História.**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, p. 154-184, set. 2016.

SOMERVILLE, Keith. **Angola: politics economics and society.** London: Frances Printer, 1986.

SPÍNOLA, Antônio. **Portugal e o Futuro: análise da conjuntura nacional.** Lisboa: Nova Fronteira, 1974. 336 p.

SZAJKOWSKI, Bogdan (ed.). **Revolutionary and Dissident Movements of the World.** 4. ed. Londres: John Harper Publishing, 2004. 577 p.

SZAJKOWSKI, Bogdan. **Marxist governments: a world survey.** Londres: The Macmillan Press Ltd, 1981. 272 p.

TELEPNEVA, Natalia. **Our Sacred Duty: the Soviet Union, the Liberation Movements in the portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975.** 2014. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Filosofia, Departamento de História Internacional, London School Of Economics, Londres, 2014.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOMÁS, José Batista Franque. **Cooperação Político-Militar Angolano-Cubana: caso de estudo: a presença política-militar cubana em Angola, 1975-1991.** 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

VIDAL, Nuno Carlos de Fragoso. **Post-Modern Patrimonialism in Africa: the genesis and developmen of the angolan political system, 1961-1987.** 2002. 409 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, University Of London, London, 2002.

VIDAL, Nuno de Fragoso. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 815-854, 24 nov. 2016.

VIEGAS FILHO, José. **A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África.** Brasília: Funag, 2016. 180 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** São Paulo: Unesp, 2012. 182 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.111-129, jun. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010. 271 p.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Regimes militares marxistas africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 9, n. 5, p. 33-53, 2020.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-"fim da história". **O Tempo**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 35-57, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, J. F. Ade (ed.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880.** Brasília: Unesco, 2010. p. 28-46.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno. Vol 1: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Afrontamentos, 1974.